

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GESTÃO DE TERRITÓRIO

LUIS FERNANDO SUPANIK JUNIOR

CONTRIBUIÇÕES DA AGROECOLOGIA PRODUZIDA NO ASSENTAMENTO
MARIA ROSA DO CONTESTADO PARA A SOBERANIA ALIMENTAR NO
MUNICÍPIO DE CASTRO - PR

PONTA GROSSA

2025

LUIS FERNANDO SUPANIK JUNIOR

CONTRIBUIÇÕES DA AGROECOLOGIA PRODUZIDA NO ASSENTAMENTO
MARIA ROSA DO CONTESTADO PARA A SOBERANIA ALIMENTAR NO
MUNICÍPIO DE CASTRO - PR

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Gestão do Território.

Orientação: Celbo Antonio da Fonseca Rosas

PONTA GROSSA

2025

S959 Supanik Junior, Luis Fernando
Contribuições da Agroecologia produzida no Assentamento Maria Rosa do
Contestado para a Soberania Alimentar no município de Castro - PR / Luis
Fernando Supanik Junior. Ponta Grossa, 2025.
120 f.

Dissertação (Mestrado em Gestão do Território - Área de Concentração:
Gestão do Território: Sociedade e Natureza), Universidade Estadual de Ponta
Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Celso Antonio da Fonseca Rosas.

1. Reforma agrária. 2. Território. 3. Movimento sem terra. I. Rosas, Celso
Antonio da Fonseca. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Gestão do
Território: Sociedade e Natureza. III.T.

CDD: 910



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <http://uepg.br>

TERMO

LUIS FERNANDO SUPANIK JUNIOR

"CONTRIBUIÇÕES DA AGROECOLOGIA PRODUZIDA NO ASSENTAMENTO MARIA ROSA DO CONTESTADO PARA A SOBERANIA ALIMENTAR NO MUNICÍPIO DE CASTRO - PR"

Ponta Grossa, 28 de abril de 2025

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão do Território no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Celso Antonio da Fonseca Rosas - UEPG

Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha - UEPG

Prof. Dr. João Cleps Júnior- UFU



Documento assinado eletronicamente por Celso Antonio da Fonseca Rosas, Professor(a), em 27/05/2025, às 18:33, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, Professor(a), em 27/05/2025, às 18:54, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO CLEPS JUNIOR, Usuário Externo, em 28/05/2025, às 16:04, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://seil.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador 2555626 e o código CRC 330ACCF8.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me guiar em todos os momentos e de não me deixar desistir frente às dificuldades e por renovar minha fé e minha força para que eu jamais desistisse ao longo da jornada.

Agradeço à minha esposa, Ariane da Silva Supanik, minha maior incentivadora em cada etapa desta jornada. Desde a inscrição para o mestrado até os últimos dias de escrita e revisão final, seu apoio, paciência e encorajamento foram muito importantes. Obrigado por estar ao meu lado e me apoiar sempre.

À toda a minha família, com imensa gratidão, em especial a minha mãe, que sempre acreditou em mim e que sempre disse que eu poderia ir mais longe.

Agradeço também ao meu orientador, Professor Dr. Celso Antonio da Fonseca Rosas por ter acreditado no meu trabalho, por ter me orientado desde a Iniciação Científica e por mostrar os caminhos da pesquisa acadêmica.

Aos companheiros do Assentamento Maria Rosa do Contestado, por me receberem de maneira acolhedora e por estarem dispostos a sempre responder meus inúmeros questionamentos. A luta de vocês é admirável e merece todo o respeito.

À CAPES, pela bolsa de pesquisa e pelo incentivo à educação.

Agradeço também aos meus colegas de GEGATE, aos colegas de mestrado e aos professores do Departamento de Geociências da UEPG.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para esta conquista, meu mais sincero agradecimento. Esta jornada não seria possível sem o apoio e a motivação de cada um de vocês.

“Você é o único representante do seu sonho na face da Terra”.
(Emicida)

RESUMO

Movimentos socioterritoriais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desempenham um papel importante na promoção da Soberania Alimentar por meio de práticas agroecológicas. O presente estudo aborda o Assentamento Maria Rosa do Contestado (Castro-PR) investigando como sua prática agroecológica contribui para a construção da Soberania Alimentar. Para essa pesquisa, de natureza qualitativa, foram aplicados questionários com os assentados e também análise in loco para compreender como a Agroecologia é pensada e aplicada pelos camponeses do Assentamento. O trabalho também buscou caracterizar a produção agroecológica do Assentamento e investigar sua comercialização. Como resultados, a pesquisa apresenta que os camponeses do Assentamento contribuem com a produção da Soberania Alimentar através da produção de alimentos agroecológicos que são destinados à alimentação, principalmente de crianças e idosos através de programas governamentais. A pesquisa também aponta que ainda existem desafios nesse processo de construção da Soberania Alimentar mas que o Assentamento Maria Rosa do Contestado se apresenta como um caso de resistência no campo e de luta pela reforma agrária através da produção agroecológica, e que por meio das práticas agroecológicas produzidas por esse Movimento Socioterritorial é possível seguir na construção da Soberania Alimentar.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Território; Movimento Sem Terra.

ABSTRACT

Social-territorial movements, such as the Landless Rural Workers' Movement (MST), play an important role in promoting food sovereignty through agroecological practices. This study examines the Maria Rosa do Contestado Settlement (Castro-PR), investigating how its agroecological practices contribute to the construction of Food Sovereignty. For this qualitative research, questionnaires were applied to settlers, along with on-site analysis, to understand how Agroecology is conceived and applied by the settlement's farmers. The study also aimed to characterize the agroecological production of the settlement and investigate its commercialization. As results, the research shows that the settlers contribute to the production of Food Sovereignty by producing agroecological food primarily intended for the nutrition of children and the elderly through government programs. The study also highlights that challenges still exist in this process of building Food Sovereignty. However, the Maria Rosa do Contestado Settlement stands as a case of rural resistance and struggle for agrarian reform through agroecological production. The findings suggest that through the agroecological practices developed by this Social-Territorial Movement, it is possible to advance in the construction of Food Sovereignty.

Keywords: Agrarian Reform; Territory; Landless Movement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Reforma Agrária.....	39
Figura 2 –	Enfoque da Agroecologia versus Enfoque da Revolução Verde.....	46
Figura 3 –	Desafios enfrentados pela Agroecologia.....	54
Figura 4 –	Localização do Município de Castro - PR.....	71
Figura 5 –	Localização do Assentamento Maria Rosa do Contestado em Castro-PR.....	72
Figura 6 –	Ocupação Fazenda Capão do Cipó.....	73
Figura 7 –	Linha do tempo Assentamento Maria Rosa do Contestado.....	74
Figura 8 –	Comunidade Maria Rosa do Contestado.....	75
Figura 9 –	Logo Cooperativa.....	77
Figura 10 –	Produção agroecológica versus monocultivo.....	79
Figura 11 –	Plantação Assentamento Maria Rosa do Contestado.....	80
Figura 12 –	Assentamento Maria Rosa do Contestado.....	81
Figura 13 –	Alcance do Assentamento.....	82
Figura 14 –	Mercado do Produtor, Castro - PR.....	83
Figura 15 –	Horta Assentamento Maria Rosa do Contestado 1/5.....	93
Figura 16 –	Horta Assentamento Maria Rosa do Contestado 2/5.....	93
Figura 17 –	Horta Assentamento Maria Rosa do Contestado 3/5.....	94
Figura 18 –	Horta Assentamento Maria Rosa do Contestado 4/5.....	94
Figura 19 –	Horta Assentamento Maria Rosa do Contestado 5/5.....	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	A gênese do MST.....	29
Quadro 2 –	Tipos de Reforma Agrária.....	37
Quadro 3 –	Problemas da Revolução Verde.....	47
Quadro 4 –	Tripé Agroecológico.....	51
Quadro 5 –	Reformas Estruturais.....	61
Quadro 6 –	Municípios Atendidos - Compra Direta.....	77
Quadro 7 –	Grupos de Alimentos – Compra Direta 2024.....	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Número de Assentamentos rurais - Assentamentos criados (1985-2019).....	40
Gráfico 2 –	Idade.....	88
Gráfico 3 –	Gênero.....	88
Gráfico 4 –	Tempo de residência no Assentamento.....	89
Gráfico 5 –	Tamanho da família.....	90
Gráfico 6 –	Há quanto tempo você pratica agricultura agroecológica?.....	91
Gráfico 7 –	Alimentos cultivados.....	92
Gráfico 8 –	Integração da produção agroecológica a Soberania Alimentar.....	99
Gráfico 9 –	Desafios da produção agroecológica no Assentamento.....	100
Gráfico 10 –	Oportunidades para expandir a produção agroecológica.....	101
Gráfico 11 –	Participação nas decisões relacionadas à produção agroecológica no Assentamento.....	103
Gráfico 12 –	Você sente que sua voz é ouvida nas discussões sobre agricultura e Soberania Alimentar no Assentamento?.....	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
COOFRAM	Cooperativa dos Trabalhadores Rurais do Maria Rosa do Contestado
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
GEGATE	Grupo de Estudos da Geografia Agrária e Território
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 EXPLORANDO AS DINÂMICAS TERRITORIAIS: DAS DISPUTAS POR TERRITÓRIO AOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS.....	17
1.1 A IMPORTÂNCIA DO TERRITÓRIO NAS DINÂMICAS SOCIAIS.....	17
1.1.1 Do Espaço ao Território.....	18
1.1.2 O Conceito de Território: Significados e Implicações.....	19
1.2 O TERRITÓRIO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL: A CONEXÃO ENTRE DISPUTAS TERRITORIAIS E O SURGIMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS.....	22
1.2.1 As Relações Entre Território, Disputas Territoriais e Movimentos Socioterritoriais.....	24
1.2.2 Movimentos Socioterritoriais.....	25
1.2.3 O Caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.....	28
1.3 MST: DA QUESTÃO AGRÁRIA À REFORMA AGRÁRIA POPULAR.....	33
1.4 AGROECOLOGIA: UMA BANDEIRA DE LUTA PARA A REFORMA AGRÁRIA.....	42
2 AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR COMO PROPOSTAS DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS.....	44
2.1 DA REVOLUÇÃO VERDE A AGROECOLOGIA.....	44
2.2 AGROECOLOGIA: UM MODELO SUSTENTÁVEL DE PRODUÇÃO.....	48
2.2.1 A Agroecologia Como Ferramenta de Resistência para a Reforma Agrária Popular.....	52
2.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGROECOLOGIA NO BRASIL.....	53
2.4 SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR: PERSPECTIVAS CONTRASTANTES.....	57
2.4.1 Princípios Fundamentais da Soberania Alimentar.....	57
2.4.2 Aspectos Essenciais da Segurança Alimentar.....	63
2.4.3 Soberania Versus Segurança Alimentar: Uma Questão de Ideologia.....	65
2.4.4 A Agroecologia como Pilar na Construção da Soberania Alimentar.....	67
2.4.5 A Influência dos Movimentos Socioterritoriais na Soberania Alimentar.....	68

3 ASSENTAMENTO MARIA ROSA DO CONTESTADO: CONFLITOS E CONQUISTAS.....	70
3.1 PROCESSO DE OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO.....	70
3.2 PRINCÍPIOS AGROECOLÓGICOS DO ASSENTAMENTO.....	78
3.3 TERRITORIALIDADE DO ASSENTAMENTO.....	80
3.4 PERSPECTIVAS PARA O FUTURO.....	85
4 O ASSENTAMENTO COMO ESPAÇO DE TRANSFORMAÇÃO: RESULTADOS E REFLEXÕES DO QUESTIONÁRIO.....	87
4.1 AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO MARIA ROSA: DESAFIOS, PERCEPÇÕES E IMPACTOS.....	87
4.2 IMPACTO DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO.....	95
4.3 RELAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA COM O MUNICÍPIO DE CASTRO.....	97
4.4 DESAFIOS E OPORTUNIDADES.....	99
4.5 PARTICIPAÇÃO E EMPODERAMENTO.....	102
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS.....	110
ANEXO A – QUESTIONÁRIO ASSENTAMENTO.....	115
ANEXO B – PORTARIA MARIA ROSA.....	120

INTRODUÇÃO

Movimentos socioterritoriais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desempenham um papel crucial na promoção da Soberania Alimentar por meio de práticas agroecológicas. A partir da organização coletiva e do fortalecimento da produção camponesa, esses movimentos têm enfrentado desafios por ser um modelo que se opõe ao agronegócio e por promover sistemas alimentares mais justos e sustentáveis.

No ano de 2020, quando cursei a disciplina de Geografia Agrária, tive contato com a temática da Agroecologia nas aulas do professor Celbo. Até então, não conhecia muito sobre o assunto e as aulas despertaram o interesse em compreender mais sobre o tema e sua ligação com a redução da fome no mundo, tema que era meu interesse para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Durante esse período comecei a participar do Grupo de Estudos de Geografia Agrária e Território (GEGATE) e acompanhar as discussões da temática, logo na sequência surgiu a oportunidade de participar da Iniciação Científica (IC) com a pesquisa sobre a “Relação campo cidade nos Campos Gerais: As políticas públicas no contexto da Agroecologia nos municípios de Ponta Grossa e Castro, nos Campos Gerais”. Com isso, pude compreender melhor sobre as práticas agroecológicas e me aproximar do objeto de estudo deste trabalho, o Assentamento Maria Rosa do Contestado, na época ainda Acampamento.

A partir das pesquisas na IC, busquei relacionar a discussão da Agroecologia com a Soberania Alimentar para construção do meu TCC e o tema acabou virando meu projeto de pesquisa para ingresso no Mestrado em 2023. As leituras, pesquisas e a aproximação com o meu objeto de pesquisa colaboraram com a construção desta dissertação e trouxeram subsídios para as discussões.

Visitar primeiro como Acampamento e hoje como Assentamento Maria Rosa do Contestado, possibilitou visualizar a mudança que está ocorrendo no local graças a produção agroecológica e a organização da comunidade.

A problemática central da pesquisa gira em torno da análise da contribuição da Agroecologia produzida por Movimentos Socioterritoriais para a Soberania Alimentar no município de Castro, Paraná. Tendo como recorte espacial o Assentamento Maria Rosa do Contestado, localizado no mesmo município. Além disso, compreender como as práticas agroecológicas, promovidas pelo Movimento

dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), podem enfrentar os desafios impostos por um ambiente predominantemente dominado pelo agronegócio. O objetivo geral da pesquisa é compreender como a conexão entre Movimentos Socioterritoriais e a Agroecologia constituem a produção da Soberania Alimentar no município de Castro, Paraná. Já os objetivos específicos, compreender o processo de estruturação territorial e agroecológico do Assentamento Maria Rosa do Contestado; identificar os fatores que interferem no avanço dos princípios de Agroecologia e Soberania Alimentar e sua atual realidade no município de Castro -PR; apresentar a contribuição da Agroecologia para o desenvolvimento da Soberania Alimentar e para a organização dos territórios a partir dos Movimentos Socioterritoriais; apresentar os aspectos teóricos da Agroecologia, Movimentos Socioterritoriais e Soberania Alimentar, e realizar sua caracterização.

A pesquisa parte da hipótese de que a Agroecologia representa uma forma de resistência ao modelo hegemônico de produção agrícola voltado para o mercado internacional e à produção de commodities. Este modelo, que tradicionalmente desconsidera a produção camponesa e os aspectos ecológicos e sociais, além de promover o uso intensivo de agrotóxicos, prejudica o meio ambiente e as comunidades, principalmente rurais.

Em contraste, a Agroecologia integra princípios agronômicos, ecológicos e sociais, tendo o cuidado com o meio ambiente e respeitando as tradições e produzindo alimentos. O município de Castro possui um histórico agrícola onde a presença do agronegócio é massiva, isso proporciona um cenário ideal para investigar como a Agroecologia pode ser uma ferramenta na promoção da Soberania Alimentar. A escolha deste recorte se justifica pela resistência que a produção camponesa enfrenta em uma região dominada pelo monocultivo de grandes empresas do agronegócio.

A questão central que norteia esta pesquisa é “Como os Movimentos Socioterritoriais podem contribuir para a construção da Soberania Alimentar através da Agroecologia no município de Castro-PR?”. Essa questão é relevante dentro do contexto da crescente preocupação da sociedade com a alimentação saudável e a sustentabilidade ambiental, nesse sentido a Agroecologia, ao promover práticas agrícolas que visam a preservação e o cuidado com o meio ambiente, se alinha com esses anseios da sociedade.

Este trabalho aborda a interação entre Agroecologia, Soberania Alimentar e Movimentos Socioterritoriais, através desta investigação espera-se caracterizar não somente as práticas agroecológicas do Assentamento, mas suas contribuições para a Soberania Alimentar, promovendo um debate e ampliando a discussão.

Metodologicamente, esta pesquisa foi estruturada com base em abordagens qualitativas, combinando revisão bibliográfica, trabalho de campo e análise documental para compreender a interação entre Agroecologia, Soberania Alimentar e Movimentos Socioterritoriais no Assentamento Maria Rosa do Contestado. Essa abordagem visa compreender as práticas agroecológicas e sua contribuição para organização comunitária e para Soberania Alimentar.

Para a realização da pesquisa foram aplicados 15 questionários semiestruturados, com perguntas abertas e fechadas com assentados, representando uma porcentagem de aproximadamente 24% das 62 famílias residentes no Assentamento. Os questionários foram aplicados in loco em saída de campo realizada em novembro de 2024, permitindo a observação da prática agroecológica no Assentamento. A análise dos questionários foi realizada de maneira quantitativa e qualitativa, com apoio das observações realizadas em campo e de dados secundários consultados em fontes como o INCRA, IBGE e dados da própria cooperativa do Assentamento.

A dissertação está organizada em quatro capítulos. No primeiro, são discutidos as dinâmicas territoriais e os Movimentos Socioterritoriais, contextualizando o embasamento teórico da pesquisa. Discute o conceito de território e explora como os Movimentos Socioterritoriais surgem como resposta às disputas territoriais, destacando seu papel na construção da reforma agrária e na organização do Assentamento Maria Rosa do Contestado.

O segundo capítulo aborda os conceitos de Agroecologia Soberania Alimentar, partindo das discussões sobre a Revolução Verde e buscando compreender como a Agroecologia e a Soberania Alimentar se complementam, tendo na Agroecologia uma alternativa de produção agrícola que se contrapõe ao agronegócio e é uma ferramenta para o desenvolvimento da Soberania Alimentar.

No terceiro capítulo, examina-se a relação entre Soberania Alimentar e Movimentos Socioterritoriais, situando o Assentamento como um estudo de caso. Analisa também como a promoção de práticas agroecológicas fortalece as comunidades locais no enfrentamento aos desafios impostos pelo agronegócio.

Por fim, no quarto capítulo, são apresentados os resultados e as análises da pesquisa de campo e questionários, evidenciando como o Assentamento contribui para o desenvolvimento agroecológico e para a Soberania Alimentar no município de Castro-PR. Este capítulo também reflete sobre os desafios e as potencialidades observadas, articulando os dados ao referencial teórico da pesquisa.

Esse estudo apresenta relevância acadêmica ao contribuir com a ampliação do debate sobre Agroecologia e Soberania Alimentar em contextos territoriais como a região de estudo, dominada pelo agronegócio. Além disso, apresenta relevância social ao evidenciar como as práticas agroecológicas podem enfrentar os desafios impostos pela concentração de terras.

1 EXPLORANDO AS DINÂMICAS TERRITORIAIS: DAS DISPUTAS POR TERRITÓRIO AOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS

Movimentos Socioterritoriais estão em constante luta pelo direito ao território. Nesse contexto, as dinâmicas territoriais existentes no processo de formação de um Assentamento pode explicar a necessidade de abordar tal temática para compreender a importância das lutas enfrentadas por esses movimentos e qual seu papel na construção da reforma agrária.

Para tal análise, neste capítulo serão abordadas as relações entre território, disputas territoriais e os Movimentos Socioterritoriais. O capítulo inicia-se a partir de uma revisão conceitual e histórica e geográfica do território, explorando como as disputas territoriais têm desempenhado um papel crucial na configuração e reconfiguração dos espaços ao longo do tempo. Em seguida, são abordados os Movimentos Socioterritoriais, destacando como esses movimentos surgem, seu papel frente aos desafios da reforma agrária e sua importância como agentes de mudança social, o que servirá como base para a compreensão das dinâmicas territoriais e produtivas do Assentamento Maria Rosa do Contestado, uma comunidade de camponeses ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que se utiliza de práticas agroecológicas.

1.1 A IMPORTÂNCIA DO TERRITÓRIO NAS DINÂMICAS SOCIAIS

O território, categoria da geografia que será embasamento para esse trabalho, transcende a simples delimitação física e assume um papel crucial nas dinâmicas sociais que moldam comunidades, culturas e sociedades. Esta interação entre o espaço físico e a relação humana é complexa, e exige uma análise contextualizada para compreendermos a profundidade de sua influência nas interações sociais.

No contexto da produção agroecológica do Assentamento Maria Rosa do Contestado, o território não é apenas um espaço físico, mas objeto de luta do movimento, sendo central nas disputas de poder pelo acesso à terra. O território revela-se fundamental pois influencia as relações sociais e culturais e possibilita a organização espacial do movimento na estratégia da promoção de suas práticas agrícolas. É importante compreender as dinâmicas territoriais que envolvem o Assentamento e sua relação com a construção da Soberania Alimentar.

Medeiros (2009, p. 218) versa que o “território é, pois, um novo paradigma que responde a um certo número de funções geográficas, sociais e políticas, que se inscrevem no universo da memória, das representações e dos valores”. É possível compreender também que a busca por território está profundamente ligada à necessidade humana de segurança, recursos naturais e identidade cultural. Desde tempos remotos, grupos humanos têm competido por áreas geográficas para expansão de seus poderes, influenciando as trajetórias de culturas, instituições e estruturas sociais. As disputas territoriais, muitas vezes, são impulsionadas por fatores como a escassez de recursos, diferenças étnicas, conflitos políticos e econômicos, bem como reivindicações históricas.

1.1.1 Do Espaço ao Território

Antes de um aprofundamento sobre o que é o território, é necessário, porém, recorrer a análise do que é o espaço, pois, assim como aponta Fernandes (2008, p.276) “o ponto de partida para uma reflexão sobre o Território é o Espaço”. Ainda nesse sentido, (Raffestin, 1993, p.143) afirma que é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”. Para o autor, a territorialização do espaço ocorre quando existe a apropriação.

Entende-se que o espaço, categoria de análise da Geografia, é fundamental para a compreensão da relação entre os elementos que compõem nosso entorno, temos então que o espaço geográfico ultrapassa as dimensões físicas e abrange as interações entre a sociedade e o ambiente, o que em uma abordagem multidimensional, permite analisar as características naturais do local e também as práticas humanas que transformam o espaço em território.

Para Milton Santos (2006, p.39), “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Ele considera que analisar o espaço dessa maneira permite compreender o resultado das relações entre os sistemas de ações e os sistemas de objetos e reconhecer categorias analíticas como a divisão e a configuração territorial.

Conforme Fernandes (2013) o espaço é uma dimensão da realidade e, diante disso, existe um desafio na compreensão do conceito, visto que pode ser utilizado de diferentes modos e faz que sua utilização não seja compreensível. Dito isso, continua o autor:

É assim que o espaço vira uma panaceia. Para evitar equívocos, é preciso esclarecer que o espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais, como por exemplo: políticos, culturais, econômicos e ciberespaços. O espaço é parte da realidade, portanto, multidimensional. Para uma eficaz análise conceitual é necessário definir o espaço como composicionalidade, ou seja, compreende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem. (Fernandes, 2013, p.281)

Existe uma sobreposição entre o ambiente físico e as relações humanas, afinal o espaço é multidimensional, ou seja, o espaço social está entrelaçado ao espaço geográfico. A transformação constante desse espaço por meio das interações sociais gera uma infinidade de espaços adicionais, uma multiespacialidade que abrange desde o político e cultural até o econômico e cibernético, temos então o espaço como uma teia de influências sociais e manifestações culturais.

Podemos então dizer de forma mais clara que, enquanto o espaço reflete uma dimensão abrangente da sociedade, enfocando os processos simultâneos de coexistência, o território é delimitado de maneira mais restrita ao abordar especificamente as questões políticas e as diversas manifestações das relações de poder dentro dessa dimensão espacial (Haesbaert, 2009).

Raffestin explica que o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. “Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder” (Raffestin, 1993, p.144). Nessa mesma perspectiva, Haesbaert aponta que “a ‘territorialização’ do espaço ocorre pelos processos de ‘apropriação’, seja ela concreta ou simbólica” (Haesbaert, 2009, p. 624).

1.1.2 O Conceito de Território: Significados e Implicações

Avançando do conceito de espaço para o de território, analisamos uma camada mais específica e contextualizada, partindo da ideia de que o território representa uma porção delimitada do espaço geográfico que é apropriada e utilizada

por grupos sociais. E que, além disso, essa apropriação envolve não apenas a delimitação física, mas também a imposição de significados, relações de poder, identidades e práticas específicas que conferem singularidade àquele espaço, dessa forma, o território é um conceito carregado de relações sociais e culturais.

Fernandes (2013) versa sobre às relações sociais do território, para ele, territórios se formam a partir de relações sociais. O autor entende também que “O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais”. Com isso, temos o território imaterial como um espaço político, relacionado ao poder e controle social.

As fronteiras territoriais não são apenas linhas no mapa, mas sim resultado de processos históricos, políticos e culturais que moldaram a identidade dos povos que ali habitam. Nesse cenário, as disputas territoriais surgem quando diferentes atores reivindicam direitos sobre um determinado espaço, revelando as complexidades das relações de poder e a necessidade de compreendermos a territorialidade como uma construção social.

Podemos considerar que, em primeiro lugar, o território é o lugar onde as identidades se manifestam, sejam elas individuais ou coletivas, é nele também que são criadas as experiências das pessoas que o habitam. A geografia, o clima, a topografia, a fauna e a flora contribuem para a essa formação da identidade territorial pois é uma construção que se reflete nas práticas culturais, tradições e valores compartilhados.

Para Haesbaert, o território pode assim ser definido:

Território, então, pode ser definido como o espaço construído/construtor de relações de poder, tanto no sentido mais estritamente social (político-econômico e simbólico-afetivo) quanto no sentido da interação indissociável com as chamadas forças da natureza. Nem apenas um espaço material e simbólico socialmente dominado e/ou apropriado, nem apenas um espaço moldado na imbricação com a natureza, o território seria, sobretudo, um espaço político revelador de limites – tanto de limites como fronts/fronteiras das lutas por des-ordenamento da complexa e desigual sociedade dos humanos quanto dos limites impostos a todo o conjunto da vida terrestre cuja existência, profundamente articulada, está em risco. (Haesbaert, 2023, p. 6)

Para Fernandes (2009) diferentes territórios e espaços são produzidos e reproduzidos por relações e classes sociais. O autor ainda aponta que “As disputas territoriais são, portanto, de significação das relações sociais e de controle dos diferentes tipos de território pelas classes sociais” (Fernandes, 2009, p. 200). Para

ele, ao considerar o território somente como espaço de governança, diversos territórios estariam sendo ocultados o que garantiria a “manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados” (Fernandes, 2009, p. 200).

Haesbaert (2023, p. 4) destaca a importância do conceito de território também visto na prática, por meio dos movimentos “especialmente através de movimentos de resistência na ‘luta por terra e por território’, como no movimento dos trabalhadores sem-terra (MST)”.

Haesbaert (2010, p.20) ainda chama a atenção para a relação do território e do poder ao afirmar que “Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico de apropriação”. Em Haesbaert (2023) o autor aborda ainda sobre o território ser o espaço associado às relações de poder e que essa seria uma das definições mais transmitidas sobre o conceito.

Fernandes comenta sobre o conceito de território estar presente no plano material e imaterial ao afirmar que:

O território é utilizado como conceito central na implantação de políticas públicas e privadas nos campos, nas cidades e nas florestas, promovidas por transnacionais, governos e Movimentos Socioterritoriais. Essas políticas formam diferentes modelos de desenvolvimento que causam impactos socioterritoriais e criam formas de resistências, produzindo constantes conflitualidades. Nesse contexto, tanto o conceito de território quanto os territórios passam a ser disputados. Temos então disputas territoriais nos planos material e imaterial. (Fernandes, 2009, p. 200)

Ainda, o autor argumenta que, devido à totalidade do território, as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões. O território é concebido como uma entidade multidimensional, o que implica que as controvérsias não se limitam apenas ao âmbito físico, mas também se estendem aos domínios político, teórico e ideológico. Essa abordagem ampla possibilita uma compreensão abrangente dos territórios, abarcando tanto os elementos materiais quanto os imateriais (Fernandes, 2009, p. 201).

Dinâmicas sociais também são moldadas pelo território, pois refletem as mudanças na estrutura social, ou seja, a importância do território está relacionada com as interações entre o espaço físico e a sociedade. É fundamental compreender

essa relação para abordar questões como desigualdades territoriais, disputas territoriais e também a reforma agrária.

1.2 O TERRITÓRIO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL: A CONEXÃO ENTRE DISPUTAS TERRITORIAIS E O SURGIMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS

O território é uma construção social complexa que reflete as interações dinâmicas entre sociedade e espaço e essa ideia implica compreender suas dinâmicas e como as relações de poder se fazem presentes nas disputas territoriais. A construção social do território está ligada à distribuição desigual de recursos e oportunidades, o controle do espaço reflete relações de poder que resultam em exclusão de povos e comunidades, marginalização e disputas por acesso a determinados territórios. Esses conflitos podem surgir de interesses econômicos, políticos ou mesmo questões relacionados ao uso da terra e dos recursos naturais.

Para compreender o território como construção social, é necessário conhecer e analisar a história dos povos locais, seus saberes tradicionais e as práticas culturais que conferem significado ao espaço. As disputas territoriais desempenham um papel crucial na configuração da estrutura social, pois são elas que moldam as relações e as interações existentes entre comunidades. Os conflitos que envolvem essas disputas, muitas vezes relacionados com questões de posse, recursos naturais e identidade cultural de uma comunidade contribuem para a transformação da dinâmica social de uma região, e isso se manifesta em diversos aspectos, como a distribuição do poder até a formação das identidades coletivas das comunidades.

As relações sociais estabelecidas nesse contexto são fundamentais para a consolidação do assentamento como uma comunidade autônoma e de resistência. A cooperação entre os assentados, baseada em princípios de igualdade, propicia a cooperação que vai desde a produção agrícola até a organização de atividades culturais e educacionais.

A posse de territórios e seu domínio impactam a distribuição de recursos e de oportunidades, grupos que detêm o poder frequentemente desfrutam de vantagens políticas, econômicas e sociais. Tal dinâmica cria desigualdades que se refletem em problemas sociais, onde determinados grupos tem acessos privilegiados

enquanto outros sofrem com a privação de recursos, a marginalização e a discriminação social, surgem então movimentos que tem o território como seu trunfo.

Esse contexto da luta pela terra, se desenrola também no território imaterial, trata-se de uma defesa da vida e da produção camponesa, uma batalha pela disputa de espaço político e pela criação de representações e significados próprios. O conceito de território imaterial é uma dimensão que vai além das delimitações físicas e geográficas, sendo enraizado nas concepções de vida e de mundo do ser humano.

Essas concepções são expressas nos discursos do campesinato, que formam a base do seu território imaterial. Nesses discursos, se encontram ideias e valores que os camponeses defendem, refletindo uma visão de sociedade que contrasta com o modelo imposto pelo capital.

Os discursos do campesinato constituem a matéria prima do seu território imaterial, pois neles estão as concepções de vida, de ser humano e de mundo. Tais concepções farão parte dos debates e embates travados interna e externamente e terão a finalidade de trazer à tona a conflitualidade do modelo de sociedade que o capital insiste perpetuar (Felício, 2010, p. 19).

Os territórios imateriais se movimentam através da luta pelo poder de expressar suas próprias narrativas e dar significado às coisas, trata-se de um discurso típico das sociedades capitalistas, onde a luta de classes se manifesta pelo controle e domínio do território físico além dos valores culturais e simbólicos. A disputa pelo território imaterial é, portanto, uma disputa pelo controle dos valores culturais, das representações sociais e das narrativas que definem a realidade de um grupo.

Os camponeses do Assentamento Maria Rosa do Contestado são um exemplo dessa disputa pelo território, material e imaterial, pois não reivindicam somente a posse do território, mas também a construção de seu modo de vida e de práticas agroecológicas que são baseadas em seus saberes tradicionais, cultura e valores. É nesse espaço de resistência que buscam sua conexão como comunidade dentro da luta camponesa.

Em resumo, o território imaterial do campesinato é um campo de batalha onde se travam lutas simbólicas e discursivas e através dessas lutas que os camponeses buscam afirmar sua identidade, seus valores e suas concepções de mundo, desafiando as imposições do capital e criando espaços de resistência e significação própria. Para Felício (2010), enquanto no território material ocorrem as

lutas na defesa da vida e da produção, no território imaterial estão as lutas por espaços políticos e de significados. Esse território, embora intangível, é fundamental para a coesão social e para a perpetuação das tradições e das lutas por justiça.

1.2.1 As Relações Entre Território, Disputas Territoriais e Movimentos Socioterritoriais

A relação entre território, disputas territoriais e movimentos socioterritoriais é um fenômeno complexo e está ligado às dinâmicas sociais, políticas e econômicas que formam as sociedades contemporâneas. O território, é uma realidade geográfica concreta, marcada por sua extensão, limites, organização espacial e dinâmica própria, servindo como base para a compreensão das relações humanas e das transformações no espaço. As disputas territoriais surgem como resultado das divergências de interesses entre diferentes atores, como grupos étnicos, comunidades locais ou empresas, essas disputas podem envolver a apropriação de recursos naturais, apropriação e demarcação de terras, entre outros aspectos que afetam a configuração e a delimitação territorial.

Nesse contexto, os Movimentos Socioterritoriais são vistos como expressões da resistência e da mobilização social frente às injustiças territoriais. São eles que muitas vezes buscam reivindicar direitos, preservar o meio ambiente, garantir a participação democrática na gestão do território e afirmar identidades culturais através de manifestações diversas que ultrapassam a questão geográfica e se entrelaçam com as dimensões sociais, culturais e econômicas da vida em sociedade.

É necessário compreender que a conexão entre território, disputas territoriais e Movimentos Socioterritoriais é um processo dinâmico, moldado por relações de poder e valores culturais dos povos e comunidades. Para (Gohn, 2000, p. 13) os movimentos sociais politizam suas demandas, estabelecendo assim um campo político de influência na sociedade civil. Suas ações são construídas em torno de questões que surgem em contextos de conflito e disputa territorial e dão origem a um processo social, político e cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, baseada nos interesses compartilhados da comunidade. Para a autora, a identidade dos movimentos é construída sobre os alicerces de valores culturais e políticos partilhados pelo grupo.

1.2.2 Movimentos Socioterritoriais

Os movimentos socioterritoriais constituem um fenômeno complexo e dinâmico, enraizado nas disputas por território que permeiam a história da humanidade. Essas interações envolvem uma interconexão entre sociedade e espaço, refletindo as relações de poder, identidade e recursos. São moldados por disputas territoriais que refletem as complexidades das sociedades e, compreender esses processos exige uma análise das interações entre fatores sociais, políticos, econômicos e ambientais envolvidos. Tais disputas estão relacionadas diretamente com o modo de acumulação capitalista e uma de suas principais consequências é a exclusão de comunidades em detrimento da expansão do capital. As mudanças na sociedade, principalmente as econômicas, tornam cada vez mais complexa a capacidade de gerir e resolver essas disputas tornando o debate sobre movimentos socioterritoriais de suma importância.

Para Martin e Fernandes (2004) adotar o termo movimento socioterritorial é fazer uma “leitura geográfica dos movimentos sociais”, diferente das análises da sociologia, que está preocupada com as dinâmicas sociais do movimento, a Geografia está pautada em compreender, nesse caso, os tipos de territórios que são produzidos pelos movimentos. Ainda conforme apontam os autores, “a existência dos Movimentos Socioterritoriais está absolutamente vinculada ao território” (Martin e Fernandes, 2004, p.181).

Ao contrário dos movimentos socioespaciais, por exemplo, que se vinculam à mediação de um local específico, os Movimentos Socioterritoriais estão associados à apropriação do espaço para a construção de seu próprio território. A distinção conceitual entre essas duas categorias de movimento, o socioespacial e o socioterritorial, está relacionada à maneira pela qual cada um utiliza o espaço. É essencial ter conhecimento da trajetória de cada movimento para a identificação adequada de que se trata de um movimento socioespacial ou socioterritorial.

O espaço, o território, o lugar, as relações sociais, as escalas das ações nos ajudam a compreender os tipos de movimentos socioespacial ou socioterritorial e seus processos geográficos (isolados, territorializados ou espacializados). Esses movimentos são tanto instituições não formais, políticas no sentido lato, por sua materialidade, ação, estabelecimento e dinâmica, quanto são igualmente instituições formais como os sindicatos, as empresas, os estados, as igrejas e as organizações não governamentais (ONGs). Nesse sentido, é preciso diferenciar entre os movimentos socioespaciais e os Movimentos Socioterritoriais. Os movimentos socioterritoriais têm o território não só

como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios. (Fernandes, 2012, p.31)

“O movimento socioterritorial pode ser considerado como uma forma de organização da classe trabalhadora, tendo por base os grupos populares ou as camadas populares excluídas e subordinadas”. (Pedon, 2009 p. 183). O autor ainda entende que os Movimentos Socioterritoriais são “mobilizações coletivas com considerável nível de organização e com uma agenda que sintetiza as propostas do movimento” (Pedon, 2009, p. 187) portanto, sua organização se dá a partir de suas agendas de lutas que por sua vez estão relacionadas com sua ideologia e com as intencionalidades do movimento, tendo na ocupação de terra sua materialização. (Pedon, 2009)

Fernandes (2012, p 31) explica que para alcançarem seus objetivos, os Movimentos Socioterritoriais “constroem espaços políticos, espacializam-se e promovem espacialidades. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos Movimentos Socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização”.

As dinâmicas sociais que permeiam o campo, refletem as demandas das comunidades que nele residem, os Movimentos Socioterritoriais se apresentam como uma expressão dessa dinâmica social pois, muitas vezes, emergem como respostas a transformações econômicas, políticas e sociais que impactam diretamente a vida no campo. Seja na defesa dos direitos dos agricultores, na preservação ambiental, ou na promoção de práticas sustentáveis, esses movimentos desempenham um papel crucial na configuração do cenário rural contemporâneo.

Os espaços resultantes dos Movimentos Socioterritoriais são variados e moldam-se conforme as ações empreendidas. Os movimentos agem nos domínios da socialização política, dando origem às práticas políticas que caracterizam seu desenvolvimento. A formação de espaços políticos, sociais, culturais e outros acontece em diversos locais e territórios. A criação desses espaços, juntamente com suas dimensões, desempenha um papel fundamental nas iniciativas daqueles que buscam transformar a realidade (Fernandes, 2012).

Um dos temas centrais dentro desse debate é a reforma agrária, a qual será abordada ainda neste capítulo, onde camponeses, se veem frequentemente em meio a conflitos territoriais, nos quais a luta pelo acesso e controle da terra é um elemento preponderante, onde os trabalhadores sem terra buscam por meio da reforma agrária a regularização fundiária. O avanço da agricultura industrial e as políticas governamentais excludentes desencadeiam movimentos de resistência e reivindicação por parte das comunidades do campo. A luta pela reforma agrária e a distribuição da terra emergem como pautas centrais nesses movimentos, buscando garantir acesso justo à terra e promover modelos de agricultura mais sustentáveis. Movimentos agroecológicos e práticas sustentáveis ganham destaque, refletindo uma abordagem mais holística em relação ao uso da terra e à produção de alimentos.

Atualmente o debate dos Movimentos Socioterritoriais rurais englobam também questões mais amplas, como a busca por justiça social, igualdade de gênero e melhores condições de trabalho no campo. A valorização da agricultura familiar, a promoção de práticas agroecológicas, a busca por Soberania Alimentar e a resistência contra formas predatórias de exploração dos recursos naturais exercidas pelo agronegócio também fazem parte das agendas de lutas dos movimentos. A defesa de um modelo de agricultura sustentável que proporcione a produção de alimentos é, muitas vezes, um ponto central nas suas reivindicações.

Quanto à forma de organização, os movimentos buscam a união de suas comunidades e se fortalecem com a criação de cooperativas e associações, além de outras articulações coletivas como troca de experiência e redes de solidariedade entre comunidades que fortalecem os movimentos e ampliam seu alcance.

No cerne dos Movimentos Socioterritoriais rurais está a luta pela posse, controle e uso sustentável da terra. Camponeses, agricultores familiares, comunidades tradicionais e povos indígenas frequentemente se mobilizam para resistir à expansão do agronegócio, à monocultura, à mineração ou a outras atividades que ameaçam suas práticas agrícolas e degradam o meio ambiente. Esses movimentos buscam preservar não somente o território em si, mas também a diversidade cultural, os conhecimentos ancestrais e as relações com o meio ambiente.

Em resumo, os Movimentos Socioterritoriais rurais refletem a resistência e a busca por alternativas diante dos desafios impostos às comunidades camponesas,

eles representam a defesa do território e também um chamado à transformação social, econômica e ambiental, visando assegurar um futuro sustentável para as gerações presentes e futuras.

1.2.3 O Caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Como pode ser observado anteriormente, os Movimentos Socioterritoriais do campo possuem grande relevância nas dinâmicas sociais contemporâneas e nas lutas por terra. Quando falamos do campo, eles podem ser vistos como expressões coletivas de luta, resistência, reivindicação e busca por justiça. No Brasil, um exemplo emblemático desses movimentos é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), trata-se de um movimento que vai além das disputas territoriais, se inserindo também nas esferas sociais e políticas do país.

Dentro desse contexto, o Assentamento Maria Rosa do Contestado representa uma experiência de luta e resistência buscando a construção de um território que desafia as imposições impostas pelo agronegócio. Isso mostra a importância do papel dos Movimentos Socioterritoriais nessas disputas territoriais que além de buscarem a terra para cultivar, também constroem um modelo de vida baseado em práticas agroecológicas.

Stédile aponta alguns fatores que foram determinantes na formação do MST. Para ele, o principal se relaciona com o cenário socioeconômico da agricultura nos anos 70 no Brasil, marcado pela mecanização da lavoura. “A mecanização da lavoura e a introdução, digamos, de uma agricultura com características mais capitalistas expulsaram do campo, de uma maneira muito rápida, grandes contingentes populacionais naquela década” (Fernandes e Stédile, 2012, p. 17).

A modernização agrícola impulsionou a expulsão de camponeses do campo, resultando em um intenso êxodo rural. Muitos foram obrigados a migrar para as cidades em busca de melhores condições de vida, enquanto outros optaram por resistir e lutar pela permanência na terra, como destacado por Fernandes e Stédile (2012):

Isso os obrigou a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social que gerou o MST. Uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para os seus problemas. Quer permanecer no campo e, sobretudo, na região onde vive. (Fernandes e Stédile 2012 p 17)

Além da questão socioeconômica, Stédile ainda aponta dois outros fatores na gênese do MST, o ideológico e o político, os 3 fatores são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – A gênese do MST

Fatores de Surgimento do MST		
Socioeconômico	Ideológico	Político
- Modernização dolorosa na agricultura (1970)	- Trabalho pastoral da Igreja Católica e Luterana	- Coincidência com processo de democratização do Brasil
- Introdução da soja acelera mecanização	- Surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975	- Reforma agrária soma-se a greves operárias e democratização
- Expulsão rápida de população do campo	- Motivação regional inicial da CPT	- Eventos como a concentração na Encruzilhada Natalino (1981)
- Migração para regiões de colonização	- Ideologia da Teologia da Libertação aplicada pela CPT	- Papel semelhante ao da Marcha a Brasília (1997)
- Migração para a cidade durante "milagre brasileiro" (final dos anos 1970)	- Contribuição ideológica para a luta dos camponeses	- Soma-se a luta pela democratização da sociedade

Fonte: Adaptado de Fernandes e Stédile, 2012.

Na década de 1980, o movimento se oficializa como uma forma de resposta à profunda desigualdade na distribuição de terras no país, com a intenção de buscar reverter a concentração fundiária por meio da ocupação de terras improdutivas.

Em 1984, os trabalhadores rurais que protagonizavam essas lutas pela democracia da terra e da sociedade se convergem no 1º Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná. Ali, decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país. (MST, 2024)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é uma organização social brasileira que luta pela reforma agrária e por melhores condições de vida para os trabalhadores rurais. Desde a sua fundação em 1984, o MST tem desempenhado um papel crucial na mobilização de camponeses sem terra em todo o Brasil, buscando conquistar terras improdutivas para promover a agricultura familiar e a justiça social. Entre suas muitas ações, destacam-se várias conquistas significativas do território ao longo de sua trajetória.

A história comprova que, em alguns momentos, os dominados criam mecanismos de poder a fim de lutar por justiça social e assim alcançaram o que hoje conhecemos por direitos. Mas ainda que tenham obtido algumas conquistas frente às imposições das elites políticas, não conseguiram instituir estratégias para confrontar, na mesma medida, as estruturas do poder econômico. (Lopes, 2014, p. 133)

Além de ocupar terras, o MST também se dedica à construção de espaços políticos nas áreas que ocupa. Isso envolve a criação de assentamentos e acampamentos onde a vida coletiva, a tomada de decisões democráticas e a gestão da terra são práticas cotidianas. Esses espaços políticos são essenciais para a construção da autonomia e da cidadania das comunidades rurais, que desempenham papel ativo na tomada de decisões relacionadas à produção de alimentos, ao manejo e à organização social.

O MST tem desempenhado um importante papel na conscientização política dos trabalhadores rurais. A participação ativa do movimento em debates importantes na sociedade, a promoção de debates sobre questões agrárias, os setores de educação e a luta pelos direitos dos trabalhadores são conquistas fundamentais que vão além da aquisição de terras.

A base socioterritorial do MST reflete uma interconexão entre espaço, comunidade e luta social, os “sem-terra” não se limitam a reivindicações por pedaços de terra, mas buscam ativamente transformar a estrutura agrária, redefinir

relações sociais e construir alternativas mais justas e igualitárias para a sociedade rural por meio de suas bandeiras de lutas. Quanto à territorialidade do MST não se limita apenas às áreas físicas ocupadas, mas expande-se para o âmbito simbólico e político.

As ocupações de terras promovidas pelo MST não são apenas ações de protesto; são estratégias de reconfiguração socioterritorial a ocupação de terras consideradas improdutivas ou que não cumprem a sua função social é a estratégia central do movimento. Essas ocupações buscam promover uma reorganização da produção agrícola, enfatizando a agricultura familiar, a agroecologia e a soberania alimentar e também chamar a atenção para a desigualdade na distribuição de terras no Brasil e exigir a implementação de políticas de reforma agrária. Muitas dessas ocupações resultaram na conquista efetiva de terras para assentamentos e com isso o MST se configura como um agente transformador da realidade socioterritorial brasileira.

A ocupação de terras é a forma de luta mais importante do MST. É a partir dela que o Movimento denuncia terras griladas ou improdutivas. A ocupação gera o fato político, que demanda uma resposta do governo em relação à concentração de terras no Brasil. (MST, 2024)

É fundamental compreender que, além da ocupação de terras, o movimento cria uma narrativa que envolve a construção de comunidades sólidas e autônomas, a promoção da educação popular, a luta por direitos sociais e a articulação de redes solidárias. A abordagem socioterritorial é fundamental para entender o impacto do MST na sociedade brasileira, pois vai além das questões agrárias e alcança as raízes mais profundas da desigualdade social e da injustiça estrutural do país.

Um movimento socioterritorial como o MST tem como um dos seus principais objetivos a conquista da terra de trabalho. E os realiza por meio de uma ação denominada ocupação da terra. A ocupação é um processo socioespacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos sem-terra. (Fernandes, 2000 p.61)

O MST tem contribuído significativamente para a criação de assentamentos rurais, nos quais famílias sem-terra recebem parcelas de terras para cultivar e desenvolver suas atividades agrícolas. Esses Assentamentos representam uma alternativa ao modelo agroindustrial predominante, promovendo a agricultura familiar e a sustentabilidade ambiental. Em muitos assentamentos, a ênfase é colocada na

prática da agroecologia e isso implica a adoção de práticas agrícolas sustentáveis, sem o uso intensivo de agrotóxicos, visando à preservação ambiental e à produção de alimentos saudáveis.

O Assentamento Maria Rosa do Contestado é um modelo de Assentamento federal e está em fase de implementação, após publicação da portaria que institui a propriedade como de interesse para reforma agrária, como será apresentado no capítulo 3. Medeiros (2009) define o assentamento como um território formado por um grupo de pessoas que nele vivem por estarem engajadas em um mesmo objetivo, a busca pela terra. Existe, segundo a autora uma identidade no Assentamento que está ligada com a territorialidade:

Esta identidade, inicialmente, é de caráter político, social e cultural, mas se redimensiona como territorialidade com a implementação do processo produtivo, da organização do espaço do Assentamento com sua infra-estrutura, suas novas relações sociais, econômicas e culturais. A territorialidade construída em um Assentamento está composta de relações simétricas, estabelece as trocas necessárias e equilibra os ganhos e os custos revelando assim a multiplicidade do espaço vivido (Medeiros, 2009, p.219).

Nesse sentido, a formação do assentamento possibilita a criação de um território, formado pela identidade dos assentados e das relações sociais estabelecidas, tornando-se um espaço que transcende a ocupação física da terra. Essa território do assentamento vai além das fronteiras geográficas e incorpora valores culturais e sociais. A identidade coletiva dos assentados se constrói a partir das experiências compartilhadas na luta pela reforma agrária e se fortalece com o desenvolvimento conjunto de estratégias para a resistência no campo.

Embora que ao longo de sua existência, o MST tenha enfrentado inúmeros desafios e críticas, suas conquistas na luta pela terra e pela justiça social no campo brasileiro foram significativas, o movimento desempenha um papel fundamental na busca por transformações estruturais no campo e que promovam um modelo agrícola mais inclusivo e sustentável que atenda as milhares de famílias de camponeses que estão na luta por seu pedaço de terra para produzir.

A construção de um modelo de agricultura mais sustentável é também uma forma de fortalecimento da organização comunitária, pois, além das conquistas de território físico, o MST também alcançou avanços significativos no fortalecimento das suas organizações comunitárias. A construção de escolas dentro dos assentamentos, cooperativas agrícolas para escoar a produção e gerar mais renda,

centros de saúde e outras estruturas comunitárias demonstra o compromisso do movimento com o desenvolvimento integral das comunidades rurais.

1.3 MST: DA QUESTÃO AGRÁRIA À REFORMA AGRÁRIA POPULAR

A questão agrária é um tema que se liga à história e ao desenvolvimento de diversas sociedades ao redor do mundo, falando do contexto brasileiro, a discussão sobre a distribuição de terras e a garantia de acesso à terra para a população tem raízes profundas. Desigualdades na posse de terras, concentração fundiária e condições precárias de vida no campo são desafios que devem ser levados em consideração ao se analisar a questão agrária brasileira.

O termo "questão agrária" é empregado para descrever uma área do conhecimento que se dedica ao estudo, pesquisa e compreensão dos problemas sociais relacionados ao uso, posse e propriedade da terra em diversas sociedades. Ao analisar a organização socioeconômica do meio rural de um país, está-se, na verdade, explorando a questão agrária desse país. Inicialmente, o termo foi utilizado como sinônimo dos problemas agrários, especialmente quando a concentração da propriedade da terra impactava o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura, Stédile (2012).

É preciso atentar que ao longo da história a questão agrária pode ter características diferentes:

A questão agrária é o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção. Em diferentes momentos da história, essa questão apresenta-se com características diversas, relacionadas aos distintos estágios de desenvolvimento do capitalismo. Assim, a produção teórica constantemente sofre modificações por causa das novas referências, formadas a partir das transformações da realidade. (Fernandes, 2013, p.119)

A evolução do conceito de "questão agrária" nas últimas décadas envolve um entendimento de que ela representa uma área do conhecimento dedicada a estudar como cada sociedade organiza o uso, a posse e a propriedade da terra ao longo de sua história. Isso implica analisar as diferentes formas de uso da natureza, a posse do território por grupos sociais específicos e a condição jurídica da propriedade privada da terra.

Buelvas (2018, p.33) apresenta que “no Brasil esta questão agrária conflituosa não é recente. A disputa territorial tem sua origem na colonização, e a partir do período republicano, com a intensificação da industrialização agrária, aumentaram impactos sócio-territoriais que afetaram, principalmente, as populações camponesas e indígenas”. Para a autora, a questão agrária “envolve territórios tanto de governança quanto de camponeses, privados ou capitalistas”. E entende que “reconhecer a multiterritorialidade, a vulnerabilidade camponesa frente à expansão do agronegócio, as políticas neoliberais, e as inconsistências na Reforma Agrária, é aceitar que o território em sua totalidade é conflitual” (Buelvas, 2018, p.38).

Atualmente, existem muitos debates e divergências sobre a questão agrária no Brasil, de um lado a intensificação do capitalismo na agricultura relacionada com o aumento da produção, de outro, a concentração da propriedade da terra, desigualdades sociais, dependência econômica e impactos ambientais negativos resultantes das práticas capitalistas na agricultura. Essas divergências evidenciam a complexidade e a pluralidade de abordagens no estudo da questão agrária.

Diferente da questão agrária, a reforma agrária refere-se a um conjunto de políticas e medidas destinadas a reorganizar a estrutura fundiária, buscando promover uma distribuição mais justa da terra entre a população rural. Essa iniciativa visa geralmente corrigir desigualdades históricas, combater a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários e promover o desenvolvimento do campo.

Stédile (2012, p. 659) ao falar sobre reforma agrária afirma que essa “é um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir”.

Campesinato e agronegócio possuem visões distintas com relação à reforma agrária, para os camponeses a terra é local de produção e moradia, enquanto que para o agronegócio a terra é mercadoria (negócio), é o que explica Fernandes (2013, p.143) “O agronegócio procura manter o controle sobre as políticas e sobre o território, conservando assim um amplo espaço político de dominação. Tudo o que está fora deste espaço é sugado pela ideologia do agronegócio. Um exemplo é a reforma agrária”. Para o autor o campesinato depende da terra, do território para enfrentar o agronegócio:

O campesinato é um grupo social que além das relações sociais em que está envolvido, tem o trunfo do território. A cada ocupação de terra,

ampliam-se as possibilidades de luta contra o modo capitalista de produção. Pode-se fortalecer cada vez mais se conseguir enfrentar e superar as ideologias e as estratégias do agronegócio. Se conseguir construir seus próprios espaços políticos de enfrentamento com o agronegócio e se manter sua identidade socioterritorial. Essas condições são fundamentais para o desenvolvimento da agricultura e do Brasil. (Fernandes, 2013, p. 145)

A Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu artigo 184º, estabelece sobre a reforma agrária nos seguintes termos: “Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social”, neste caso, conforme segue no Artigo 186º, a função social para ser cumprida precisa e atender certos critérios, são eles:

A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (Brasil, 1988)

Sendo assim, a luta dos camponeses é baseada em uma política pública constitucional, é uma luta pela afirmação de direitos dos trabalhadores rurais sem terra. Trata-se de uma luta que visa a reparação dos problemas fundiários existentes no país e que conforme relata Fernandes, “Reforma agrária para o futuro deve minimizar a subalternidade do campesinato, melhorar a renda e a qualidade de vida, desenvolver o mercado local e a produção de alimentos saudáveis” (Fernandes, 2013, p.205).

Em 25 de fevereiro de 1993 foi promulgada a Lei 8.629, uma legislação brasileira que trata sobre a regulamentação das normas e condições para a alienação de imóveis rurais pertencentes à União. A lei tem como seu principal objetivo viabilizar a reforma agrária, promovendo a redistribuição de terras para fins produtivos e o estímulo à agricultura familiar. Ela estabelece critérios para a desapropriação de terras, considerando aspectos como a função social da propriedade rural e o cumprimento de sua destinação legal.

No Brasil, a reforma agrária é de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), responsável por implementar as políticas de reforma agrária, fiscalizar o uso adequado das terras desapropriadas e promover o desenvolvimento sustentável nas áreas reformadas. O órgão foi criado pelo

Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970 e possui como sua primeira diretriz, a democratização do acesso à terra:

O Incra implementará a reforma agrária promovendo a democratização do acesso a terra por meio da criação e implantação de Assentamentos rurais, da regularização fundiária de terras públicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, para a desconcentração da estrutura fundiária, para a redução da violência e da pobreza no campo e promoção de igualdade.(INCRA, 2020)

Existem pelo mundo diversos tipos de reforma agrária que tem objetivos principais comuns, incluindo redistribuição de terras, desenvolvimento rural, justiça social e melhores condições de vida no campo. As abordagens para implementar a reforma agrária variam de acordo com o contexto político, econômico e social de cada país. Podem envolver políticas de compra e venda de terras, medidas de desapropriação, incentivos para a agricultura familiar, entre outros instrumentos. É importante notar que a implementação bem-sucedida da reforma agrária muitas vezes requer um diálogo aberto e participativo e que envolva principalmente as comunidades camponesas, pois são as mais afetadas pela profunda desigualdade no campo.

No Brasil, a história da reforma agrária tem sido marcada por avanços e retrocessos. Desde a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na década de 1970 foram realizadas diversas tentativas de enfrentar a questão agrária, com a distribuição de terras para famílias sem acesso à propriedade, no entanto, a efetividade dessas ações tem sido questionada, especialmente diante da persistência de latifúndios e da concentração de terras nas mãos de poucos.

João Pedro Stédile, uma das principais lideranças do MST e autor de vários livros que discutem as questões agrárias aponta 7 tipos de reforma agrária que ocorreram no mundo (Quadro 3). Dentre os tipos de reforma agrária apresentados por Stédile, destacamos para o contexto desse trabalho a Reforma Agrária Popular, que é o tipo de reforma agrária que o MST busca.

Quadro 2 – Tipos de Reforma Agrária

(continua)

Tipos de Reforma Agrária	Características Principais	Exemplos
Reforma Agrária Clássica	- Desapropriação e distribuição massiva de terras durante a industrialização. - Realizada por governos burgueses para promover o acesso à terra e desenvolver o mercado interno.	- Leis de terras nos países industrializados da Europa Ocidental (século XIX - pós Segunda Guerra Mundial). - Lei de terras do governo Abraham Lincoln nos EUA (1862).
Reforma Agrária Anticolonial	- Realizada durante a independência política de colônias. - Desapropriação das terras dos latifundiários ligados às metrópoles.	- Experiência no Haiti após 1804. - Tentativas no Paraguai e Uruguai no século XIX.
Reforma Agrária Radical	- Tentativa de erradicação do latifúndio e distribuição de terras pelos próprios camponeses. - Realizada no contexto de revoltas populares.	- Revolução Mexicana (1910-1920). - Revolução Popular na Bolívia (1952-1954).
Reforma Agrária Popular	- Distribuição massiva de terras em aliança entre governos populares/nacionalistas e camponeses. - Aplicação de leis progressistas.	- Revolução Chinesa (1930-1950). - Experiências em Cuba pós-1959 e Nicarágua (1979-1989).
Reforma Agrária Parcial	- Implantação após a Segunda Guerra Mundial em resposta a movimentos revolucionários. - Tendência a ser limitada devido às alianças com oligarquias rurais.	- Tentativas na América Latina (Chile, Peru, Equador, Honduras) nos anos 1960-1970. - Propostas do Governo Kennedy nos EUA.

Quadro 2 – Tipos de Reforma Agrária

(conclusão)

Tipos de Reforma Agrária	Características Principais	Exemplos
Reforma Agrária de Liberação Nacional	- Ocorreu em países africanos após a independência e descolonização. - Distribuição das terras "apropriadas" dos colonos europeus.	- Tanzânia, Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Congo, Líbia, Argélia.
Reforma Agrária Socialista	- Realizada no contexto de processos revolucionários que visam superar o capitalismo. - Abolição da propriedade privada da terra.	- Experiências na Rússia (governo de Josef Stalin), Iugoslávia, Coreia do Norte, Alemanha Oriental. - Tentativas na China (Revolução Cultural) e Cuba (década de 1970).

Fonte: Adaptado de Stédile 2012

A Reforma Agrária Popular a qual o MST¹ se propõe, se evidencia como uma proposta que vai além da simples redistribuição de terras, ela busca promover uma transformação estrutural na relação do homem com a terra, promovendo a justiça social. Além disso, o conceito vai ao encontro de uma visão mais ampla que reconhece a importância da participação das comunidades rurais na definição e implementação de políticas agrárias. Trata-se de uma abordagem que considera não apenas a dimensão quantitativa da distribuição de terras, mas também a qualidade dessa distribuição. Isso implica em garantir que as famílias assentadas tenham condições de produzir de forma sustentável, com acesso a recursos, infraestrutura e apoio técnico.

¹ O modelo de Reforma Agrária Popular foi proposto pelo MST no início dos anos 2000, incorporando à luta pela terra a preocupação com a produção de alimentos saudáveis para toda a população.

Para o MST “A luta pela Reforma Agrária Popular consiste na distribuição massiva de terras a camponesas e camponeses, democratizando a propriedade da terra na sociedade e garantindo o seu acesso, distribuindo-a a todos que quiserem produzir e dela usufruir ” (MST). Temos também a reforma agrária popular alinhada à ideia de agroecologia, buscando práticas agrícolas mais sustentáveis e respeitosas ao meio ambiente. Isso implica uma transição do modelo agrícola baseado em monoculturas e uso de agrotóxicos para sistemas mais diversificados e sustentáveis.

Figura 1 – Reforma Agrária



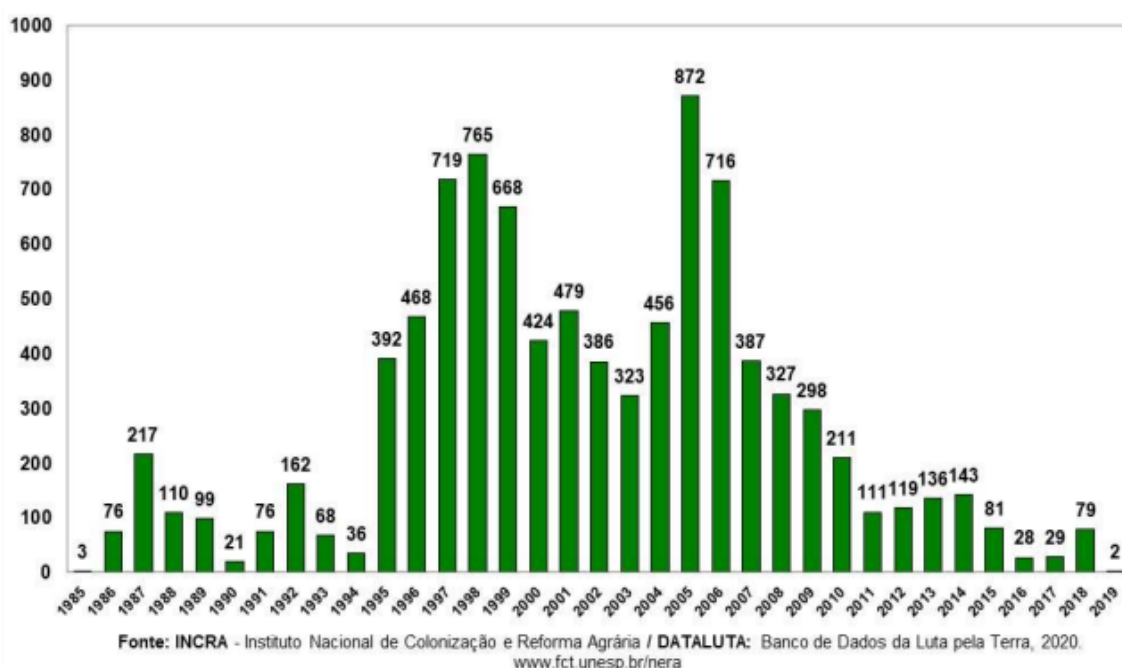
Fonte: MST

Os desafios para a implementação da Reforma Agrária Popular são significativos e vão desde resistências políticas até questões estruturais. O poderio econômico dos grandes latifundiários e empresas do agronegócio é evidente, na política temos o exemplo da chamada “bancada do agro”, deputados e senadores que possuem relação com o agronegócio e votam leis em seu benefício. Fernandes (2012) entende que para implantar a reforma agrária, é necessário ir além da

desconcentração fundiária, é necessário acabar com a hegemonia do agronegócio sobre as políticas de desenvolvimento da agricultura e reconhecer a importância dos diferentes tipos de produção.

Em 2020, a Rede Dataluta publicou em seu relatório um gráfico sobre os assentamentos rurais criados no país entre os anos de 1985 e 2019 (Gráfico 1), mostrando um panorama histórico da criação de assentamentos.

Gráfico 1 – Número de Assentamentos rurais - Assentamentos criados (1985-2019)



Fonte : Rede Dataluta 2022

Em seus primeiros governos (2003-2006 e 2007-2010), o presidente Lula, conforme aponta Fernandes (2012), enfrentou a bancada do agro e grande parte das terras destinadas à reforma agrária tiveram origem na regularização de terras da União. Tal fato se deve muito às pressões exercidas pelo MST, porém o autor afirma que os avanços no governo petista em relação à reforma agrária foram tímidos, porém existiram, diferente do último governo de extrema direita onde a questão da reforma agrária foi praticamente nula.

Construir um modelo de reforma agrária popular, a qual propõe o MST torna-se então algo mais complexo devido a grande influência que o agronegócio possui, porém, todas as conquistas no campo foram por meio de muitas lutas e reivindicações. O latifúndio e o agronegócio têm forte influência no Brasil e muitas

vezes, os Assentamentos estão ligados ao agronegócio por não ter outras alternativas produtivas.

O modelo de reforma agrária popular proposto pelo movimento, requer ainda muito diálogo e participação social, é preciso que a sociedade tome conhecimento. Portanto, da questão agrária à Reforma Agrária Popular, a jornada é longa e exigirá esforços contínuos para a construção de um modelo agrário mais justo, e isso não é apenas uma necessidade que envolve os camponeses, mas uma demanda urgente para promover o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente.

Stédile (2012) traz a reflexão sobre a necessidade de a reforma agrária estar atrelada a democratização da educação, na sua visão é necessário o investimento em educação para alcançar a democratização da terra e ainda aponta a necessidade de romper o que ele chama de 3 cercas:

A cerca do latifúndio, que é a mais fácil de derrubar, é só ocupar. A cerca do capital, já mais difícil, ter acesso, construir nossas agroindústrias; e a cerca da ignorância. Implantar a reforma agrária é uma resposta para corrigir os impactos devastadores do capitalismo sobre o campesinato, pois a história revela que, ao longo dos anos, as comunidades rurais foram progressivamente marginalizadas, perdendo território para as forças do agronegócio. Apesar dos avanços e das políticas de desenvolvimento da agricultura camponesa implementadas durante o governo de Lula, a subalternidade persiste como um desafio a ser superado. (Fernandes e Stédile, 2012, p.164)

A busca por soluções eficazes exige uma reflexão sobre a importância da autonomia na agricultura camponesa, é necessário o avanço nos programas que visam a soberania dos camponeses, pois a dependência excessiva do mercado global e a falta de controle sobre os recursos prejudicam a autonomia dessas comunidades. A reforma agrária, portanto, não é apenas um ato de redistribuição de terras e uma política de Assentamentos, mas uma transformação estrutural no país que deve ser aliada a criação de políticas eficazes de apoio ao campesinato.

O Assentamento Maria Rosa do Contestado, se insere no modelo de reforma agrária popular, promovido pelo MST, um modelo voltado à democratização da terra com foco na produção agroecológica e que contribui para a construção da Soberania Alimentar. Nesse contexto, a Agroecologia desempenha um papel fundamental ao propor um modelo de produção baseado nos saberes tradicionais, na produção justa e sustentável e na autonomia dos camponeses.

Por fim, a reforma agrária, quando concebida de maneira abrangente, deve representar não somente a correção dos desequilíbrios históricos no meio rural, mas

a construção de uma agricultura camponesa autônoma e sustentável que coloque o poder nas mãos daqueles que cultivam a terra, promovendo a justiça social e ambiental no cenário rural.

A Agroecologia surge, como prática e como um caminho para realização da reforma agrária. Dessa forma, reforma agrária e Agroecologia caminham juntas nos aspectos, econômico, social e ambiental, garantindo o protagonismo dos camponeses.

1.4 AGROECOLOGIA: UMA BANDEIRA DE LUTA PARA A REFORMA AGRÁRIA

A agroecologia se apresenta como uma abordagem inovadora e sustentável para a produção agrícola, destacando-se como uma forma de cultivo promissora e que pode contribuir para a implementação da reforma agrária. Longe de ser apenas um método de cultivo, a agroecologia integra princípios e práticas ecológicas, sociais e econômicas, visando uma agricultura mais economicamente justa e socialmente responsável.

Devido os grandes desafios enfrentados para a redistribuição de terras no Brasil, a agroecologia é considerada uma solução capaz de enfrentar esses desafios, promovendo um modelo de produção que respeita a terra e os ciclos naturais, utiliza de maneira eficiente os recursos disponíveis e valoriza o conhecimento tradicional dos povos. Tem como um dos pilares a diversificação de cultivos, o que faz oposição ao monocultivo, também contribui para a construção da segurança e Soberania Alimentar das comunidades camponesas ao diversificar a oferta de alimentos e produzir alimentos adaptados a cada região.

O MST se utiliza da implementação da agroecologia como estratégia para a reforma agrária aliando a produção de alimentos com o fortalecimento das comunidades, promovendo a participação ativa dos camponeses na tomada de decisões, valorizando práticas culturais locais e fomentando a economia solidária. Trata-se de uma filosofia que visa a integração do homem com a natureza e serve como bandeira de luta para a realização da reforma agrária e como estratégia de resistência no campo.

Ao ser adotada pelo MST, a agroecologia transcende a prática agrícola e se torna instrumento de resistência, pois, além de prática de cultivo, ela também contribui na reconfiguração das relações sociais e econômicas do campo. A

abordagem agroecológica também desafia o paradigma predominante da agricultura intensiva no uso indiscriminado de agrotóxicos ao propor um modelo mais sustentável.

Muitas das vezes, porém, a Agroecologia não ocorre de maneira imediata nos Assentamentos, pois trata-se de um processo de transição do modelo tradicional, que se utiliza de agrotóxicos. A Agroecologia vai se estabelecendo gradativamente, à medida que os camponeses vão tendo acesso a formação, conhecimento e prática agroecológicas. A transição permite reduzir a dependência do uso de agrotóxicos gradualmente, ao mesmo tempo que constrói a autonomia da comunidade.

Nesse sentido, a agroecologia deve ser vista como uma ferramenta estratégica para a reforma agrária, oferecendo além de uma alternativa de produção, um modo de vida mais sustentável e alinhado com princípios de justiça social. Ao incentivar a participação dos agricultores na tomada de decisões e ao fomentar práticas econômicas solidárias, o MST se posiciona como um agente de transformação na redistribuição de terras e também na construção de um modelo agrícola e social que respeita as pessoas e o meio ambiente.

No capítulo 2, a Agroecologia é apresentada como uma alternativa à agricultura tradicional e como uma ferramenta na construção da Soberania Alimentar. A discussão será desenvolvida com base em autores como Altieri (2004), Caporal e Petersen (2011), Fernandes (2019), Coca, et. al (2020), Coca, Vinha e Cleps Junior (2021), Guzmán (2002) e Primavesi (2008).

2 AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR COMO PROPOSTAS DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS

A fome — eis um problema tão velho quanto a própria vida.
(André Mayer)

Como visto no Capítulo I, a reforma agrária popular é uma bandeira de luta dos Movimentos Socioterritoriais para conquistar seu território e manutenção no campo, além de lutar pela implantação de práticas agrícolas mais sustentáveis e preservação dos conhecimentos locais.

Dando sequência no tema, neste capítulo, a análise partirá para a outros temas que se relacionam com a construção da reforma agrária popular, trata-se da Agroecologia, como um modelo de produção agrícola que aliado os preceitos da reforma agrária, buscam beneficiar as comunidades do campo e promover justiça social com a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis. Além disso, o modelo de agricultura agroecológica contribui para a construção da Soberania Alimentar dos povos, possibilitando que esses possam ter direito de decidir sobre sua produção e alimentação.

A análise desenvolvida neste capítulo, parte da implantação da Revolução Verde no Brasil, que surgiu nos anos 1960 com o discurso de contribuir com a erradicação da fome e também que serviu para a introdução das monoculturas, do veneno e da máquina no campo, ou como apontam Machado e Machado Filho (2014, p. 43), colocou em prática a “tríade capitalista: tempo, custo e lucro”, onde a adoção de práticas como sementes transgênicas e fertilizantes sintéticos buscou aumentar a produtividade em detrimento do lucro.

2.1 DA REVOLUÇÃO VERDE A AGROECOLOGIA

Josué de Castro em seu livro “Geografia da Fome” trouxe o debate sobre os problemas relacionados à fome no país, para o autor, a fome é algo estrutural, para ele, não estava somente relacionada com problemas de escassez de alimentos, mas também era resultado das desigualdades sociais, políticas e econômicas no país. Castro ainda compreendia a relação da fome com a pobreza e a distribuição desigual de recursos, ele acreditava que para acabar com os problemas deveriam

ocorrer medidas de acesso equitativo a alimentos, buscando promover também justiça social e econômica.

Como um país que se orgulha do seu agronegócio, espalhando a ideia de que o “agro alimenta o país” pode ter tantas pessoas passando fome ainda nos dias de hoje? De acordo com levantamento, cerca de 20 milhões de pessoas enfrentavam a fome no quarto trimestre de 2023 (Baccarin, et al, 2023).

Ainda durante a Segunda Guerra Mundial, as grandes potências mundiais, principalmente os EUA, buscavam maneiras de expandir suas economias e espalhar pelo mundo as novas tecnologias.

A introdução da máquina, do veneno e do transgênico nos campos do Brasil foi um processo que se iniciou ainda em tempos de Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), pois dentre as indústrias mais desenvolvidas neste período, a indústria química se destaca e começa a buscar novos mercados para vender seus produtos, uma vez que terminada a guerra, era necessário outro campo que consumisse as descobertas feitas por este segmento (Lazzari, 2017, p.3)

A Revolução Verde, conhecida também como sendo um “pacote tecnológico”, prometia acabar com a fome no mundo com a utilização de novos maquinários destinados à produção agrícola que seriam os responsáveis pelo aumento da produtividade no campo, dentro do pacote ainda estavam os venenos utilizados na produção para “eliminar pragas” os chamados agrotóxicos e, além disso, como mencionado por Lazzari, ainda trazia a ideia de implantação de transgênicos, sementes geneticamente modificadas que vendiam a ideia de além de ser mais resistentes seriam menos suscetíveis às “pragas” e faria com que alimentos pudessem se adaptar aos diferentes climas.

Todo esse pacote, vendido com a promessa de aumentar a produção de alimentos e acabar com a fome, na verdade, não cumpriu o que prometeu, ao contrário disso, serviu para aumentar a desigualdade no campo, expandir os latifúndios no país e aumentar o lucro dos grandes capitalistas.

Da Silva (1997), aponta que esse cenário desfez a ilusão de que a Revolução Verde resolveria os problemas da fome e da miséria no campo, em vez disso a “modernização agrícola”, ignorou as necessidades sociais e econômicas das comunidades rurais tendo como resultado as desigualdades no campo. Esse contexto reforça a necessidade de repensar as políticas agrícolas e fundiárias.

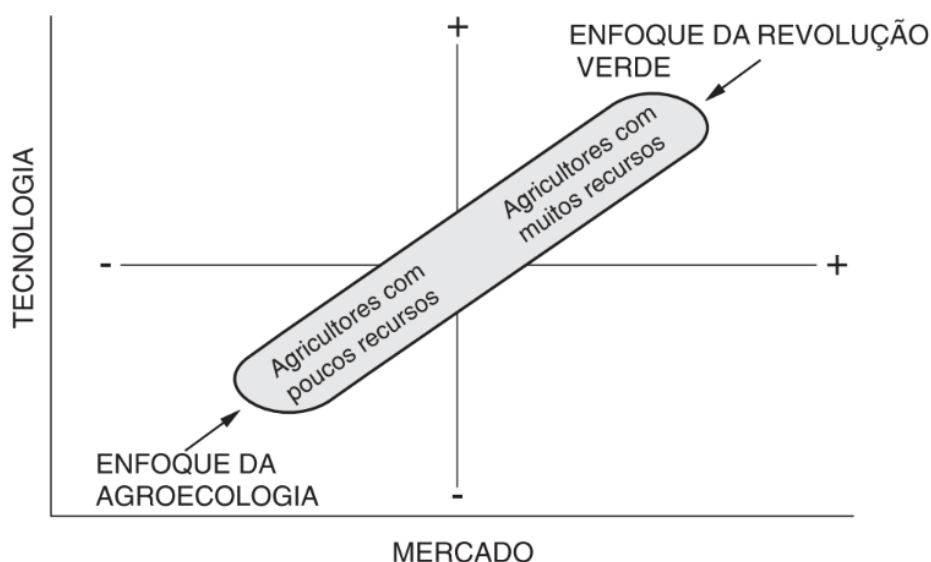
Ou seja, a Revolução Verde implantou a tecnologia e maquinários na agricultura, mas também trouxe o aumento do desmatamento para exploração em

larga escala das monoculturas, acentuou o êxodo rural, já que o acesso ao pacote tecnológico fez com que vários agricultores se endividassem e acabassem por perder suas propriedades, que acabavam sendo compradas por grandes latifundiários. Isso contribuiu para a grande concentração de terra que ocorre no país até os dias de hoje. Além desses problemas, o meio ambiente passou a ser muito impactado com a grande utilização de agrotóxicos (pesticidas, fertilizantes químicos, etc.).

Um problema da Revolução Verde nas regiões agrícolas heterogêneas, é que ela concentrou seus esforços nos agricultores mais bem providos de recursos, no topo do gradiente, esperando que os “agricultores progressistas ou avançados” servissem como exemplo a outros, em um processo difusionista de transferência de tecnologias. Os agroecologistas, ao contrário, enfatizam que, para o desenvolvimento ser realmente de baixo para cima, deve começar com aqueles pequenos agricultores da parte inferior do gradiente. Altieri 2004, p 42

Conforme apontou Altieri, o enfoque da Revolução Verde estava direcionado para os agricultores com mais recursos financeiros (Figura 2).

Figura 2 – Enfoque da Agroecologia versus Enfoque da Revolução Verde



Fonte: Altieri, 2004

A Revolução Verde trouxe consigo inúmeros problemas no campo, conforme exposto na tabela a seguir (Quadro 4)

Quadro 3 – Problemas da Revolução Verde

Problemas Relacionados à Revolução Verde	Descrição
Esgotamento de Recursos Naturais	O uso intensivo de agrotóxicos pode levar ao esgotamento do solo e da água, resultando em degradação, perda de fertilidade e contaminação dos recursos hídricos.
Perda de Biodiversidade	A monocultura e o uso de sementes híbridas levam à redução da diversidade de espécies cultivadas e à perda de habitats naturais, aumentando a vulnerabilidade das culturas a pragas e doenças.
Endividamento Agrícola	A dependência de insumos externos cria um ciclo de endividamento para os agricultores, especialmente camponeses e familiares, que enfrentam dificuldades para arcar com os custos dos insumos e manter sua produção.
Impactos na Saúde Humana	A exposição a venenos utilizados na agricultura pode causar uma variedade de problemas de saúde, incluindo irritações na pele, problemas respiratórios e risco de câncer.
Vulnerabilidade às Mudanças Climáticas	Os sistemas agrícolas baseados na Revolução Verde são vulneráveis às mudanças climáticas, devido à dependência de variedades sensíveis ao clima e ao uso intensivo de água e insumos químicos.

Org.: O autor.

Diante dos desafios apresentados pelo modelo convencional de agricultura, deixados de herança pela Revolução Verde, a Agroecologia surge como uma alternativa viável e promissora, pois busca desenvolver sistemas agrícolas sustentáveis que promovam a saúde do solo, a biodiversidade e a redução das desigualdades sociais. Ao integrar práticas tradicionais e conhecimentos científicos, a Agroecologia, além de visar a Soberania Alimentar dos povos, contribui com a preservação e fortalecimento das comunidades rurais. Essa abordagem é essencial

para enfrentar os desafios da agricultura moderna na construção de um futuro sustentável para o planeta.

2.2 AGROECOLOGIA: UM MODELO SUSTENTÁVEL DE PRODUÇÃO

Como visto no tópico anterior, a Revolução Verde, que se apresentava com a ideia de modernização no campo para a erradicação da fome não cumpriu seu papel, trazendo desigualdades no campo e modificando as práticas agrícolas, com a implantação da monocultura, utilização de agrotóxico e sementes transgênicas.

Neste sentido, a aplicação de práticas agroecológicas, como as presentes no Assentamento Maria Rosa do Contestado, vem ganhando muita atenção nas últimas décadas. A busca pela produção livre de agrotóxicos e que se fundamenta nos saberes tradicionais e práticas da comunidade do Assentamento, são exemplos de um modelo de produção possível e de enfrentamento ao agronegócio. É necessário resgatar os princípios da agricultura que foram deixados de lado com a Revolução Verde, como afirmam Machado e Machado Filho:

Agroecologia como um método, um processo de produção agrícola- animal e vegetal- que resgata os saberes que a “Revolução Verde” destruiu ou escondeu, incorporando-lhes aos extraordinários progressos científicos e tecnológicos dos últimos 50 anos, configurando um corpo de doutrina que viabiliza a produção de alimentos e produtos limpos, sem veneno, tanto de origem vegetal como animal, e, o que é fundamental, básico, indispensável, em qualquer escala. É, pois, uma tecnologia capaz de confrontar o agronegócio, em qualquer escala. Machado e Machado Filho (2014, p.36)

Os autores ainda abordam que a Agroecologia, como compreendemos, dispõe de conhecimentos necessários para superar a monocultura e a quebra da biodiversidade, da mesma forma que é possível produzir alimentos saudáveis na escala necessária para a humanidade, utilizando várias técnicas (Machado e Machado Filho 2014 p. 37).

Altieri (2004, p.23) apresenta a ideia de que a Agroecologia oferece uma estrutura metodológica para uma análise mais abrangente dos agroecossistemas e dos princípios que regem seu funcionamento, esta nova abordagem incorpora aspectos agronômicos, ecológicos e socioeconômicos na avaliação do impacto das tecnologias nos sistemas agrícolas e na sociedade em geral.

O autor ainda aponta que a “Agroecologia utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional genética, agronomia,

edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais”. (Altieri, 2004, p.23).

Trata-se, portanto, de uma ciência que vai além da visão tradicionalmente limitada que se concentra somente em aspectos genéticos e agronômicos, preocupa-se com uma variedade de dimensões e que sua análise dessas dimensões culturais, sociais e ambientais é que lhe fornece esse caráter inovador e de enfrentamento.

“Ao contrário do agronegócio onde tudo é transformado em mercadoria, a Agroecologia é um compartilhamento comunitários de culturas e diversidade” (Fernandes, 2019 p. 204). Ainda para o autor, a Agroecologia “torna-se uma ciência extensa que compreende desde os estudos dos solos, da diversidade vegetal e animal, mas também das culturas e dos povos, superando a visão mercadológica” (Fernandes, 2019 p 205).

Ana Primavesi, engenheira agrônoma e precursora da Agroecologia no Brasil, escreveu que a Ecologia está relacionada com o solo, os seres vivos e o sistema natural de cada local, para a ela, trabalhar de forma ecológica implica em administrar os recursos naturais em harmonia com o ecossistema, ou seja, quando as práticas agrícolas são adaptadas às particularidades dos ambientes locais, é possível otimizar o potencial dos solos de forma natural. Por isso, no entendimento da autora, a Agroecologia valoriza profundamente o conhecimento empírico dos agricultores que são fundamentais para o desenvolvimento de práticas sustentáveis. (Primavesi, 2008).

No mesmo entendimento, Coca, et al. (2020) consideram que a prática agroecológica vai além das técnicas agrícolas e se vincula a sociedade e a natureza:

Sob tal perspectiva, a Agroecologia vai além de métodos sustentáveis de produção como o uso de caldas e biofertilizantes, o desenvolvimento de agroflorestas ou então, o pastoreio de gado por meio do sistema de pastoreio voisin. Por mais que tais técnicas sejam importantes na busca pela superação do modelo do agronegócio, acreditamos que a Agroecologia emerge como um paradigma mais amplo, pois assume também uma concepção ontológica, que dentre outros, visa reestabelecer a conexão entre a sociedade e a natureza por meio do processo de alimentação. Enquanto a produção orgânica se baseia em mecanismos de certificação com centralidade nos aspectos técnicos e práticos, a Agroecologia é também uma expressão dos camponeses na busca pela manutenção do seu modo de vida e produção. (Coca, Santos, Silva e Medeiros de Freitas, 2020, p. 172)

A Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), organização que reúne profissionais e estudantes que realizam estudos sobre a Agroecologia e contribuem para a construção da temática, a define da seguinte maneira:

Define-se a Agroecologia como ciência, movimento político e prática social, portadora de um enfoque científico, teórico, prático e metodológico que articula diferentes áreas do conhecimento de forma transdisciplinar e sistêmica, orientada a desenvolver sistemas agroalimentares sustentáveis em todas as suas dimensões. (ABA)

Devido à sua preocupação com o meio ambiente e com as questões sociais, a Agroecologia vem ganhando destaque nos Movimentos Socioterritoriais que a utilizam como ferramenta de manutenção no campo. Altieri (2004) considera que “A Agroecologia fornece as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento”.

Caporal e Petersen (2011) entendem que “o movimento agroecológico brasileiro se destaca como um campo social e científico de disputa na sociedade, em defesa de mudanças estruturais no campo, aliando-se aos históricos movimentos camponeses e da agricultura familiar (com e sem terra)”.

No mesmo contexto, a relação entre Agroecologia e Movimentos Socioterritoriais está ligada ao papel que ela representa na luta pela permanência na terra e pela reforma agrária, o que Coca, Vinha e Cleps Junior (2021) entendem como “resistência ativa”:

Representa esse processo a adoção do princípio de “resistência ativa” por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), no Brasil, que pode ser entendido como a proposição de uma alternativa ao modelo do agronegócio por meio da produção agroecológica voltada para a escala local, atendendo aos princípios da Soberania Alimentar. (Coca, Vinha e Cleps Junior 2021)

Os autores ainda afirmam que “A luta dos Movimentos Socioterritoriais pelo acesso à terra via políticas de reforma agrária se dá de modo articulado à implementação da Soberania Alimentar.” (Coca; Vinha; Cleps Junior, 2021). A reforma agrária é, portanto, um imperativo para que o campesinato se consolide como grupo responsável pela alimentação da população local.

Produzir de maneira agroecológica é, portanto para os Movimentos Socioterritoriais como o MST, uma forma de contribuir para a construção da Soberania Alimentar visando uma produção social e economicamente justa, onde

não ocorra exploração por nenhum participante da cadeia de suprimentos, além disso, as práticas agroecológicas contribuem para a reprodução social do território do movimento.

A Agroecologia, portanto, pode ser compreendida por seu enfoque científico e por representar um novo paradigma que rompe com as formas atuais de produção, é uma abordagem que propõe uma visão ecológica e ampla. Sua base está alicerçada em três pontos principais: técnica, ciência e movimentos sociais. É a partir desse “tripé agroecológico” (Quadro 4) que a Agroecologia se sustenta e se fortalece.

Quadro 4 – Tripé Agroecológico

Tripé da Agroecologia	
Técnica	Práticas de manejo agroecológico, diversificação de cultivos, uso de tecnologias sustentáveis, agrofloresta, rotação de culturas, compostagem, entre outros.
Ciência	Pesquisas interdisciplinares sobre Agroecologia, estudos de ecologia, agronomia, biologia, agroecossistemas, sistemas de produção sustentável, estudos de impacto ambiental, entre outros.
Movimentos Sociais	Associações de agricultores familiares, cooperativas agroecológicas, redes de produção e comercialização solidária, movimentos camponeses, movimentos pela Soberania Alimentar, Agroecologia urbana, entre outros.

Fonte: Adaptado de Guzmán 2002

É através da interação entre esses três elementos - técnica, ciência e movimentos sociais - que a Agroecologia se consolida como ferramenta de resistência para a construção da reforma agrária e como uma abordagem transformadora e capaz de enfrentar os desafios da agricultura visando o desenvolvimento rural e a preservação do meio ambiente.

Esses elementos podem ser identificados no Assentamento Maria Rosa do Contestado, que trabalha com o manejo agroecológico, a diversidade de produção e a rotação de culturas. Já relacionado a ciência, o Assentamento possui parceria com universidades e grupos de pesquisa que contribuem para a melhoria do seu processo produtivo. Além disso a associação dos camponeses em cooperativa e redes de comercialização integra o último dos três elementos, consolidando a prática agroecológica.

2.2.1 A Agroecologia como Ferramenta de Resistência para a Reforma Agrária Popular

A Agroecologia e a reforma agrária popular compartilham de uma visão comum que busca promover a justiça social e a igualdade de condições no campo. Isso ocorre através da adoção de práticas agroecológicas nos acampamentos e Assentamentos do MST. Com a junção dessas práticas é possível alcançar benefícios para as comunidades, tais como:

- Empoderamento e autonomia das comunidades: A Agroecologia valoriza o conhecimento local e promove a participação dos agricultores no processo de tomada de decisão sobre sua produção, fato que fortalece as comunidades.
- Soberania Alimentar: Possibilita a produção de alimentos saudáveis e nutritivos cultivados de forma sustentável, reduzindo assim a dependência de alimentos industrializados.
- Preservação da cultura e da biodiversidade: Resgata práticas agrícolas tradicionais e promove a conservação da biodiversidade.
- Resistência ao agronegócio: As áreas de reforma agrária que se utilizam da Agroecologia representam uma forma de resistência ao modelo dominante do agronegócio, baseado na monocultura e na concentração de terras.

A adoção de práticas agroecológicas possibilita a manutenção do campesinato, pois, ao promover a diversificação de culturas, aumenta a resiliência das comunidades e estimula a economia, gerando renda para as famílias e a cooperação entre os camponeses. Comunidades antes marginalizadas pela sociedade, conseguem se desenvolver por meio da comercialização de produtos agroecológicos. “Portanto, não está focada em negócios para atender a nichos de

mercado e consumidores com maior poder de compra, mas sim como uma ciência que pode contribuir para a generalização de estilos de agriculturas mais sustentáveis” (Caporal, Petersen 2011, p. 66).

Petersen (2020) acredita que uma governança democrática da alimentação implica o desenvolvimento de uma “nova geografia alimentar”, com o encurtamento das distâncias físicas e sociais entre a produção e o consumo. A “relocalização” ou “reterritorialização” dos sistemas alimentares é exatamente o que os movimentos de Agroecologia defendem e constroem ativamente há décadas.

Produzir Agroecologia, portanto é disputar o território com o modelo deixado do monocultivo deixado pela Revolução Verde, significa produzir em territórios utilizados historicamente e predominantemente pelo agronegócio e significa também que tais disputas são desiguais, pois dispõe de recursos e de apoio político e econômicos desproporcionais, pois o agronegócio além da concentração de terras concentra também o poder.

Para Petersen (2020) na conjuntura atual de reavaliação dos rumos da civilização, a Agroecologia surge como uma alternativa viável e essencial para o estabelecimento de economias baseadas em valores culturais que servirão de base para os novos modos de vida. Verbos como “relocalizar”, “desconcentrar” e “descentralizar” devem ser combinados de maneira integrada no vocabulário das economias que irão emergir.

2.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGROECOLOGIA NO BRASIL

“Políticas públicas são respostas a problemas sociais, políticos, econômicos, ambientais e/ou culturais que são considerados questões públicas” (Caderno Agroecologia nos municípios). Elas podem ser formuladas e implementadas em diferentes níveis governamentais (governos municipais, estaduais, nacionais) e envolvem uma combinação de legislação, regulação, programas, projetos e destinação de recursos. As políticas públicas podem ser compreendidas como o principal mecanismo de atuação do Estado, pois essa tem o potencial de impactar a vida de pessoas e comunidades.

No contexto da Agroecologia, a criação de políticas públicas desempenha um papel crucial na sua promoção e desenvolvimento. Ao desenvolver políticas públicas voltadas para a Agroecologia, os governos além de incentivar práticas

agrícolas sustentáveis, podem contribuir para a reconstrução do sistema de agricultura praticada no país e promover a manutenção dos camponeses na produção de alimentos por meio de políticas que gerem apoio financeiro, educação no campo e capacitação.

Alguns desafios são enfrentados para a construção de tais políticas, porém o enfoque agroecológico deve buscar resolver as questões relacionadas com a agricultura, o meio ambiente, clima, sociedade, economia e saúde (Figura 3).

Figura 3 – Desafios enfrentados pela Agroecologia



Fonte: Caderno Políticas Públicas, 2021.

Outro aspecto importante é o apoio ao desenvolvimento dos circuitos curtos de produção que facilitam a comercialização para os camponeses e comunidades rurais que praticam a Agroecologia, contribuindo para sistemas alimentares mais justos e sustentáveis.

Apesar de as políticas públicas voltadas para a promoção da Agroecologia não serem aplicadas de maneira efetiva no Brasil, são ações que contribuem para a inserção dos produtores em programas que auxiliam na produção e comercialização da sua produção. Dentre as principais políticas públicas para promoção da Agroecologia no Brasil, destaca-se a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), criada em 2012.

Esta política visa fomentar a adoção de práticas agroecológicas e orgânicas, promovendo a transição agroecológica e o fortalecimento da agricultura familiar, e também da promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional. Ela atua por meio de uma série de ações e programas desenvolvidos em parceria com diferentes órgãos governamentais, instituições de pesquisa, organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Atualmente, a PNAPO está sendo retomada após enfrentar desafios e limitações que impactaram sua efetividade, no último governo os investimentos em políticas que buscavam promover a Agroecologia praticamente não existiram, colocando em risco a continuidade dos programas.

No caso da PNAPO, ela serve também de orientadora e motivadora para a construção de iniciativas estaduais e municipais que incentivam e contribuem para a produção agroecológica e para a geração de renda aos camponeses e agricultores familiares.

No Assentamento Maria Rosa do Contestado, as ações da PNAPO ainda não se fazem presentes, de acordo com lideranças do Assentamento, esse é um dos principais desafios relacionados às políticas públicas para o desenvolvimento da Agroecologia, a falta de integração dos programas nos diferentes níveis de governo, além disso, a falta de recursos financeiros e apoio técnico atrelada a resistência de parte da sociedade contribuem para que além de escassas as políticas existentes sejam tão eficientes, o que gera dificuldades na expansão da Agroecologia no país.

Apesar das dificuldades enfrentadas pela escassez de programas e recursos, as ações existentes que possibilitam a participação de produtores agroecológicos, tem promovido a geração de renda e emprego, fortalecendo a agricultura camponesa e familiar, além de contribuir com a resistência no campo e com a construção da Soberania Alimentar das comunidades rurais.

Outras ações também contribuem para o desenvolvimento da Agroecologia no país, um exemplo é a ferramenta Agroecologia em Rede, trata-se de uma plataforma que permite “que redes do campo agroecológico se auto identifiquem e mapeiem suas experiências a partir de critérios e categorias por elas mesmas estabelecidas” (Agroecologia em Rede). Desenvolvida em parceria pela Agência Nacional de Agroecologia (ANA), pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), pela Cooperativa Eita e por um conjunto diverso de redes e organizações, a ferramenta:

[...] contribui para a sistematização de dados e informações úteis para a realização de pesquisas, mapeamentos e sistematizações de experiências em Agroecologia. Além de compor mapas para a representação da distribuição espacial de experiência e organizações, a plataforma pode gerar relatórios e recortes analíticos definidos por seus usuários. (Agroecologia em Rede, 2024)

Movimentos socioterritoriais também desempenham papéis importantes na formulação e implementação de políticas públicas de Agroecologia. Sua participação se destaca em diversas etapas do processo de elaboração e execução das políticas públicas, dentre elas podemos elencar:

- **Mobilização e articulação:** Na articulação e mobilização das comunidades com interesse na promoção da Agroecologia, promovendo campanhas, eventos e manifestações com o intuito de sensibilizar a sociedade e pressionar os governos para a criação de políticas públicas mais efetivas.
- **Participação e consulta popular:** Promovendo espaços de diálogo, consultas populares, participação em audiências públicas e outras manifestações que busquem evidenciar as necessidades e garantir os direitos das comunidades.
- **Formulação e Proposição de políticas:** Podem contribuir também na elaboração de propostas, documentos, projetos de lei e outras iniciativas que visem a promoção da Agroecologia e o desenvolvimento das comunidades do campo.
- **Implementação e Monitoramento:** Após a aprovação das políticas, os Movimentos Socioterritoriais acompanham sua implementação e monitoram sua efetividade. São eles também que denunciam irregularidades.

As ações desenvolvidas em redes ou por Movimentos Socioterritoriais contribuem para o enfrentamento dos mercados agrícolas controlados por grandes empresas, devido ao seu caráter agroecológico, as ações promovem o desenvolvimento territorial das comunidades, a partir das redes locais de comercialização e auxiliam na construção da Soberania Alimentar ao valorizarem os aspectos alimentares e culturais locais.

Políticas públicas voltadas à Agroecologia estão diretamente ligadas às disputas territoriais, isso se reflete na interdependência existente entre espaço,

poder e práticas sustentáveis. No Brasil, as políticas públicas para Agroecologia que visam promover sistemas agrícolas mais justos e sustentáveis e desenvolver a Agroecologia esbarram em questões territoriais, onde o controle e uso da terra pelo latifúndio prejudica a expansão dessas políticas.

No contexto do Maria Rosa do Contestado, a inserção da comunidade em políticas públicas é uma batalha por reconhecimento dos seus direitos territoriais, mesmo porque, o direito à terra para a comunidade do Assentamento só foi efetivado recentemente, ao longo da sua história as disputas territoriais com grandes proprietários da região sempre ocorreram. É necessário que as políticas de apoio à Agroecologia reconheçam esse caráter territorial, garantindo além de recursos financeiros e tecnologias, o acesso à terra.

Dessa forma, com o fortalecimento da Agroecologia por meio das políticas públicas, é possível também a expansão da Soberania Alimentar, garantindo que comunidades tenham controle sobre sua produção de alimentos e acesso a uma alimentação saudável. Isso fortalece a autonomia das comunidades camponesas e promove sistemas alimentares locais que respeitem e valorizem os saberes locais. As políticas públicas que incluam a Agroecologia podem transformar a realidade social, econômica e ambiental.

2.4 SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR: PERSPECTIVAS CONTRASTANTES

Este tópico analisará os conceitos de Soberania Alimentar e Segurança Alimentar, detalhando suas características e justificando a escolha da abordagem da Soberania Alimentar. Além disso, serão analisadas a relevância das práticas agroecológicas adotadas por Movimentos Socioterritoriais na construção e promoção da Soberania Alimentar, buscando compreender essa relação.

2.4.1 Princípios Fundamentais da Soberania Alimentar

Soberania Alimentar é o direito que os povos têm de decidir sobre suas políticas e estratégias de produção de alimentos, que garantem a alimentação saudável e para todos. Este conceito surge a partir dos debates entre organizações sociais e camponesas que se preocupavam com a temática e buscavam evidenciar sua oposição ao conceito de segurança alimentar, que será abordado na sequência.

Para Stédile e Carvalho (2011), Soberania Alimentar é um princípio e uma ética de vida que não são definidos de forma acadêmica, mas surgem de um processo coletivo de construção e participação popular. Trata-se de uma ideia desenvolvida por meio de debates e discussões que envolveram organizações camponesas na crítica das atuais políticas agrárias e alimentares.

O Dicionário Educação no Campo p. 717, conceitua a Soberania Alimentar como:

Soberania alimentar é o conjunto de políticas públicas e sociais que deve ser adotado por todas as nações, em seus povoados, municípios, regiões e países, a fim de se garantir que sejam produzidos os alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada local. Esse conceito revela uma política mais ampla do que a segurança alimentar, pois parte do princípio de que, para ser soberano e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para produzir seus próprios alimentos. Acredita-se que, em todas as regiões do planeta, por mais diferentes e inóspitas que sejam, há condições de produzir os alimentos adequados para a população local. Portanto, as políticas públicas dos governos, Estados e instituições, e as políticas dos movimentos de agricultores e da população em geral devem ser direcionadas para garantir os recursos e as condições técnicas necessárias para alcançar a condição de produzir todos os alimentos básicos que um povo necessite em seu próprio território. (EPSJV, 2012, p. 717)

Para Dias et al. (2021), a Soberania Alimentar trata da questão de como os alimentos são produzidos, distribuídos e também do consumo de alimentos saudáveis como constituinte da soberania dos povos. Ela se relaciona também com a autonomia dos povos em poder decidir os alimentos que irão produzir, possibilitando que possam desenvolver suas próprias estratégias de produção em seu território e consumo, sem a dependência de um mercado capitalista regulador.

Já Stédile e Carvalho (2012, p. 717) citam que “para ser soberano, e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para produzir seus próprios alimentos”. Ou seja, além da autonomia já citada, é necessário que os povos possuam apoio para a produção e esse apoio deve vir no sentido de incentivar a Agroecologia e também de promover uma justa reforma agrária para que os agricultores familiares consigam produzir seus alimentos em maior escala.

De forma geral, a ideia de Soberania Alimentar está fundamentada na independência das comunidades, na oposição ao domínio neoliberal, especialmente em níveis locais, na ruptura com as grandes empresas, no método agrícola empregado na produção de comida, na promoção do comércio justo, na ligação

entre a agricultura e os agricultores familiares e camponeses com os consumidores, na utilização sustentável tanto de recursos naturais renováveis quanto não renováveis, na promoção da Reforma Agrária, na defesa do alimento como um direito fundamental em vez de mera mercadoria que visa o lucro, e na inclusão da população urbana nas conversas sobre a melhoria da qualidade de vida, entre outros aspectos (Ferreira, 2022).

Ferreira (2022 p. 85) considera que a Soberania Alimentar para a Via Campesina “é apresentada como alternativa aos problemas socioambientais desencadeados pelo avanço do capitalismo no campo e, deste modo, a organização apresenta a agricultura familiar camponesa como alternativa, mediante o uso dos princípios agroecológicos”.

A Via Campesina é uma organização internacional de mobilização camponesa e tem como origem a luta contra o modelo dominante de produção agropecuária e foi uma das precursoras nos debates sobre Soberania Alimentar, considerando o direito dos campesinos de controlar sua própria produção. Para a Via Campesina, os camponeses têm o direito de produzir comida no seu território e a Soberania alimentar deve ser parte do conceito de produção sustentável.

Los campesinos productores tienen el derecho de producir comida en su propio territorio. La Soberanía Alimentaria es una precondition para obtener seguridad alimentaria genuina. El concepto de Soberanía Alimentaria debe ser parte del concepto de agricultura sostenible. Los campesinos deberán poder generar sus propios modelos de producción de acuerdo a sus condiciones y posibilidades dentro del contexto de políticas agrarias. Las políticas de comercio deberán ser colocadas por debajo de las prioridades de soberanía y sostenibilidad alimentaria. (Vía Campesina, 2024)

A Organização ainda afirma que as condições dos mercados nacionais e internacionais estão relacionadas com a produção sustentável e com a Soberania Alimentar.

Los precios de alimentos en los mercados domésticos e internacionales deberán ser regulados y reflejar los costos verdaderos de la producción sostenible de ese alimento. Esto aseguraría que el campesino y familias de productores tuviesen ingresos adecuados. Los campesinos y pequeños productores deberán tener ingreso directo para formular políticas de agricultura en todos los niveles. Las Naciones Unidas y organizaciones relacionadas tendrán que pasar por un proceso de democratización para hacer esto una realidad. Todo mundo tiene el derecho a información honesta y precisa y a la toma de decisiones de manera abierta y democrática. Estos derechos forman la base de un buen gobierno, contabilidad e igual participación en la vida económica, política y social, libre de todas las formas de discriminación. (Vía Campesina, 2024)

Para Fernandes (2019), o conceito de Soberania Alimentar proposto pela Via Campesina defende a produção em pequena escala e recupera a autoridade dos governos para gerir suas estratégias de produção de alimentos. Trata-se, portanto, de ser uma contraposição ao domínio das grandes corporações no sistema alimentar global ou, como afirma Coca (2016, p. 91), “a Soberania Alimentar busca trazer respostas locais para problemas originados pelo controle que as grandes corporações exercem sobre o sistema alimentar mundial”.

O autor ainda argumenta que, “o que se defende é que a Soberania Alimentar ocorre na escala de cada comunidade como um processo de resistência aos efeitos da globalização neoliberal sobre o mercado de alimentos” (Coca, 2016 p. 92).

No documento Declaração de Nyéléni (Forum For Food Sovereignty, 2007) são apontados alguns pilares para a construção da Soberania Alimentar, são eles:

- 1- A comida deve ser destinada para as pessoas
- 2- É preciso construir conhecimentos e habilidades locais
- 3- O trabalho agrícola deve ser efetivado com respeito aos recursos naturais
- 4- Os valores dos provedores de alimentos precisam ser preservados
- 5- É fundamental o privilégio aos sistemas alimentares locais
- 6- Os povos locais devem ter o controle sobre seus sistemas alimentares

É evidente a importância da construção da Soberania Alimentar para enfrentar os desafios do sistema alimentar global, por seu caráter de defender o direito dos povos nas decisões sobre suas políticas de produção de alimentos e também na busca de promover uma alimentação saudável e acessível para todos. Além disso, ao enfatizar a produção camponesa e a valorização dos conhecimentos e habilidades locais na produção de alimentos, a Soberania Alimentar propõe uma mudança na forma como a produção de alimentos é concebida.

Para que a Soberania Alimentar seja alcançada plenamente em nosso país, Stédile e Carvalho sugerem a necessidade de algumas reformas estruturais que devem ocorrer no meio rural. (Quadro 5).

Quadro 5 – Reformas Estruturais

Objetivo/Proposta	Descrição
Reforma Agrária	Ampliar e democratizar a posse e uso da terra.
Mudança no Modelo de Produção Agrícola	Transição para uma produção baseada na Agroecologia.
Limitação da Propriedade da Terra	Estabelecer limites máximos de tamanho da propriedade e garantir o interesse público sobre recursos naturais.
Reformulação do Papel do Estado	Ordenar a Soberania Alimentar, garantindo produção e distribuição em todo o país.
Controle Governamental sobre Comércio Exterior	Exercer controle direto sobre importação/exportação de alimentos e taxas de juros e câmbio.
Programa de Agroindústrias Cooperativas	Implementar agroindústrias cooperativas em todos os municípios.
Garantia de Estoques Reguladores de Alimentos	Assegurar acesso à população através de estoques reguladores governamentais.
Desenvolvimento de Novo Modelo Econômico	Distribuição de renda, garantia de emprego, universalização da educação e indústria voltada ao mercado interno.
Soberania Alimentar e Liberdade de Sementes	Proteger a diversidade de sementes e proibir sementes transgênicas.
Direito a Alimentos Culturais e Nutricionalmente Adequados	Garantir acesso a alimentos culturalmente apropriados e saudáveis.

Fonte: Stédile e Carvalho, 2011.

Concretizar a Soberania Alimentar no país passa, portanto, por tirar a produção de alimentos das regras capitalistas e garantir o acesso democrático, conforme aponta Ferreira (2022):

O acesso ao alimento segue as normas do capitalismo internacionalizado do lucro e da acumulação, ou seja, só tem acesso aos alimentos mediante, sobretudo, pela compra. Mesmo dispondo de todos os aparatos tecnológicos e técnicas agrícolas na produção de alimentos, ainda que tenha vasta produção de alimentos, as pessoas tiveram e têm seus direitos de acesso ao alimento privados. (Ferreira, 2022 p.83)

A privação do acesso alimentar evidencia no país uma contradição entre abundância de recursos disponíveis e a persistência da fome, assim, para alcançar a Soberania Alimentar, é imprescindível reorganizar a estrutura agrícola, valorizando a produção local e a distribuição dos alimentos. Isso implica em uma mudança dos sistemas econômicos dominantes e da cultura alimentar, priorizando as necessidades humanas e não os interesses do mercado, reconhecendo essas questões podemos construir uma sociedade onde todos possam ter acesso a uma alimentação adequada e saudável.

Coca (2016) aponta para uma segunda geração da Soberania Alimentar, que busca a construção de pontes entre consumidores urbanos e produtores de alimentos locais, principalmente com a utilização da Agroecologia, além do incentivo para que a população se torne mais ativa nas discussões sobre os sistemas alimentares. Nesse contexto, a sociedade civil desempenha um papel importante na criação de canais alternativos de comercialização de produtos da agricultura camponesa. A Soberania Alimentar que antes era vista como uma prerrogativa exclusiva do campo, agora é debatida também como um instrumento que pode melhorar a qualidade de vida nos espaços urbanos. Ainda conforme Coca (2016) a Soberania Alimentar não pode ser debatida sem levar em conta a relação entre campo e cidade.

A Soberania Alimentar é um caminho para a redução da fome, no Assentamento Maria Rosa do Contestado, a Agroecologia e a produção camponesa demonstram que é possível um sistema alimentar mais justo. No entanto, para que a Soberania Alimentar tenha um impacto ainda maior, é essencial que haja políticas públicas que fortaleçam a Agroecologia e contribuam com o desenvolvimento da Soberania Alimentar.

2.4.2 Aspectos essenciais da Segurança Alimentar

No tópico anterior, foram apresentados os princípios da Soberania Alimentar, analisando seu caráter de enfrentamento ao modo de produção e de distribuição de alimentos capitalista. Agora o debate se dará em torno da proposta da segurança alimentar para analisar seus aspectos e posteriormente colocar esses conceitos em debate. Embora retratada frequentemente como uma solução para os problemas da fome e da má nutrição, a segurança alimentar é um conceito que deve ser analisado de maneira mais crítica, por mais que seu objetivo pareça claro, sua implementação e os discursos que o seguem podem não estar diretamente preocupados com a erradicação da fome.

Uma das principais questões que pode ser levada em conta nessa análise é sua tendência de concentrar apenas na quantidade de alimentos disponíveis, deixando de lado a qualidade e o acesso a esses alimentos. A segurança alimentar muitas vezes é utilizada como bandeira para a promoção de agendas que beneficiam interesses corporativos em detrimento dos camponeses. Para Coca (2016, p.83), “a segurança alimentar não prevê o rompimento das relações que garantem a hegemonia das grandes corporações no sistema alimentar global”.

Debatido desde o final do Século XIX, o conceito de segurança Alimentar se concretiza efetivamente em 1974 na Conferência Mundial da Alimentação, na qual a ONU sugeriu a Segurança Alimentar como proposta no âmbito internacional na Declaração Universal Sobre Erradicação da fome e da desnutrição:

El bienestar de todos los pueblos del mundo depende en buena parte de la producción y distribución adecuadas de los alimentos tanto como del establecimiento de un sistema mundial de seguridad alimentaria que asegure la disponibilidad suficiente de alimentos a precios razonables en todo momento, independientemente de las fluctuaciones y caprichos periódicos del clima y sin ninguna presión política ni económica, y facilite así, entre otras cosas, el proceso de desarrollo de los países (Office Of The United Nations High Commissioner For Human Rights, 2024)

A FAO, por meio da Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e o Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação, estabelece fundamentos compartilhados para alcançar a segurança alimentar em escalas que vão desde o nível nacional até o mundial. Além disso, ela define que:

Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, a todo momento, acesso físico e económico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim

de levarem uma vida activa e sã.”(Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação 1996)

Ocorre que, sob o pretexto de aumentar a produtividade, para a promoção da segurança alimentar, as políticas agrícolas, herdadas da Revolução Verde, são moldadas para favorecer a monocultura e o agronegócio, ignorando os impactos negativos sobre a diversidade alimentar.

Outro ponto de destaque é a incapacidade dos programas de segurança alimentar em abordar os problemas estruturais da insegurança alimentar, em vez de enfrentá-los, concentram seus esforços em soluções superficiais e de curto prazo que não abordam efetivamente as causas da fome e da desigualdade no acesso dos alimentos. Para Coca (2016, p.83), as propostas da segurança alimentar apresentadas pela FAO são voltadas para a “democratização do consumo de alimentos”, porém não são formuladas para a mudança estrutural na forma como os alimentos são produzidos e distribuídos.

Hoyos e Agostini (2017) consideram que é uma maneira de legitimar a Revolução Verde ao afirmarem que “a Declaração foi um instrumento internacional que legitimou e promoveu a Revolução Verde e as respectivas ações para o aumento da produtividade agrícola, criando a plataforma base para o monopólio internacional de produção de alimentos”.

Segundo Coca (2016, p.81), a proposta da FAO é contraditória “pois faz parte da lógica capitalista o enriquecimento de poucos e a pobreza de grande parte da população, sendo que a fome é um componente importantíssimo dessa premissa”. Esse argumento apresentado pelo autor, ressalta a contradição do sistema capitalista, a persistência da fome é um reflexo dessa premissa, pois não se trata apenas de uma tragédia humanitária, mas sim de um componente essencial para manutenção do status econômico, no qual uma pequena parte da população enriquece enquanto outros passam por privações severas de alimentos.

No Brasil, a lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), estabelece que Segurança Alimentar é:

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que

respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (Brasil, 2006)

O problema é que, apesar da legislação, o acesso aos alimentos não ocorre de maneira regular, muito menos igualitária. Além disso, os programas e ações tem muito mais caráter assistencialista do que de promover uma mudança na estrutura da agricultura brasileira, é necessária uma abordagem crítica e abrangente para verdadeiramente enfrentar os desafios da alimentação no país e promover não a segurança, mas sim a Soberania Alimentar da população.

2.4.3 Soberania versus Segurança Alimentar: uma questão de ideologia

O ponto de partida para essa discussão, que busca evidenciar as principais diferenças entre segurança e Soberania Alimentar, está pautado na análise do surgimento desses dois conceitos.

Discorrer sobre as diferenças entre esses dois conceitos é necessário para o desenvolvimento deste trabalho. Os de Soberania e Segurança Alimentar geram vários debates e reflexões no mundo acadêmico, pois revelam que não estamos tratando apenas de um debate econômico ou político, mas também de um debate ideológico. A busca pela garantia de alimentos em quantidade e qualidade suficientes para uma população é fundamental para a estabilidade de uma nação, mas as abordagens utilizadas para alcançar esse objetivo muitas vezes refletem em diferentes visões de mundo e de prioridades.

Em um primeiro momento pode existir uma confusão acerca dos conceitos de Soberania Alimentar e Segurança Alimentar, o que para Souza (2009, p.116) é normal, pois como relata o autor, “há forte disputa entre os conceitos, mas, ao mesmo tempo, certa confusão teórica, de certo modo compreensível, já que o conceito de soberania vem sendo proposto desde a segunda metade da década de 1990”.

A ideia de Soberania Alimentar se baseia na premissa de que as comunidades devem ter o controle sobre suas próprias políticas agrícolas e alimentares, buscando com isso promover a produção local e regional, reduzindo a dependência de produtos de fora. Nesse caso, a autossuficiência é sinônimo de independência e segurança das comunidades. “A Soberania Alimentar representa a ruptura com a lógica de mercado e com os governos neoliberais e, além disso,

apresenta a visão de democratização social, econômica, étnica e de gênero” (Ferreira, 2022 p. 84).

As práticas agroecológicas do Assentamento Maria Rosa do Contestado se inserem diretamente nesse debate sobre a Soberania Alimentar, pois, a Agroecologia representa uma ferramenta importante na sua construção. Tais práticas reforçam a ideia de que a alimentação não deve estar sujeita ao monopólio das grandes corporações e que o campesinato tem capacidade de produção de alimentos saudáveis.

Para Stédile e Carvalho, a Soberania Alimentar tem plenas condições de ocorrer e já existe conhecimento científico para seu desenvolvimento e reprodução social:

Daí se evoluiu para o conceito de que Soberania Alimentar significa que cada comunidade, cada município, cada região, cada povo, tem o direito e o dever de produzir seus próprios alimentos. Por mais dificuldades naturais que houeverem, em qualquer parte do nosso planeta, as pessoas podem sobreviver e se reproduzir dignamente. Já existe conhecimento científico acumulado, para enfrentar as dificuldades naturais e garantir a produção de bens suficientes para sua reprodução social. (Stédile e Carvalho, 2011)

Mais antigo que o conceito de Soberania Alimentar, o conceito de segurança alimentar foi debatido desde o final do Século XIX, mas só se concretiza em 1974, na Conferência Mundial da Alimentação, onde a ONU sugere a Segurança Alimentar como proposta no âmbito internacional e tem como primeira perspectiva:

El bienestar de todos los pueblos del mundo depende en buena parte de la producción y distribución adecuadas de los alimentos tanto como del establecimiento de un sistema mundial de seguridad alimentaria que asegure la disponibilidad suficiente de alimentos a precios razonables en todo momento, independientemente de las fluctuaciones y caprichos periódicos del clima y sin ninguna presión política ni económica, y facilite así, entre otras cosas, el proceso de desarrollo de los países (Office Of The United Nations High Commissioner For Human Rights, 2024)

Hoyos e Agostini (2017) consideram que a segurança alimentar nada mais é do que uma interpretação errônea do direito à alimentação e da forma como os alimentos são garantidos, com o objetivo de pavimentar o caminho e justificar um monopólio internacional da produção e distribuição de alimentos, interpretação que tem sido criticada e pressionada pelos Movimentos Socioterritoriais devido os problemas que essa estratégia tem gerado.

Cabe destacar que a Soberania Alimentar e a Segurança Alimentar dispõem de ideologias diferentes e ações políticas que as distinguem. Enquanto a Soberania

Alimentar tem a Agroecologia no centro do seu debate, a Segurança Alimentar se pauta na produtividade, herdada da Revolução Verde.

2.4.4 A Agroecologia como pilar na construção da Soberania Alimentar

No cenário global atual, onde a alimentação ultrapassa a questão da subsistência e se liga às questões de justiça social e sustentabilidade ambiental, a Soberania Alimentar emerge como uma abordagem abrangente e capaz de transformar a realidade da alimentação no mundo. Nesse contexto, a Agroecologia surge como ferramenta indispensável para essa construção, pois é capaz de promover, através de suas práticas, a relação entre o ser humano e o meio ambiente.

No modelo de Soberania Alimentar, especifica-se que os alimentos devem ser produzidos mediante sistemas de produção diversificados, agroecológicos e com base comunitária e camponesa. Para conseguir e preservar a Soberania Alimentar dos povos – e garantir sua segurança alimentar –, os governos devem adotar e aplicar políticas que fomentem uma produção nacional sustentável, baseada na produção familiar camponesa, em vez do modelo industrial, de altos insumos e orientado para a exportação. O papel da Agroecologia é fundamental na Soberania Alimentar, pois é preciso romper o vínculo existente entre o preço do petróleo e o dos alimentos. Por isso, exige-se também a Reforma Agrária e a proteção aos mercados nacionais dos efeitos do mercado internacional. (Sosa 2012, p.30)

A promoção da Soberania Alimentar desempenha um papel crucial no avanço da Agroecologia, uma vez que preconiza que os agricultores não devem se limitar a produção de commodities para satisfazer os grandes mercados, mas sim realizar a transição para práticas agroecológicas, eliminando o uso de agrotóxicos, a dependência de sementes transgênicas e colocando em prática os demais princípios da Agroecologia que por sua vez contribui para a construção e efetivação da Soberania Alimentar.

Essa é uma abordagem que está intimamente ligada aos Movimentos Socioterritoriais, pois a efetivação da Soberania Alimentar depende da garantia de territórios para seu desenvolvimento pleno. Movimentos socioterritoriais como o MST empregam a luta pela reforma agrária como meio de confrontar o modelo de latifúndio, visando permitir que os agricultores assentados tenham autonomia para escolher os alimentos que irão cultivar, priorizando a alimentação das comunidades locais e comercializando em seu entorno.

2.4.5 A Influência dos Movimentos Socioterritoriais na Soberania Alimentar

A partir da análise da Soberania Alimentar como um pilar da construção da Soberania Alimentar, realizada no tópico anterior, esse tópico tem o objetivo de apresentar sua correlação com os Movimentos Socioterritoriais, pois para que a Soberania Alimentar seja efetivada, existe a necessidade de um território. Além disso, ela integra uma dimensão do território, dentro dos conceitos de territórios multidimensionais abordados anteriormente.

O MST emprega a luta pela reforma agrária como estratégia para desafiar o sistema de grandes propriedades rurais e para possibilitar que os agricultores assentados tenham autonomia na decisão de quais alimentos cultivar, visando suprir as necessidades de cada comunidade. As práticas em seus Assentamentos e acampamentos estão voltadas para o cuidado com o meio ambiente e geração de renda para as famílias.

Assim, os Movimentos Socioterritoriais defendem a utilização de práticas agrícolas sustentáveis, como a Agroecologia, além de atuar na luta pela democratização do acesso à terra, buscando garantir a autonomia das comunidades e que estas disponham de controle sobre suas atividades agrícolas e alimentares. É por meio da Agroecologia produzida pelos Movimentos Socioterritoriais que esses conseguem contribuir para a Soberania Alimentar e essa por sua vez é uma condição para a existência do território, pois implica a construção de um território para sua realização. Com isso, destaca-se a interligação entre Movimentos Socioterritoriais na luta por território, Agroecologia e Soberania Alimentar como meios de manutenção no território.

Um exemplo da construção da Soberania Alimentar por Movimentos Socioterritoriais o Assentamento Maria Rosa do Contestado que foi criado a partir de uma ocupação de terra e que desde sua ocupação, os camponeses têm trabalhado coletivamente para desenvolver, através da Agroecologia, a produção de alimentos saudáveis e lutar pela manutenção no campo.

Adotando a Agroecologia como base para sua atividade agrícola, eles cultivam uma grande variedade de alimentos respeitando os ciclos naturais da terra e comercializam seus produtos diretamente ou por meio da cooperativa,

fortalecendo os vínculos entre produtor e consumidor, contribuindo para a economia local.

3 ASSENTAMENTO MARIA ROSA DO CONTESTADO: CONFLITOS E CONQUISTAS

A solução da fome e da pobreza deve ser buscada fora do capitalismo, através do fortalecimento de relações que não estejam baseadas na exploração do trabalho e na obtenção do lucro ampliado.
(Estevan Leopoldo de Freitas Coca)

Este capítulo tem como objetivo explorar a produção agroecológica do Assentamento Maria Rosa do Contestado, localizado em Castro, Paraná. Serão abordados o processo de formação, a transição de acampamento para Assentamento, a atuação da cooperativa dos assentados e os princípios agroecológicos adotados pela comunidade. Busca-se, assim, compreender como a produção agroecológica nesse contexto contribui para a construção da Soberania Alimentar no município de Castro-PR.

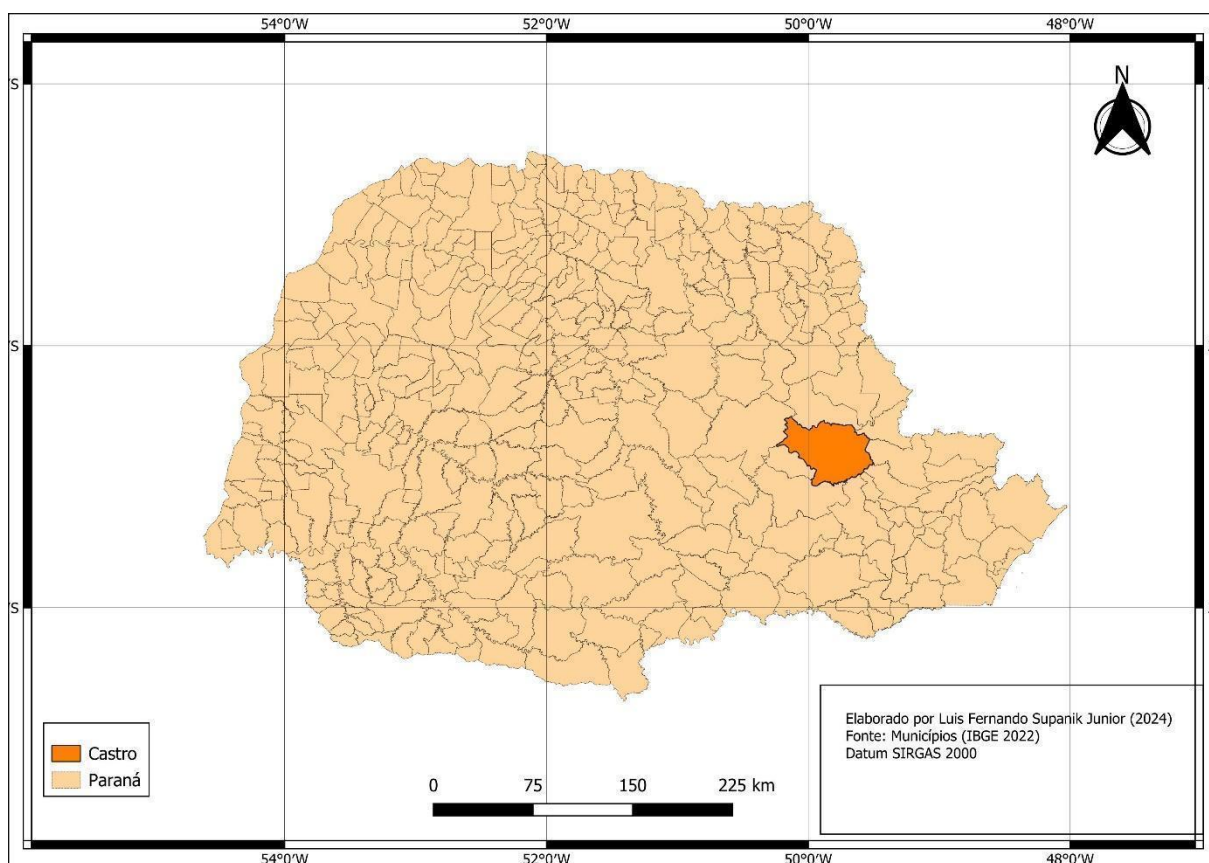
A análise será realizada destacando que o território representa a base para a construção de uma identidade coletiva e o fortalecimento da luta para os assentados. É a partir do território, que os assentados podem desenvolver suas práticas agroecológicas e com isso conectar a ideia de construção da Soberania alimentar. A interconexão entre esses elementos é fundamental para entender as estratégias de resistência dos Movimentos Socioterritoriais. Dessa forma, território, Agroecologia e Soberania Alimentar, trabalhados nos capítulos anteriores, se entrelaçam aos debates que serão apresentados a seguir.

3.1 PROCESSO DE OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO

Localizado no município de Castro, interior do Paraná, o Assentamento Maria Rosa do Contestado é parte de uma luta histórica do MST pela reforma agrária no Brasil. Sua formação e organização remonta dos anos 2015, quando várias famílias de trabalhadores rurais, organizadas pelo MST, ocuparam uma área, que estava sendo utilizada de maneira irregular, com o objetivo de pressionar o governo para redistribuição de terras, buscar um pedaço de terra para produzir e trazer luz às irregularidades cometidas no local.

Castro (Figura 4) é um município do interior do Paraná, na região conhecida como Campos Gerais. De acordo com o último censo (2022) o município possui 73.075 habitantes distribuídos em uma área de 2.531,503 Km² sendo o 3º em extensão no estado (IBGE, 2024). No município, o agronegócio e o latifúndio se fazem presentes e a ocupação da área se deu em um contexto de grande desigualdade fundiária e social, em uma região dominada por grandes cooperativas do agronegócio. Fernandes (2015) aponta para o caráter hegemônico do agronegócio brasileiro que define o planejamento agrícola e coloca em posição de subordinação os camponeses, que são os principais responsáveis pela produção de alimentos para consumo interno.

Figura 4 – Localização do Município de Castro - PR



Fonte: O autor.

A localidade ocupada é conhecida como Fazenda Capão do Cipó, localizada na área rural de Castro, com uma extensão de mais de 440 hectares. De acordo com Paula (2022) a Fazenda Capão do Cipó foi cedida pelo Ministério da Agricultura em 1971 para a Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda., em 1991 houve

uma nova cessão da área por um período de 10 anos. Posteriormente, a Cooperativa transferiu o imóvel de forma irregular à Fundação ABC, que inclui as Cooperativas Castrolanda, Batavo e Capal, além do Centro de Treinamento Pecuário (CTP). Essas instituições passaram a ocupar a propriedade de maneira irregular, com atividades de pesquisas com sementes transgênicas e agrotóxicos.

Figura 5 – Localização do Assentamento Maria Rosa do Contestado em Castro-PR



Fonte: O autor.

Em 2004, ao identificar que a Fundação ABC fazia a posse irregular da fazenda, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e a Advocacia Geral da União (AGU) ajuizaram uma ação de reintegração de posse do imóvel, obtendo sentença favorável somente em 2013. Ocorre que em 2014, mesmo após a decisão de reintegração de posse, a Fundação ABC continuava a desenvolver suas atividades irregulares na propriedade. Foi solicitado também pela Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-PR) a incorporação do imóvel ao plano de Reforma Agrária. O MST ocupou a área (Mapa 2) no ano de 2015

reivindicando a área e como forma de pressionar o Estado a destinar a área para Reforma Agrária.

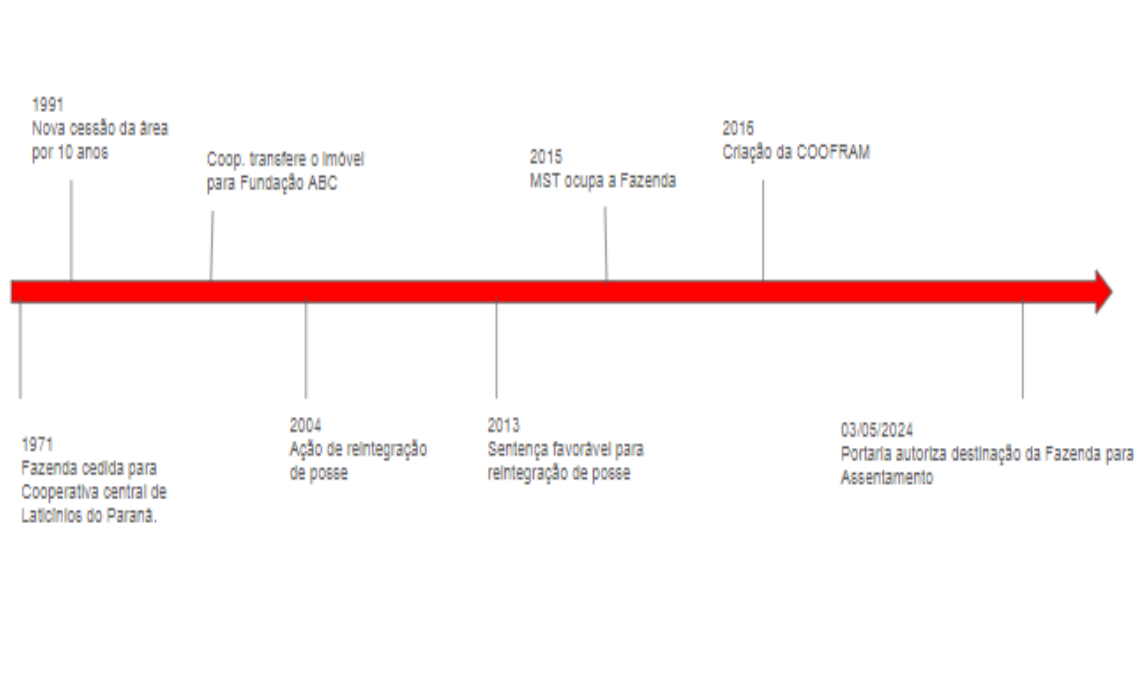
Figura 6 – Ocupação Fazenda Capão do Cipó



Fonte: G1 Paraná, 2015.

O nome Maria Rosa do Contestado, é uma homenagem à memória de Maria Rosa, uma figura emblemática da Guerra do Contestado (1912-1916), um conflito agrário e messiânico que ocorreu na região sul do Brasil, simbolizando a luta histórica pela terra que os camponeses enfrentam no país.

Figura 7 – Linha do tempo Assentamento Maria Rosa do Contestado



Fonte: O autor.

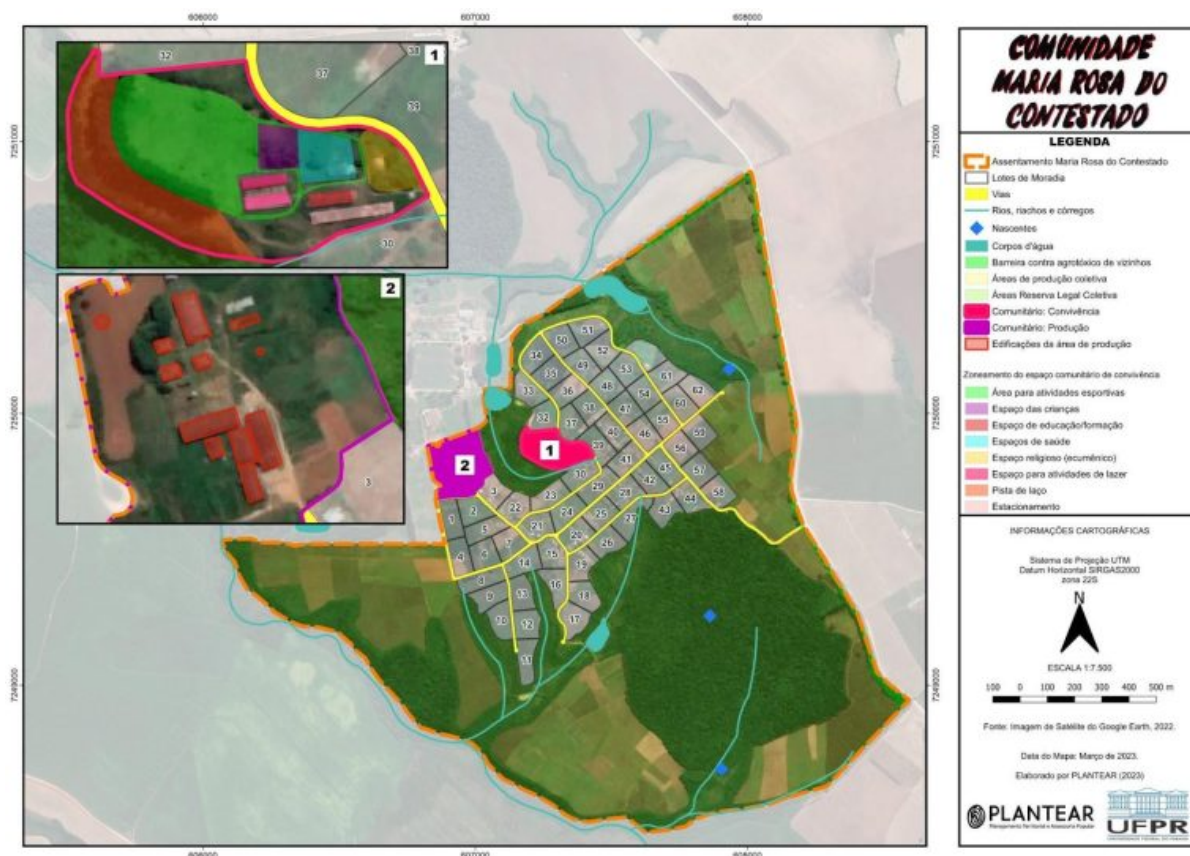
Recentemente, em 03/05/2024 foi publicada no Diário Oficial da União, a Portaria SPU/MGI nº 2.577, de 22 de abril de 2024 que declara a Fazenda Capão do Cipó como área de interesse para reforma agrária:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público, para fins de reforma agrária, o imóvel da União, constituído por um terreno rural, denominada Fazenda Capão do Cipó, com área de 4.409.524,00 m², possui benfeitorias que somam 12.767,00 m², não averbadas em matrícula, situado na localidade de Colônia Maracanã, município de Castro, estado do Paraná, conforme Matrícula nº 12.566 do Registro de Imóveis da comarca de Castro/PR cadastrado sob Registro Imobiliário Patrimonial - RIP: 7495000315001 sendo o RIP Utilização: 7495000105007, a ser transferido ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º é de interesse público na medida em que será destinado à implantação do Assentamento de Reforma Agrária Maria Rosa do Contestado, com previsão de Assentamento de 63 famílias. Art. 3º A Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Paraná dará conhecimento do teor desta Portaria ao INCRA que deverá informar ao Ofício de Registro de Imóveis da circunscrição competente. Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

A portaria é uma vitória da resistência da comunidade na manutenção do seu território e reflete a luta contínua dos Movimentos Socioterritoriais e do MST pela reforma agrária no Brasil. Trata-se de um marco importante que promove a redistribuição de terras e reforça o direito das comunidades de viverem e

trabalharem em suas próprias terras. Além disso, criar um novo Assentamento representa um avanço na promoção de um modelo agrícola mais justo, em oposição aos latifúndios e à monocultura, o que mostra a importância da terra como bem social.

Figura 8 – Comunidade Maria Rosa do Contestado



Fonte: Paula, 2022.

Os assentados do Maria Rosa, são famílias de camponeses, oriundas de diversas partes do Paraná e de estados vizinhos, a falta de acesso à terra significa para essas famílias, uma vida de incertezas e dificuldades econômicas. No Assentamento a vida cotidiana envolve esforços contínuos para construir e manter uma infraestrutura mínima necessária para as famílias, que se organizam coletivamente para garantir acesso a recursos básicos.

Desde sua formação o Assentamento enfrentou diversos desafios para sua manutenção, principalmente com a resistência dos fazendeiros e cooperativas do agronegócio e das autoridades locais com constantes ameaças de despejo. Cabe

ressaltar que tais fazendeiros possuem forte influência política e midiática na região, colocando muitas vezes os assentados como invasores de terras.

Ao longo dos anos o Assentamento tornou-se um símbolo da resistência camponesa e da luta dos Movimentos Socioterritoriais, destacando a luta pela terra e pela dignidade na busca de uma redistribuição de terra justa. Esta trajetória de luta e resistência destaca a importância da reforma agrária no país e da Agroecologia como base para sua consolidação, promovendo justiça social e ambiental.

A organização comunitária do Assentamento possibilitou superar as muitas dificuldades, além disso, a educação e a formação política oferecidas pelo MST, contribuíram para o empoderamento, fortalecendo a capacidade de resistência da comunidade.

Um marco importante para a história do Assentamento foi a fundação da Cooperativa, isso possibilitou elevar a renda das famílias e fortalecer as práticas agroecológicas por permitir a comunidade comercializar sua produção de forma organizada, assegurando uma certa estabilidade econômica aos cooperados e promovendo o sustento vindo direto de suas próprias terras.

A Cooperativa dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária Maria Rosa do Contestado (COOFRAM) possibilita a comercialização dos alimentos agroecológicos produzidos no Assentamento. Fundada no ano de 2016, a Cooperativa distribui a produção do Assentamento por meio de programas federais, estaduais e municipais, distribuindo alimentos que são ofertados principalmente na merenda escolar. A comercialização cooperada fortalece a comunidade e melhora a renda das famílias, pois aumenta o alcance da comercialização dos produtos, atualmente a cooperativa conta com cerca de 200 cooperados.

Figura 9 – Logo Cooperativa



Fonte: Assentamento Maria Rosa do Contestado, 2024.

Conforme dados obtidos com uma das lideranças do Assentamento, atualmente a Cooperativa conta com 3 contratos principais ligados ao governo, são eles PNAE estadual, atendendo 4 municípios e 21 escolas, PNAE municipal, atendendo 43 escolas e o Compra Direta Paraná, com 36 entidades contempladas conforme destacado no quadro 6.

Quadro 6 – Municípios Atendidos - Compra Direta

Núcleo	Município	Entidades
Ponta Grossa	Arapoti	2
	Carambeí	1
	Castro	12
	Ipiranga	1
	Jaguariaíva	4
	Piraí do Sul	2
	Ponta Grossa	10
	Reserva	3
	Sengés	1
Número de municípios contemplados: 9		
Número de entidades contempladas: 36		

Fonte: COOFRAM, 2016. Org.: O autor.

Destaca-se também a variedade de alimentos oferecidos pela cooperativa, como apresenta o quadro 7. São produtos que compõem a merenda escolar de milhares de alunos da rede pública estadual e municipal.

Quadro 7 – Grupos de Alimentos – Compra Direta 2024

Grupos	Quantidade(kg)
Complementos ²	3.264,000
Feijão	55.500,000
Frutas	23.598,000
Hortaliças	9.154,000
Legumes	20.884,000
Pão	4.632,000
Total	117.032,000

Fonte: COOFRAM, 2016. Org.: O autor.

Outro aspecto relevante da COOFRAM é o incentivo ao desenvolvimento social e econômico do Assentamento, pois, é através da cooperação comunitária que a cooperativa fortalece os vínculos sociais entre os cooperados e promove autonomia e empoderamento aos camponeses. Este modelo de organização estimula o compartilhamento e troca de conhecimentos no cultivo dos alimentos agroecológicos.

3.2 PRINCÍPIOS AGROECOLÓGICOS DO ASSENTAMENTO

As práticas agroecológicas do Assentamento baseiam-se em princípios que tem o objetivo de promover a sustentabilidade, o cuidado com a terra, integração com o ecossistema local e a valorização dos conhecimentos locais.

Outro ponto de destaque é a diversidade de cultivos promovidos no Assentamento, os camponeses cultivam diversos tipos de hortaliças, verduras, legumes, frutas, grãos e plantas medicinais. As práticas agroecológicas do Assentamento causam impactos positivos no meio ambiente. A preservação da biodiversidade melhora a qualidade do solo e a ausência da utilização de veneno e fertilizantes químicos protege a flora e fauna local, contribuindo para a recuperação do ecossistema, como apresentado na figura abaixo que mostra a pouca diversidade

² Complementos são produtos variados, adicionados aos pedidos para atingir a quantidade de quilos solicitada.

no período que a área estava sob a posse de empresas do agronegócio contrastando com a rica diversidade depois da implantação do Assentamento.

Figura 10 – Produção agroecológica versus monocultivo



Fonte: Google Earth. Org.: O autor (2025).

Na Figura 10 é possível visualizar a produção agroecológica e policultivo do Assentamento contrastando com as áreas de monocultivo do seu entorno. Esse contraste visual evidencia as diferentes abordagens da utilização do solo. Enquanto o monocultivo reflete uma produção voltada para a produção de commodities, a produção agroecológica do Assentamento simboliza uma resistência que tem como base a diversificação e foco na sustentabilidade.

Para Fernandes (2015, p. 93) “enquanto para o campesinato a terra é lugar de produção e moradia, para o agronegócio a terra é somente lugar de produção”. Essa diferença reflete nas relações de poder e da luta dos assentados pela autonomia e controle de seu território, além disso contribui para a construção da territorialidade do Assentamento, como será apresentado no tópico a seguir.

Figura 11 – Plantação Assentamento Maria Rosa do Contestado



Fonte: O autor..

3.3 TERRITORIALIDADE DO ASSENTAMENTO

Para Saquet (2009) a territorialidade envolve as relações sociais que ocorrem dentro de um território, essas relações podem ser simétricas ou assimétricas. Para entendermos um território, portanto, é necessário compreender como as pessoas e grupos interagem, disputam poder, colaboram, e como essas dinâmicas evoluem ao longo do tempo. O autor ainda acrescenta que a apropriação e a construção do território dão origem a identidades e diferenças, e essas, por sua vez, também contribuem para a formação dos territórios.

No Assentamento, a territorialidade é uma construção dinâmica marcada por conflitos e negociações, a luta pela terra não se encerra com a conquista do território, ela se estende na manutenção e reprodução das condições de vida dos assentados. A autonomia territorial da comunidade é um processo que envolve a defesa do território conquistado e sua manutenção e neste caso isso se dá através das práticas agroecológicas. Além disso, a territorialidade se expressa na maneira como os camponeses utilizam seu território, promovendo um ambiente de autonomia e autossuficiência onde cada família cultiva alimentos para seu consumo próprio e para comercialização na parcela do território que lhe foi concedida.

A infraestrutura do Assentamento é planejada para favorecer a produção e a vida comunitária dos camponeses com áreas de cultivo organizadas de maneira que maximize a eficiência da produção. E com as construções, incluindo casa e os barracões comunitários que são distribuídos estrategicamente para facilitar o acesso de todos e favorecer a integração da comunidade, o que contribui para a territorialidade do Assentamento, conforme aponta Saquet:

A territorialidade efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em tramas, no trabalho, na família, na rua, na praça, na igreja, no trem, na rodoviária, enfim, na cidade-urbano, no rural agrário e nas relações urbano-rurais de maneira múltipla e híbrida. (Saquet, 2009 p.90)

Cooperação entre as famílias é outro aspecto vital na organização espacial do Assentamento, a gestão coletiva, o compartilhamento de equipamentos e a realização de mutirões, seja para plantação ou construção e manutenção do Assentamento possibilita o fortalecimento da comunidade. Aliado a isso, a solidariedade é presente no Assentamento e se faz através de atividades comunitárias, festivas e de educação. São práticas que contribuem para a construção da identidade do Assentamento e que formam uma coletividade forte para resistência do Assentamento.

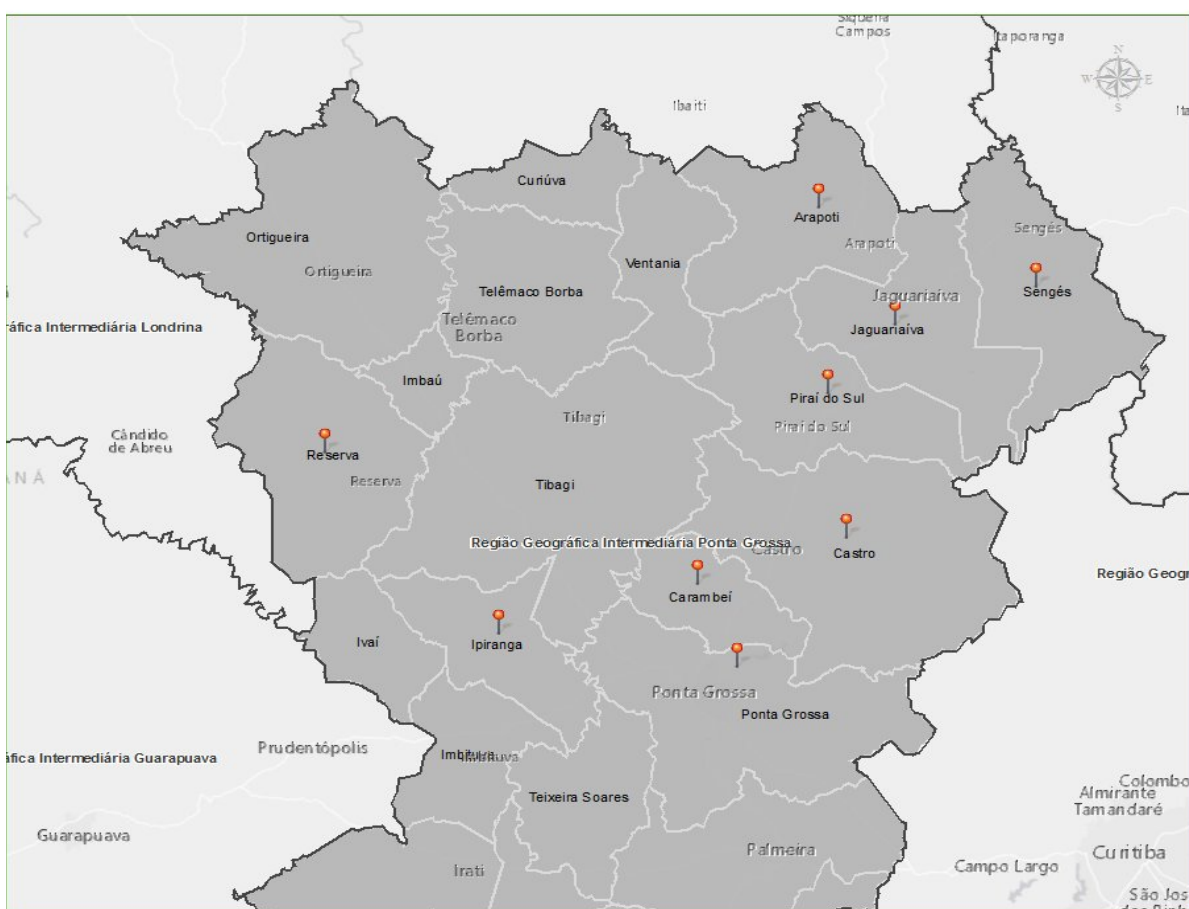
Figura 12 – Assentamento Maria Rosa do Contestado



Fonte: O autor.

No Assentamento Maria Rosa, às práticas agroecológicas se tornaram a base fundamental para manutenção e resistência, fornecendo as famílias a capacidade de produzir seus próprios alimentos e, ao mesmo tempo, contribuir para a Soberania Alimentar local e regional, atendendo diversos municípios da região, como apontado no mapa 3 abaixo:

Figura 13 – Alcance do Assentamento



Fonte: Paraná Interativo, 2021.

A expansão da produção do Assentamento se faz principalmente por meio da cooperativa dos produtores, que possibilita a venda para programas governamentais como PNAE, PAA e Compra Direta. Entre 70% a 80% das famílias do Assentamento acessam esses programas por meio da cooperativa que também inclui agricultores familiares da região, segundo informações da liderança do Assentamento.

Os assentados também se organizam em mutirões para fortalecer a produção, onde o trabalho coletivo otimiza o cultivo e reforça os laços de união entre as famílias. Essa organização comunitária e solidária é fator importante para garantir que a produção agroecológica seja sustentável e possa se expandir.

A produção do Assentamento também é comercializada no Mercado do Produtor (Figura 14), no município de Castro. Esse mercado é uma importante ferramenta para comercialização direta dos produtos para a comunidade.

Figura 14 – Mercado do Produtor, Castro - PR



Fonte: Diário dos Campos, 2023.

A troca de conhecimentos sobre produção agroecológica é importante para o desenvolvimento do Assentamento, a Feira de Sementes Crioulas realizada no Assentamento. Esse evento se configura como um espaço de aprendizado coletivo, onde produtores têm a oportunidade de compartilhar suas experiências sobre a Agroecologia, técnicas de conservação de sementes e a troca de sementes crioulas.

A feira é um espaço para a preservação do conhecimento tradicional e fortalecimento da comunidade. Nesse contexto, feiras, cooperativas e mercados

locais tornam-se espaços de resistência e troca de saberes, contribuindo para a construção de uma rede de apoio e conhecimento coletivo.

As resistências por parte dos grandes produtores da região, as dificuldades de acesso a recursos financeiros e a pressão das grandes corporações do agronegócio são obstáculos que os assentados precisam enfrentar e superar desde a ocupação da terra, e que mesmo agora com o assentamento elas seguem.

Um exemplo é a infraestrutura, a comunidade precisou se organizar para que de maneira coletiva ocorresse a construção de barracões, além das questões de água e eletricidade. Também é por meio da ação coletiva da comunidade que as manutenções das estradas internas são realizadas.

O Assentamento está inserido em um contexto de disputas políticas e econômicas que envolvem o poder fundiário histórico no Brasil. A questão agrária que, como já analisado, é historicamente marcada por uma desigualdade estrutural, onde o agronegócio e os grandes latifundiários detêm a maior parte dos recursos agrícolas, enquanto para os camponeses resta a luta pela terra.

As disputas políticas em torno da terra envolvem questões que vão além da distribuição de terras, no caso do Assentamento, de um lado temos o modelo agroexportador dominante na região, centrado na monocultura e produção em larga escala, voltada principalmente para o mercado internacional, modelo que é defendido pelo agronegócio e grandes cooperativas fortemente atuantes na região dos Campos Gerais. Do outro lado, o modelo camponês e agroecológico, defendido pelo MST, que propõe uma agricultura voltada para Soberania Alimentar e se baseia no respeito ao meio ambiente e na produção diversificada de alimentos visando o consumo interno.

Para Fernandes (2008, p. 27) a conflitualidade faz parte da natureza do território, de acordo com ele:

O território é um espaço político por excelência. A criação do território está associada às relações de poder, de domínio e controle político. Os territórios não são apenas espaços físicos, são também espaços sociais, espaços culturais, onde se manifestam as relações e as idéias transformando em território até mesmo as palavras. As idéias são produtoras de territórios com suas diferentes e contraditórias interpretações das relações sociais.

A resistência dos fazendeiros e cooperativa, que têm grande influência política e midiática, gera um ambiente de constante pressão sobre o Assentamento. Muitas vezes os assentados são vistos como invasores e a criminalização dos

movimentos sociais e socioterritoriais é uma tática utilizada para deslegitimar as demandas e enfraquecer suas lutas.

Segundo Fernandes (2005), frequentemente, os integrantes dos movimentos são chamados de desordeiros por terem ocupado territórios dos quais foram afastados. Essa exclusão é fruto de diferenças econômicas e sociais que impedem sua entrada ou permanência nesses territórios.

3.4 PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Em se tratando do futuro do Assentamento, além da capacidade em manter e expandir as práticas agroecológicas, é necessário fortalecer o enfrentamento ao agronegócio. Nesse contexto, a busca por mais autonomia e reconhecimento da produção agroecológica é fundamental. É também necessário o fortalecimento de políticas públicas que incentivem a produção de alimentos saudáveis, prioridade para consolidação da Agroecologia e promoção da Soberania Alimentar.

A inserção do Assentamento em mais redes de comercialização direta também representa uma possibilidade de ampliação do mercado para os produtos do Assentamento, isso possibilita aumento na renda das famílias e incentiva o consumo de alimentos livres de agrotóxicos pela população em geral.

O fortalecimento de políticas públicas no terceiro mandato do presidente Lula, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o PNAE demonstram um compromisso em ampliar os mercados para produtos agroecológicos e orgânicos, garantindo renda para os assentados e acesso a alimentos de qualidade para a população.

Recentemente, em outubro de 2024, o governo federal lançou o 3º Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). De acordo com o Ministério da Agricultura e Pecuária (2024) “O objetivo é ampliar e fortalecer a produção, a manipulação e o processamento de produtos orgânicos e de base agroecológica.”

Por fim, a luta pela reforma agrária continua a ser central no dia a dia do Assentamento. As experiências de resistência e de sucesso na implantação de um modelo de produção agroecológico no Assentamento mostram que é possível construir alternativas ao modelo hegemônico do agronegócio. Assim o Assentamento Maria Rosa do Contestado segue como um exemplo ativo de

resistência camponesa e da busca por uma forma de agricultura justa e sustentável. Adotar a Agroecologia como prática e filosofia, se mostra como uma necessidade para a construção de um futuro em que a Soberania Alimentar possa ser uma realidade para todos.

4 O ASSENTAMENTO COMO ESPAÇO DE TRANSFORMAÇÃO: RESULTADOS E REFLEXÕES DO QUESTIONÁRIO

No capítulo anterior foi apresentado o histórico do Assentamento Maria Rosa do Contestado, os princípios agroecológicos do Assentamento e como se organizam em termos de comunidade, produção e comercialização. Neste capítulo serão discutidos os dados obtidos in loco, a partir de questionários aplicados no Assentamento para identificar as percepções, desafios e impactos da produção agroecológica na vida dos assentados.

A análise de dados visa compreender como a agricultura agroecológica contribui para a Soberania Alimentar local, a sustentabilidade econômica das famílias e a integração do Assentamento com o município.

Os questionários aplicados abordam diversas questões, desde o perfil demográfico dos participantes, até os aspectos específicos da produção agroecológica, incluindo os principais cultivos, os desafios enfrentados e as oportunidades percebidas pelos assentados. Além disso, procurou-se entender o papel da produção agroecológica na geração de renda, na produção de alimentos saudáveis e na contribuição para o fortalecimento da comunidade e do movimento.

A análise dos questionários realizados neste capítulo busca compreender a realidade do Assentamento e também apresentar subsídios para a discussão sobre o fortalecimento da Agroecologia e a promoção da Soberania Alimentar no contexto dos Movimentos Socioterritoriais.

4.1 AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO MARIA ROSA: DESAFIOS, PERCEPÇÕES E IMPACTOS

A partir dos dados coletados por meio dos questionários com perguntas abertas e fechadas aplicados no Assentamento Maria Rosa do Contestado, foi possível identificar a percepção dos assentados em relação à prática da agricultura agroecológica e seu papel na promoção da Soberania Alimentar.

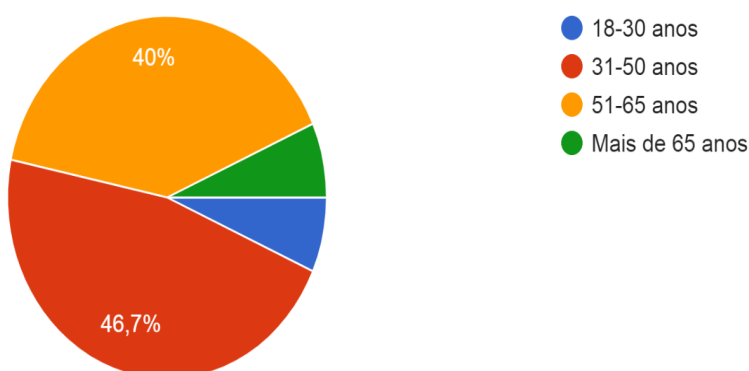
Para a realização da pesquisa foram aplicados 15 questionários com os assentados, representando uma porcentagem de aproximadamente 24% das 62 famílias residentes no Assentamento.

Os dados revelam as experiências e os desafios enfrentados por uma comunidade que busca, na Agroecologia, uma forma de resistir no campo e trazer

sustento para sua família, aliado ao fortalecimento da comunidade e do cuidado com a natureza.

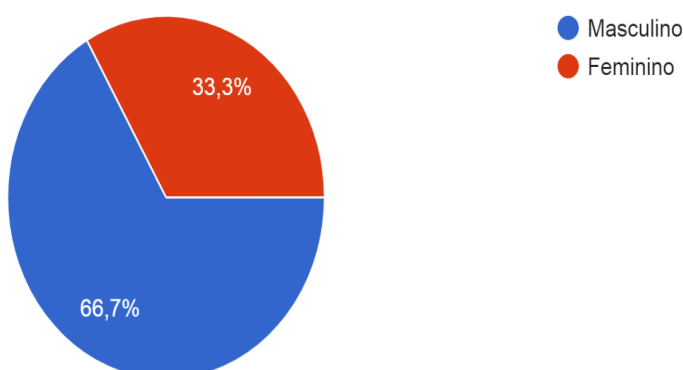
Observa-se que a maioria dos participantes pertence à faixa etária de 31 a 50 anos, representando 46,7% da amostra observada (Gráfico 2). No que se refere à distribuição por sexo, 66,7% dos entrevistados identificaram-se como do sexo masculino, enquanto 33,3% declararam-se do sexo feminino (Gráfico 3).

Gráfico 2 – Idade



Fonte: O autor.

Gráfico 3 – Gênero



Fonte: O autor.

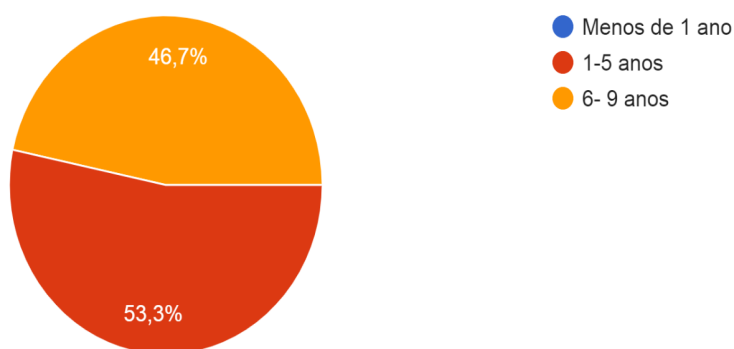
Os dados relacionados ao tempo de residência no Assentamento indicam que 53,3% residem no local há um período entre 1 e 5 anos, enquanto 46,7% vivem no Assentamento entre 6 e 9 anos. Considerando que o Assentamento foi

estabelecido há 9 anos, esses números mostram uma dinâmica de ocupação e organização com parte dos moradores tendo chegado nos anos iniciais do Assentamento e outros sendo incorporados com o passar do tempo.

A construção do Assentamento é contínua e dinâmica, os primeiros moradores, ainda no período de acampamento, desempenharam um papel fundamental na resistência da comunidade e na organização. Essa organização em torno de uma produção de base agroecológica enfrentou resistência ao longo do tempo e fez com que muitas famílias desistiram com o passar do tempo. Porém, o avanço e a consolidação da produção atraíram novas famílias, identificadas com os ideais agroecológicos.

Nesse contexto, analisar o tempo de moradia das famílias destaca o esforço na organização e adaptação do Assentamento, mostrando que se trata de um projeto em evolução, mas capaz de superar os desafios e avançar na construção de um modelo de agricultura e de comunidade.

Gráfico 4 – Tempo de residência no Assentamento

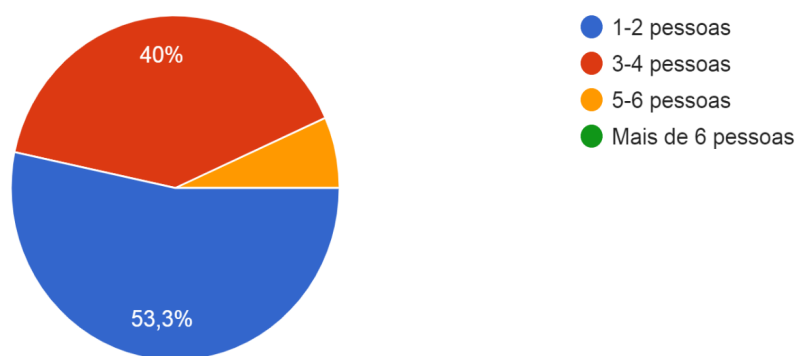


Fonte: O autor.

A pesquisa evidenciou que a maioria dos participantes afirmou ter trabalhado como agricultor familiar antes de participar do Assentamento. Essa informação revela uma forte conexão dos assentados com a agricultura e que muitos já possuíam experiência em práticas agrícolas. A experiência prévia como agricultores familiares contribui para adaptação ao modelo agroecológico adotado no Assentamento.

O tamanho das famílias também foi abordado na pesquisa, tendo a maior parte 53,3% entre 1 e 2 pessoas e 40% entre 3 e 4 pessoas na família.

Gráfico 5 – Tamanho da família

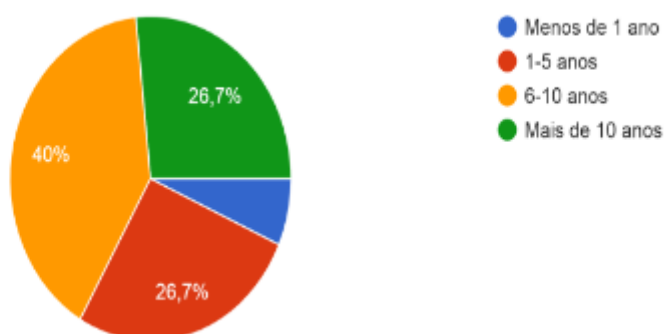


Fonte: O autor.

Dados coletados indicam que 40% dos participantes praticam Agroecologia há um período entre 6 e 10 anos, enquanto 26,7% (Gráfico 6) possuem mais de 10 anos de experiência nessa prática. Esses números revelam a maturidade da Agroecologia dentro do Assentamento.

Esse tempo de dedicação apontado pelos participantes reflete a capacidade de incorporar práticas agroecológicas. Além disso, evidencia que o papel dos saberes acumulados dos assentados ao longo dos anos, contribui para a manutenção da Agroecologia no Assentamento. Os camponeses mais experientes agem como multiplicadores, compartilhando suas vivências e incentivando os demais.

Gráfico 6 – Há quanto tempo você pratica agricultura agroecológica?



Fonte: O autor.

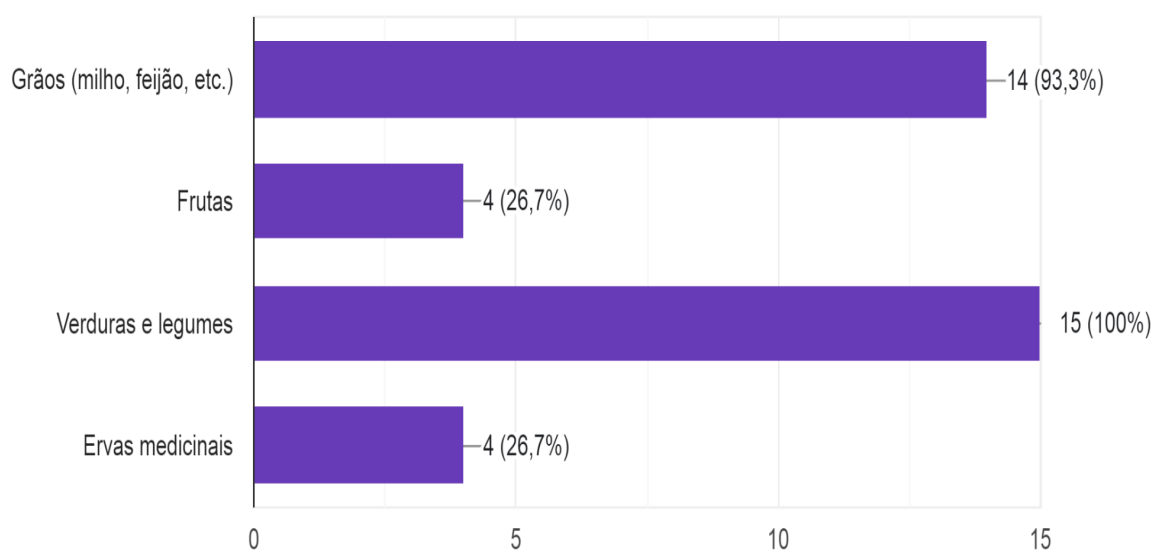
Com relação aos alimentos produzidos no Assentamento, não existe uma imposição sobre quais tipos de alimentos devem ser produzidos, cada família produz o que gosta de comer além de produtos que tenham boa comercialização nos programas em que o Assentamento participa.

De acordo com informações de lideranças do Assentamento, a Cooperativa repassa a lista dos alimentos que serão comercializados nos programas institucionais e as famílias decidem quais alimentos irão produzir, a comercialização com via cooperativa visa uma comercialização igualitária entre as famílias.

A ausência de imposições quanto aos tipos de alimentos a serem produzidos possibilita uma ampla variedade de cultivos no Assentamento.

A maior parte dos camponeses produz verduras, legumes e grãos (Gráfico 7), itens que compõem o cardápio das famílias e que estão presentes na merenda escolar, também ajusta sua produção de acordo com as preferências pessoais. A produção de frutas e ervas medicinais no Assentamento, embora ainda limitada, tem apresentado um crescimento progressivo. Esse aumento reflete a percepção dos assentados sobre a crescente demanda por esses itens.

Gráfico 7 – Alimentos cultivados



Fonte: O autor.

Essa diversidade de alimentos produzidos fortalece a Soberania Alimentar das famílias, contribui com a construção da Soberania Alimentar no município ao fornecer alimentos para as escolas, asilos, CRAS, etc. e estimula a biodiversidade no território.

A liberdade na escolha dos alimentos a serem produzidos reflete um dos princípios da Agroecologia: o respeito à diversidade e a autonomia das famílias produtoras, além de gerar uma conexão entre o consumo doméstico e a geração de renda.

A comercialização dos alimentos produzidos no Assentamento ocorre em grande parte por meio de programas institucionais, como o PAA e o PNAE. Esses programas priorizam a compra de produtos da agricultura familiar, proporcionando uma oportunidade para que os assentados ampliem sua renda.

A Cooperativa organiza a logística de comercialização e desempenha um papel central nesse processo. As vendas são organizadas de forma a garantir que todos os participantes tenham acesso a oportunidades iguais de comercializar seus produtos. Essa estratégia garante uma renda mais uniforme entre as famílias e fortalece a ideia de que o sucesso da comunidade depende do esforço coletivo. A

seguir, apresento fotos de hortas do Assentamento, retratando a produção agroecológica dos assentados.

Figura 15 – Horta Assentamento Maria Rosa do Contestado 1/5



Fonte: O autor.

Figura 16 – Horta Assentamento Maria Rosa do Contestado 2/5



Fonte: O autor.

Figura 17 – Horta Assentamento Maria Rosa do Contestado 3/5



Fonte: O autor.

Figura 18 – Horta Assentamento Maria Rosa do Contestado 4/5



Fonte: O autor.

Figura 19 – Horta Assentamento Maria Rosa do Contestado 5/5



Fonte: O autor.

4.2 IMPACTO DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO

A produção agroecológica desempenha um papel central na construção da Soberania Alimentar, isso foi destacado pelos assentados que percebem que essa prática garante acesso a alimentos saudáveis e contribui diretamente para qualidade de vida das famílias.

De acordo com lideranças do Assentamento, desde o início da ocupação o MST já planejava uma produção 100% agroecológica no local. Para isso os camponeses participam de formações promovidas pelo MST. Hoje, a produção do Assentamento é certificada pela Rede Ecovida como Assentamento agroecológico e serve de exemplo para outros Assentamentos e acampamentos do movimento.

Outro aspecto da pesquisa é que a Agroecologia contribui para manutenção das famílias no campo e na continuidade da luta pela reforma agrária, pois oferecem condições para que os camponeses assentados permaneçam no território conquistado, principalmente através da geração de renda das famílias, que hoje é toda ela fruto da comercialização dos alimentos agroecológicos. Trata-se de um modelo justo e que prioriza a produção diversificada que possibilita o abastecimento de mercados locais e feiras, criando uma conexão direta com os consumidores.

Dessa forma, a produção agroecológica ultrapassa a questão meramente econômica e de subsistência das famílias e se torna um alicerce para o desenvolvimento da Soberania Alimentar e permanência dos camponeses no campo.

Movimentos socioterritoriais como o MST, desempenham um papel fundamental na construção da Soberania Alimentar, de acordo com os participantes da pesquisa. Para eles, a atuação do movimento vai além da luta pela terra, sendo fundamental também para o fortalecimento da Agroecologia, visto que é uma bandeira do movimento. Para Coca, Vinha e Cleps Junior (2021, p.120), os Movimentos Socioterritoriais que atuam no campo são:

[...] expressões das contradições da Questão Agrária, ou seja, a resistência exercida por esses coletivos camponeses exemplifica que o capitalismo não é uma totalidade e que dentro dele se manifestam outras relações sociais que não estão estruturadas na lógica da exploração da mais-valia e/ou na busca pela maximização dos lucros.

O MST atua na formação técnica, política e social dos assentados, e os capacita para os modelos agroecológicos através de oficinas de formação, palestras, cursos, etc. Essa abordagem contribui para a Soberania Alimentar pois trabalha na construção da autonomia produtiva dos Assentamentos. Além disso, a combinação entre a organização e a produção fortalece a Soberania Alimentar e consolida a produção agroecológica.

Em seu documento, chamado “Nossa proposta de Reforma Agrária Popular” o MST apresenta medidas para o fortalecimento do modelo agroecológico, entre elas:

Desenvolver programas massivos de formação em Agroecologia dos camponeses e camponesas e da juventude camponesa em todas as regiões do país. Organizar campos de experimentação e troca de experiências agroecológicas entre agricultores em todas as regiões do país. Apoiar a consolidação das escolas técnicas de formação em Agroecologia, bem como a criação de novas escolas de nível médio e universitário, e o acesso a outros níveis de especialização nesta área do conhecimento, que permita assegurar a assessoria técnica, a pesquisa e o ensino. Estimular a produção, a distribuição e o controle das sementes e a diversidade genética vegetal e animal por parte dos próprios agricultores. (MST, 2009)

A atuação do MST, somado ao engajamento das famílias faz parte de um amplo projeto de reforma agrária popular e de produção agroecológica, que busca a justiça social, a sustentabilidade e a Soberania Alimentar.

4.3 RELAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA COM O MUNICÍPIO DE CASTRO

Ao abordar a percepção dos assentados sobre a relação entre a produção agroecológica e o município, as respostas apontaram para impactos significativos e positivos. Quando questionados sobre como a produção agroecológica do Assentamento impacta a economia local, a maioria destacou que contribui positivamente. Esse impacto é significativo, visto que de acordo com lideranças do Assentamento, para o ano de 2024, a cooperativa possuía cerca de 5 milhões de reais em projetos. Isso é responsável por gerar renda para as famílias cooperadas, para o Assentamento e contribui para a circulação da economia do município.

Quanto à importância do Assentamento na promoção da Soberania Alimentar do município, os assentados reconheceram um papel relevante. Uma das justificativas é a produção diversificada e de qualidade de alimentos agroecológicos do Assentamento.

A Soberania Alimentar pode se manifestar de diversas maneiras, refletindo a produção local e também o acesso a alimentos saudáveis em várias esferas da sociedade. As respostas obtidas dos participantes revelam um conjunto de ações que têm impacto direto tanto na comunidade local quanto em políticas de alimentação, como a merenda escolar e outros programas de assistência alimentar distribuídos em 36 unidades (CRAS, asilos, escolas) de 9 municípios da região.

Um dos aspectos importantes que surge nas respostas é a produção sem o uso de agrotóxicos. A ideia de produzir sem veneno se reflete na preocupação com a saúde da população. Trata-se, portanto, de um dos pilares da Soberania Alimentar, pois, assegura que a comunidade tenha acesso a alimentos livres de substâncias prejudiciais à saúde.

Também mencionaram nas respostas o fornecimento de alimentos para a merenda escolar, CRAS e asilos como formas de contribuir para a Soberania Alimentar. A merenda escolar, por meio de programas como o PNAE, é uma importante ferramenta para garantir que crianças de diversas regiões do país tenham acesso a uma alimentação saudável e balanceada. A participação do Assentamento nesse processo fortalece a conexão entre a produção local e as necessidades das escolas, proporcionando alimentos frescos e de qualidade para as crianças.

Participar desses programas institucionais e fazer com que os alimentos cheguem até as crianças, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade faz com que mais pessoas tenham acesso a produtos livres de agrotóxicos, principalmente grupos que, muitas vezes, têm dificuldades em acessar uma alimentação de qualidade.

Outra contribuição significativa mencionada nas respostas é o fato de que o Assentamento produz alimentos, e não mercadorias. Esse aspecto é crucial para a Soberania Alimentar, pois demonstra que o foco da produção não está no lucro imediato, mas na garantia de alimentos de qualidade. Ao se distanciar da lógica de mercadoria, o Assentamento prioriza a produção de alimentos essenciais, criando um sistema alimentar equilibrado.

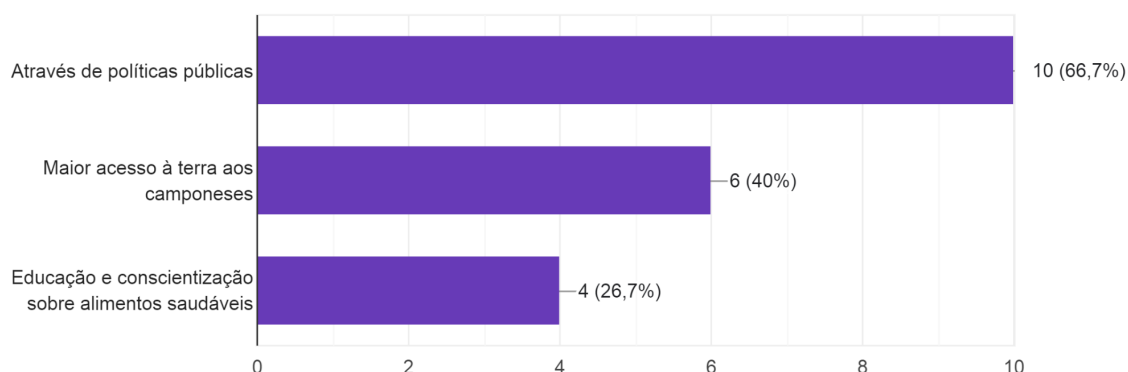
Além disso, a comercialização direta, como a venda porta a porta, foi apontada como uma prática importante para facilitar o acesso da população aos produtos agroecológicos do Assentamento. Segundo Altieri (2012 p.30) “A Soberania Alimentar se enfoca na autonomia local, nos mercados locais, nos ciclos locais de produção-consumo, na soberania energética e tecnológica, e nas redes de agricultor a agricultor”.

Essa modalidade de venda permite que os consumidores adquiram alimentos frescos e saudáveis diretamente dos produtores, fortalecendo a relação de confiança entre produtores e consumidores e criando uma rede de apoio local. A venda porta a porta também ajuda a promover a conscientização sobre a importância de consumir alimentos locais e sustentáveis, contribuindo para a construção de uma cultura alimentar mais voltada para a saúde e a sustentabilidade.

Esses resultados reforçam a importância do Assentamento como espaço de produção relevante no município, alinhado aos princípios da Agroecologia e da Soberania Alimentar.

Ao serem questionados sobre “como a produção agroecológica do Assentamento pode ser melhor integrada ao desenvolvimento da Soberania Alimentar? ”, a maioria das respostas foi no item “através de políticas públicas, seguido de “maior acesso à terra ao camponeses” e Educação e conscientização sobre alimentos saudáveis, como aponta o Gráfico 8.

Gráfico 8 – Integração da produção agroecológica a Soberania Alimentar



Fonte: O autor.

A produção agroecológica desempenha um papel essencial no fortalecimento da Soberania Alimentar, garantindo o direito das populações ao acesso a alimentos saudáveis. Para que essa integração seja mais efetiva é necessário um reforço conjunto que envolva políticas públicas consistentes, maior acesso à terra para os camponeses e ações de educação e conscientização que promovam o consumo responsável e valorização de práticas agroecológicas.

Para o fortalecimento da produção agroecológica, é necessário que políticas públicas que reconheçam e incentivem a Agroecologia sejam mais efetivas. Programas como PAA e PNAE podem ser ampliados e priorizar a compra de produtos oriundos de sistemas agroecológicos.

Acesso a terra é um dos pilares da Soberania Alimentar, camponeses precisam de terra e condições para produzir. A reforma agrária desempenha papel crucial nesse processo, garantindo que os camponeses tenham acesso à terra.

Educação alimentar e conscientização também são importantes, trata-se de uma estratégia para criar uma sociedade mais consciente sobre os benefícios do consumo de alimentos saudáveis.

4.4 DESAFIOS E OPORTUNIDADES

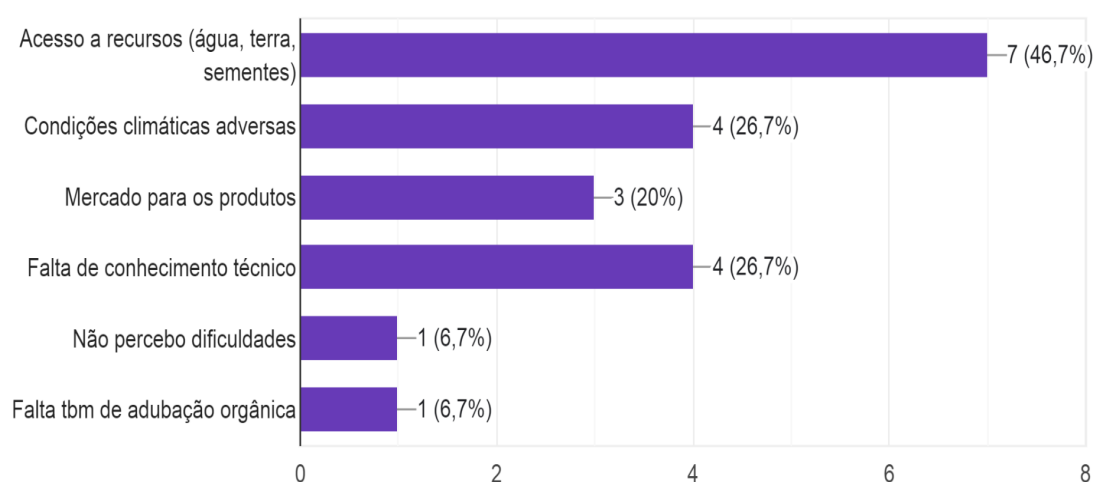
No tópico “Desafios e Oportunidades” do questionário (Anexo I), um dos questionamentos foi “Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas ao longo da história do Assentamento?”.

A resposta para esse questionamento revela uma trajetória que é marcada por desafios estruturais, sociais e políticos. Conflitos com agricultores locais destacaram-se como barreiras para manutenção do Assentamento, dificultando sua integração na região, principalmente em se tratando de mercado para a produção. A constante ameaça de despejo e a pressão para expulsar as famílias de camponeses do acampamento evidenciam a luta pela terra por parte dos Movimentos Socioterritoriais contra os interesses políticos e econômicos locais, impulsionados pelas grandes cooperativas do agronegócio. A falta de apoio político local demonstra como a conquista e a manutenção do Assentamento demandaram muita resistência coletiva da comunidade.

A falta de infraestrutura também se apresentou como um dos problemas enfrentados pelo Assentamento. A ausência de equipamentos apropriados, precariedade das estradas de acesso ao Assentamento e dificuldade na comercialização dos produtos estão na lista de dificuldades que impactaram o Assentamento ao longo de sua história.

Sobre os principais desafios enfrentados pela produção agroecológica no Assentamento as respostas foram conforme se apresenta no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Desafios da produção agroecológica no Assentamento



Fonte: O autor.

São vários os desafios enfrentados pela produção agroecológica, as respostas obtidas indicam que, embora a Agroecologia se consolide cada vez mais como uma alternativa viável de produção, existem ainda dificuldades que precisam

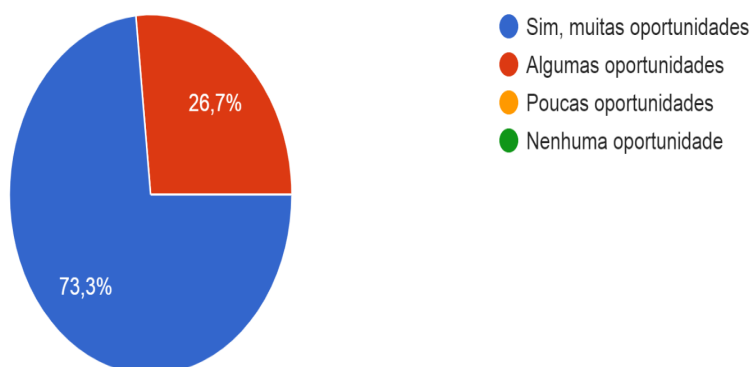
ser superadas para tornar esse modelo ainda mais eficaz. Entre os desafios destacados, questões como acesso a recursos essenciais, condições climáticas, falta de mercados adequados, conhecimento técnico e adubação orgânica estão entre as barreiras enfrentadas.

Acessar recursos essenciais para produção, como água, terra e sementes foi apontado como um desafio significativo pelos participantes. A questão da terra se torna central e mais debatida, pois os Movimentos Socioterritoriais enfrentam o problema da má distribuição de terras e lutam por justiça social no campo.

Por outro lado, a organização em torno da Cooperativa oferece oportunidades interessantes. Ao unir forças, os camponeses conseguem negociar melhores condições de venda, acessar novos mercados e compartilhar recursos, como transporte e infraestrutura de armazenamento. Além disso, a participação em programas institucionais, como os já citados, estimula o aperfeiçoamento técnico e o aprendizado coletivo, fortalecendo a capacidade produtiva e organizacional do Assentamento.

Em se tratando de expandir a produção agroecológica do Assentamento e melhorar a contribuição para a Soberania Alimentar, a maioria dos participantes considera que existem muitas oportunidades para expansão, enquanto 26,7% identificam que há algumas oportunidades nesse sentido, conforme ilustrado no Gráfico 10 abaixo. Esses dados mostram certo otimismo em relação ao potencial de crescimento da produção do Assentamento.

Gráfico 10 – Oportunidades para expandir a produção agroecológica



Fonte: O autor.

Questionado sobre como percebem a aceitação dos produtos agroecológicos pela comunidade externa, as respostas foram positivas. A percepção em relação a aceitação dos produtos pela comunidade externa reflete uma relação positiva que está diretamente ligada com a qualidade dos alimentos e os benefícios que seu consumo pode trazer. De acordo com as respostas, a comunidade externa demonstra boa aceitação dos alimentos agroecológicos produzidos no Assentamento, devido a sua qualidade e durabilidade, características que se destacam em comparação a alternativas convencionais.

Esse reconhecimento auxilia a fortalecer o vínculo entre quem produz e seus consumidores, reforçando a credibilidade do trabalho desenvolvido no Assentamento. Além disso, a boa aceitação valoriza os alimentos produzidos e colabora com a importância de apoiar iniciativas agroecológicas, o que contribui para tornar o mercado local cada vez mais consciente em relação ao consumo de alimentos de qualidade.

Isso pode servir para que o Assentamento amplie sua produção alcançando mercados consumidores ainda maiores. Também fortalece a ideia de que práticas agroecológicas são viáveis e benéficas para a sociedade.

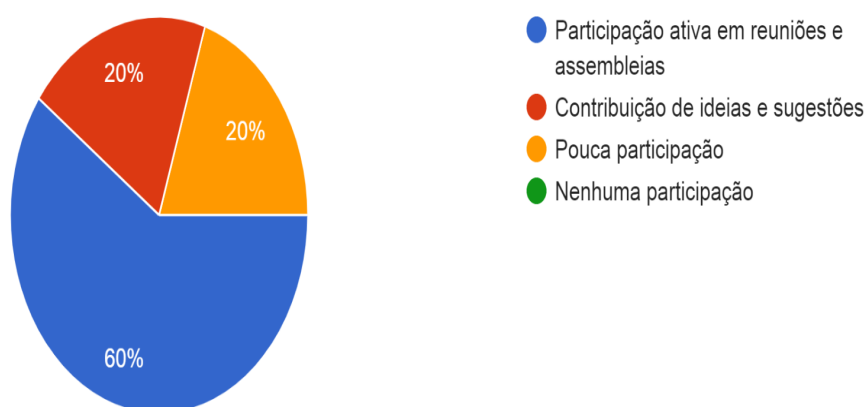
4.5 PARTICIPAÇÃO E EMPODERAMENTO

A participação ativa dos assentados nas reuniões desempenha um importante papel na promoção da Soberania Alimentar e no fortalecimento da Agroecologia. De acordo com os dados do Gráfico 11, a maioria participa ativamente das reuniões e assembleias do Assentamento.

A Soberania Alimentar valoriza o direito das comunidades de decidirem sobre seus próprios sistemas alimentares e isso ganha força com a participação coletiva. Não existe distinção quanto a gênero, todos participam ativamente, o MST preza pela participação de todas e todos pois acredita que “homens, mulheres, jovens, idosos e crianças são protagonistas de sua própria história”. (MST)

Nas reuniões e assembleias é que a comunidade do Assentamento pode discutir formas de como organizar a produção e a distribuição dos alimentos, garantindo assim que suas decisões sejam baseadas em suas realidades e nas demandas locais.

Gráfico 11 – Participação nas decisões relacionadas à produção agroecológica no Assentamento



Fonte: O autor.

Fabrini (2002, p.84) aborda a questão da comunicação nos Assentamentos como sendo “a primeira dimensão do espaço da socialização política” para o autor, é nas discussões que os assentados tomam consciência de seus direitos e onde se forma a identidade coletiva.

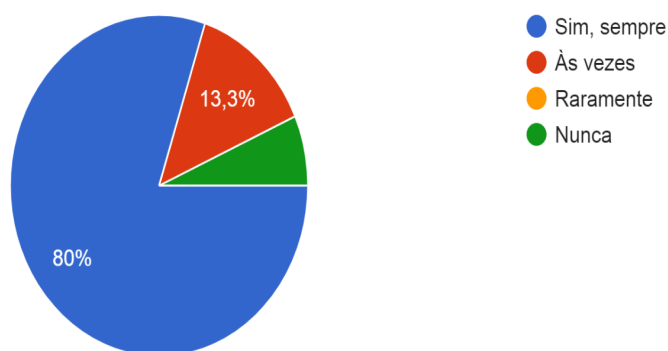
Práticas agroecológicas do Assentamento também se beneficiam dessa dinâmica de participação comunitária. Reuniões possibilitam a troca de conhecimento e melhoram as técnicas para cultivo, além disso promovem a cooperação permitindo que aprendam uns com os outros e busquem soluções em conjunto para os desafios da produção.

Ainda de acordo com Fabrini (2002, p.84) “A partir da comunicação e da interação se constitui a luta e resistência, quando tem início a terceira dimensão da socialização política, ou seja, a criação do espaço de luta e resistência em diferentes lugares”.

O diálogo na comunidade é muito importante, isso se evidencia no Gráfico 12, que retrata que 80% dos participantes sentem que sua voz é ouvida nas discussões. Ouvir a opinião e permitir que os camponeses participem das tomadas de decisão fortalece os laços de comunidade e valoriza a voz e experiência dos camponeses, recurso essencial para a Soberania Alimentar, tornando a prática agroecológica um processo compartilhado. Essa união em torno de uma

participação comunitária fortalece o Assentamento internamente e promove autonomia e empoderamento das famílias.

Gráfico 12 – Você sente que sua voz é ouvida nas discussões sobre agricultura e Soberania Alimentar no Assentamento?



Fonte: O autor.

Como visto neste capítulo, os participantes do estudo, em sua maioria, destacaram a importância da Agroecologia como uma alternativa viável frente à agricultura convencional. Além de contribuir para a produção de alimentos livres de agrotóxicos, a prática agroecológica é percebida como essencial para a recuperação e preservação do meio ambiente local e contribui para a construção da Soberania Alimentar.

Além dos impactos econômicos e alimentares que a produção agroecológica traz, ao fazer com que as famílias assentadas consigam tirar da terra seu alimento e também sua renda, ela ainda colabora com o fortalecimento do senso de comunidade que é muito importante para a resistência camponesa no campo. O apoio e a cooperação das famílias na produção consolidam os laços de solidariedade e de unidade do Assentamento.

Nesse contexto, a Agroecologia pode ser percebida mais do que uma prática agrícola, mostrando que se trata também de uma expressão de resistência e autonomia frente aos desafios ocasionados pela exclusão histórica dos camponeses do campo.

Por fim, os dados reforçam que a produção agroecológica desempenha um papel importante no fortalecimento dos Movimentos Socioterritoriais. No Assentamento Maria Rosa, a Agroecologia representa uma estratégia de resistência

e um caminho para a construção de um modelo de desenvolvimento e de resistência no campo. A análise apresentada aqui evidencia as contribuições dessa prática para o Assentamento, além de apontar para a necessidade de investimento em políticas públicas que incentivem e protejam iniciativas agroecológicas em todo o país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou como a agroecológica produzida por Movimentos Socioterritoriais, no caso o Assentamento Maria Rosa do Contestado e sua contribuição para a construção da Soberania Alimentar. Como objetivo geral, buscou-se compreender como a conexão entre Movimentos Socioterritoriais e a Agroecologia constituem a produção da Soberania Alimentar no município de Castro, Paraná. Já como objetivos específicos, compreender o processo de estruturação territorial e agroecológico do acampamento Maria Rosa do Contestado; identificar os fatores que interferem no avanço dos princípios de Agroecologia e Soberania Alimentar e sua atual realidade no município de Castro - PR; apresentar a contribuição da Agroecologia para o desenvolvimento da Soberania Alimentar e para a organização dos territórios a partir dos Movimentos Socioterritoriais; apresentar os aspectos teóricos da Agroecologia, Movimentos Socioterritoriais e Soberania Alimentar, e realizar sua caracterização.

O cenário atual que se apresenta nos mostra uma crise alimentar e ambiental. Diante disso, é necessário repensar as formas como a agricultura é praticada, modelos de produção agrícola que são sustentáveis se mostram como uma solução para o futuro da agricultura. A Agroecologia se apresenta como um modelo de agricultura capaz de aliar saberes tradicionais camponeses à justiça social no campo aliados a preservação do meio ambiente.

Atualmente, o modelo de agricultura comercial e industrial utilizado pelo agronegócio, é marcado pelo uso intensivo e indiscriminado de agrotóxicos aliado a práticas agrícolas predatórias, que devastam o meio ambiente e prejudicam a saúde da população. Além disso, esse modelo é responsável por expulsar agricultores familiares e camponeses de suas terras, ao concentrar riquezas e terras nas mãos de poucos latifundiários, contribuindo assim com a desigualdade no campo.

Diante disso, o modelo de agricultura comercial, utilizado pelo agronegócio, vem se apresentando como insustentável para o futuro e isso fica evidente quando analisados os impactos negativos em relação ao clima, degradação de solos, contaminação de recursos hídricos e devastação de grandes áreas de floresta.

Em contrapartida, a Agroecologia contribui para o fortalecimento das comunidades locais e possibilita a construção de sistemas alimentares onde o

acesso à comida saudável é um direito garantido, rompendo assim com as dinâmicas do modelo do agronegócio.

A integração da produção agroecológica ao desenvolvimento da Soberania Alimentar exige ainda grande esforço. Políticas públicas que favoreçam os camponeses e agricultores familiares, o acesso à terra e investimentos em infraestrutura são essenciais para fortalecer a base produtiva da Agroecologia. Paralelamente, a educação e a conscientização social desempenham um papel que pode transformar hábitos de consumo da população.

A análise realizada ao longo desta dissertação contribuiu para evidenciar o objetivo geral da pesquisa que o Assentamento Maria Rosa do Contestado desempenha importante papel na construção da Soberania Alimentar no município de Castro, Paraná. E que a conexão existente entre Movimentos Socioterritoriais como o Assentamento e a Agroecologia são fundamentais para o crescimento da Soberania Alimentar.

Ao apresentar a contribuição da Agroecologia, produzida pelo Assentamento para a organização do território, é possível identificar que o Assentamento constitui um espaço de resistência de um movimento socioterritorial frente ao agronegócio e se consolida como um modelo de produção que se fundamenta nos princípios da Agroecologia.

O Assentamento, lutou pela terra ao longo de sua história, o direito ao território é um elemento central para o fortalecimento da produção agroecológica, uma vez que, sem reforma agrária eficaz, os agricultores, assentados ou não, enfrentam a perda de espaço para os grandes latifundiários. Democratizar o acesso à terra é uma estratégia necessária para o avanço da Agroecologia e da Soberania Alimentar.

Os resultados desta pesquisa mostram que a produção agroecológica desenvolvida pelo Assentamento é marcada pela diversidade e capacidade de fornecer alimentos saudáveis. Outro ponto relevante foi o papel desempenhado pela cooperativa na organização, comercialização e distribuição da produção. A união em cooperativas maximiza a capacidade dos assentados em participar de programas institucionais e atender demandas maiores, algo que, de maneira isolada, muitas vezes se torna inviável para os camponeses.

As respostas coletadas para a pesquisa evidenciaram a diversidade de formas pelas quais o Assentamento contribui para a Soberania Alimentar. Desde a

produção de alimentos sem agrotóxicos até a participação em programas públicos como a merenda escolar, passando pela comercialização em feiras e a entrega de alimentos para asilos e CRAS. Todas essas ações do Assentamento mostram como é possível fortalecer a Soberania Alimentar, promover o acesso a alimentos saudáveis e incentivar a autonomia dos camponeses. Essas práticas agroecológicas garantem a alimentação da população e reforçam a importância de um modelo de produção e consumo mais justo, que respeita a saúde, o meio ambiente e contribui para a economia local.

É importante, porém, reconhecer os desafios que ainda se apresentam. A consolidação da Agroecologia enfrenta barreiras estruturais, que incluem o acesso limitado a recursos financeiro, infraestrutura e políticas públicas efetivas que incentivem esse tipo de produção. Esses fatores interferem no avanço da Agroecologia e da Soberania Alimentar e é necessário corrigi-los.

Para superar tais dificuldades, se faz necessário um engajamento mais amplo nas diversas esferas do governo para a formulação de políticas que fortaleçam os Movimentos Socioterritoriais e garantam condições para expansão de produção nos Assentamentos e o direito de acesso à terra aos camponeses.

Em resumo, o Assentamento Maria Rosa do Contestado é um exemplo de como é possível aliar a produção saudável com a construção da Soberania Alimentar, sendo a Agroecologia uma ferramenta essencial nesse processo. Essa experiência do Assentamento em produzir somente de maneira agroecológica, representa um marco na luta por um modelo agrícola possível de ser realizado e o torna referência.

O desafio que se apresenta para a expansão da Agroecologia e da Soberania Alimentar é coletivo e exige um amplo engajamento social, envolvendo esferas governamentais, organizações sociais, universidades, etc. A construção da Soberania Alimentar através da Agroecologia demanda uma mudança de paradigma que parte do Assentamento para fora. Isso implica em uma transformação no modo como a sociedade percebe e valoriza o alimento, sua origem e as práticas que envolvem sua produção e consumo.

A presente pesquisa abre caminhos para expandir a investigação, com novos recortes espaciais, tendo a experiência do Assentamento Maria Rosa do Contestado como modelo. Novas pesquisas podem seguir apontando sobre as formas de fortalecimento dos Movimentos Socioterritoriais e ampliação da

Agroecologia na promoção da Soberania Alimentar. As discussões sobre Agroecologia, território, Movimentos Socioterritoriais e Soberania Alimentar, seguem sendo um campo fértil para novas pesquisas, especialmente na interação desses elementos.

REFERÊNCIAS

AGROECOLOGIA EM REDE. **Agroecologia em Rede**. Rio de Janeiro, 2024, site. Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**. São Paulo, n. 16, p. 22-32, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA. **Sobre a ABA-Agroecologia**. Rio de Janeiro, 2024, site. Disponível em: <https://aba-agroecologia.org.br/sobre-a-aba-agroecologia/sobre-a-aba/>. Acesso em: 7 mar. 2024.

BACCARIN, J. G. *et al.* **Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil**: Tendências e estimativas recentes. Instituto Fome Zero, Macapá, 2024. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2024/03/instituto-fome-zero-inseguranca-alimentar-11-mar2024.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 24 de agosto de 2023

BRASIL. Lei Nº 8629 de 25 de Fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. Secretaria do Patrimônio da União. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Declara de interesse público, para fins de reforma agrária, o imóvel Fazenda Capão do Cipó, no município de Castro/PR. Portaria nº 2.577, de 22 de abril de 2024. **Diário Oficial da União**, Brasília, 3 mai de 2024, p. 63.

BUELVAS, M. A. A. **Reforma agrária e território**: entre ocupação, reprodução e diversidade no Assentamento Contestado, Lapa/PR. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

CAPORAL, F. R.; PETERSEN, P. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecologia**, v. 6, p. 63-74, Múrcia, 2011.

COCA, E. L. F. **A Soberania Alimentar através do estado e da sociedade civil**: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a Rede Farm to Cafeteria Canadá (F2CC), no Canadá. 2016. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2016.

COCA, E. L. F.; VINHA, J. F. S. C.; CLEPS J. J. Movimentos socioterritoriais, Agroecologia e Soberania Alimentar em Minas Gerais: lutas, resistências e desafios do campesinato. **Revista Campo-Território**. Uberlândia, v. 16, n. 42, p. 117-144, 2021.

COCA, E. L. F.; SANTOS, L. L. M.; SILVA, R. P.; MEDEIROS DE FREITAS, I. Agroecologia e territorialidades camponesas em Campo do Meio – MG. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 14, n. 34, 2020.

DA SILVA, J. G. O novo rural brasileiro. **Nova economia**, v. 7, n. 1, p. 43-81, Belo Horizonte, 1997.

EPSJV. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2012.

FABRINI, J. E. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos Assentamentos e campesinato. **Terra livre**, n. 19, São Paulo, 2002.

FELÍCIO, M. J. O território imaterial do campesinato. **CAMPO-TERRITÓRIO**, v. 5, n. 9, p. 18-32, Uberlândia, 2010.

FERNANDES, B. M. Construindo um estilo de pensamento na questão agrária. O debate paradigmático e o conhecimento geográfico. **Memorial**, v. 1-2, São Paulo, 2013.

FERNANDES, B. M. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In*: BUAINAIN A. M. **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

FERNANDES, B. M. Disputas paradigmáticas e territoriais: leituras dos modelos agrários de desenvolvimento. *In*: ROSAS, C. A. R. F. **Perspectivas da geografia agrária no Paraná: abordagens e enfoques metodológicos**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. *In*: PAULINO, E. T. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **OSAL: Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, 2005.

FERNANDES, B. M. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, n.15, p.59-85, São Paulo, 2000.

FERNANDES, B. M. Regimes Alimentares, Impérios Alimentares, Soberanias Alimentares e Movimentos Alimentares. **Revista Latino Americana de Estudios Rurales**, p. 188-209, Buenos Aires, 2019.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. *In*: SAQUET, M. A. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, B. M.; STEDILE, J. P. **Brava gente: trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

FERREIRA, J. E. B. **Questão Agrária, soberania e segurança alimentar e resistência camponesa por meio da Agroecologia no leste de Mato Grosso do Sul**. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia). Fundação Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul, Três Lagoas, 2022.

FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY. **Declaração de Nyéléni**. Nyéléni, 2007.

GOHN, M. G. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Revista Mediações**, v. 5, n. 1, p. 11-40, Londrina, 2000.

G1 PARANÁ. MST ocupa fazenda voltada para pesquisas agropecuárias no PR. **Jornal G1 Paraná**, 24 de agosto de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2015/08/mst-ocupa-fazenda-voltada-para-pesquisas-agropecuarias-no-pr.html>. Acesso em: 9 jul. 2024.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, v. 9, n. 17, p. 19-46, Rio de Janeiro, 2010.

HAESBAERT, R. **Território e região numa constelação de conceitos**. Curitiba: ADEMADAN, 2009.

HAESBAERT, R. Território. **GEOgraphia**, Niterói, 2023.

HOYOS, L. J. C.; AGOSTINI, A. D. Segurança e Soberania Alimentar: convergências e divergências. **Revista Nera**, n. 35, p. 174-198, Presidente Prudente, 2017.

IBGE. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro, 2022.

INCRA. **O Incra**. Brasília, 2024, site. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/o-incra>. Acesso em 23 jan. 2024.

INSTITUTO FOME ZERO. **Pesquisa Instituto Fome Zero**. Macapá, 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2024/03/15/pesquisa-aponta-queda-de-30-no-numero-de-pessoas-em-situacao-de-inseguranca-alimentar>. Acesso em 19 abr. 2024.

LAZZARI, F. M.; SOUZA, A. S. Revolução Verde: Impactos Sobre os Conhecimento Tradicionais. In: Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade, 4., 2017. **Anais [...]** Santa Maria, 2017.

LOPES, M. C. **Cultura política no litoral do Paraná: a UFPR-Litoral e as “águas de março”**. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

MACHADO, L. C. P. **A dialética da Agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MACHÍN S. *et al.* **Revolução agroecológica: o movimento de camponês a camponês na ANAP em Cuba.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.

MARTIN, J.; FERNANDES, B. M. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais**, n. 11/12, p. 173-185, São Paulo, 2004.

MEDEIROS, R. M. V. **Território, espaço de identidade. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.** Brasília, 2025, site. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-lanca-plano-nacional-de-Agroecologia-e-producao-organica>. Acesso em 10 jan. 2025.

MST. A reforma agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira. **MST**, 20 mai. 2009. Disponível em: <https://mst.org.br/2009/05/20/nossa-proposta-de-reforma-agraria-popular/>. Acesso em: 22 jan. 2025.

MST. **Luta pela Reforma Agrária Popular.** Site, 2024. Disponível em <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 23 jan. 2024.

MST. **Quem somos.** Disponível em <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 23 jan. 2024.

OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. **Declaración universal sobre la erradicación del hambre y la malnutrición.** Geneva, 2024, site. Disponível em: <https://www.ohchr.org/es/instruments-mechanisms/instruments/universal-declaration-eradication-hunger-and-malnutrition>. Acesso em 21 abr. 2024.

PAULA, P. H. V. **Atores e Redes da Agroecologia no Acampamento Maria Rosa do Contestado: Recampanização e o resgate de tradições camponesas.** 2022. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal Do Paraná, Curitiba, 2022.

PEDON, N. R. **Movimentos socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica.** 2009. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

PETERSEN, P.; MONTEIRO, D. Agroecologia ou colapso. **Jornal Outras Palavras.** São Paulo, 08 mai. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/Agroecologia-ou-colapso-3/>. Acesso em: 04 nov. 2021.

PLANALTO. **Segurança Alimentar.** Site, 2024. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm acesso em 22 abr. 2024.

PRIMAVESI, A. M. Agroecologia e manejo do solo. **Agriculturas**, v. 5, n 3, Rio de Janeiro, 2008

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, M. A. **Por uma abordagem territorial. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SOSA, B. M. *et al.* **O movimento de Camponeses para Camponeses da ANAP em Cuba**. Site, 2012. Disponível em: <https://mst.org.br/download/revolucao-agroecologica-o-movimento-de-campones-a-campones-da-anap-em-cuba/>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SOUZA, A. S. Um debate acerca da Soberania Alimentar e da Agroecologia: percepção e de prática ou, de qual lado é o meu quintal? **Revista Pegada**, v. 10, n. 1, p. 113-133, São Paulo, 2009.

STÉDILE, J. P. Questão agrária *In*: Caldart, R. S. *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. Soberania Alimentar: uma necessidade dos povos. **Portal EcoDebate**, p. 5-27, Rio de Janeiro, 2011.

VÍA CAMPESINA. Propuestas Para Una Agricultura Campesina Sostenible. **Vía Campesina**. Bagnolet, 3 ago. 2002. Disponível em <https://viacampesina.org/es/propuestas-para-una-agricultura-campesina-sostenible/>. Acesso em 29 mar. 2024.

ANEXO A – QUESTIONÁRIO ASSENTAMENTO

Informações Demográficas:

1-Idade:

- () 18-30 anos
- () 31-50 anos
- () 51-65 anos
- () Mais de 65 anos

2-Gênero:

- () Masculino
- () Feminino
- () Outro _____

3-Em qual município morava antes do Assentamento ?

4-Tempo de residência no Assentamento:

- () Menos de 1 ano
- () 1-5 anos
- () 6- 9 anos

5-O que fazia antes de ser assentado?

6-Tamanho da família:

- () 1-2 pessoas
- () 3-4 pessoas
- () 5-6 pessoas
- () Mais de 6 pessoas

Experiência em Agricultura Agroecológica:

7-Há quanto tempo você pratica agricultura agroecológica?

- ☐)Menos de 1 ano
- ☐)1-5 anos
- ☐)6-10 anos
- ☐)Mais de 10 anos

8-Quais são os principais alimentos que você cultiva? (múltipla escolha)

- ☐)Grãos (milho, feijão, etc.)
- ☐)Frutas
- ☐)Verduras e legumes
- ☐)Ervas medicinais
- ☐)Outros (especificar) _____

Impacto da Produção Agroecológica no Assentamento:

9-Como você percebe que a produção agroecológica beneficia o Assentamento em termos de Soberania Alimentar?

- ☐)Muito benéfica
- ☐)Benéfica
- ☐)Neutra
- ☐)Pouco benéfica
- ☐)Nada benéfica

10-Na sua opinião, a produção agroecológica contribui para a manutenção dos assentados no campo e na luta pela reforma agrária?

- ☐)Contribui significativamente para a manutenção no campo
- ☐)Tem pouco impacto para manutenção no campo
- ☐)Não tem impacto para manutenção no campo

11-Você acredita que a produção agroecológica aumentou a disponibilidade de alimentos saudáveis no Assentamento?

- ☐)Sim, muito
- ☐)Sim, um pouco

()Não muito

()Não, nada

12-Movimentos socioterritoriais como o MST, contribuem para a construção da Soberania alimentar através da Agroecologia?

()Sim, muito

()Sim, um pouco

()Não, nada

13-A produção agroecológica do Assentamento contribui para renda de sua família?

()Sim, muito

()Sim, um pouco

()Não, nada

Relação com o Município:

14-Como você percebe que a produção agroecológica do Assentamento impacta a economia local?

()Impacta positivamente

()Neutra

()Impacta negativamente

15-Você acha que o Assentamento desempenha um papel importante na promoção da Soberania Alimentar do município?

()Sim, definitivamente

()Sim, em certa medida

()Não tenho certeza

()Não, definitivamente não

De que forma? _____

16-Na sua opinião, como a produção agroecológica do Assentamento pode ser melhor integrada ao desenvolvimento da Soberania Alimentar ?

()Através de políticas públicas

- () Maior acesso à terra aos camponeses
- () Educação e conscientização sobre alimentos saudáveis
- Outros (especificar) _____

Desafios e Oportunidades:

17-Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas ao longo da história do Assentamento?

18-Quais são os principais desafios enfrentados pela produção agroecológica no Assentamento? (múltipla escolha)

- () Acesso a recursos (água, terra, sementes)
- () Condições climáticas adversas
- () Mercado para os produtos
- () Falta de conhecimento técnico
- () Outros (especificar) _____

19-Você identifica oportunidades para expandir a produção agroecológica e melhorar sua contribuição para a Soberania Alimentar do município?

- () Sim, muitas oportunidades
- () Algumas oportunidades
- () Poucas oportunidades
- () Nenhuma oportunidade

20-Como você percebe a aceitação dos produtos agroecológicos pela comunidade externa?

Participação e Empoderamento:

21-Como você se envolve nas decisões relacionadas à produção agroecológica no Assentamento?

- () Participação ativa em reuniões e assembleias
- () Contribuição de ideias e sugestões
- () Pouca participação

()Nenhuma participação

22-Você sente que sua voz é ouvida nas discussões sobre agricultura e Soberania Alimentar no Assentamento?

()Sim, sempre

()Às vezes

()Raramente

()Nunca

Feedback Adicional:

Há algo mais que você gostaria de compartilhar sobre a produção agroecológica no Assentamento e sua relação com a Soberania Alimentar do município?

ANEXO B – PORTARIA MARIA ROSA

12/06/2024 16:39

PORTARIA SPU/MGI Nº 2.577, DE 22 DE ABRIL DE 2024 - PORTARIA SPUMGI Nº 2.577, DE 22 DE ABRIL DE 2024 - DOU - Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 03/05/2024 | Edição: 85 | Seção: 1 | Página: 63

Órgão: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos/Secretaria do Patrimônio da União

PORTARIA SPU/MGI Nº 2.577, DE 22 DE ABRIL DE 2024

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 40 do Anexo I do Decreto nº 11.437, de 17 de março de 2023, com fundamento no disposto no Parágrafo único do art. 5º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, no art. 10-A da Lei nº 9.636, de 15 maio de 1998, na Portaria Interministerial MP/MDA nº 210/2014, assim como nos elementos que integram o Processo nº 10154.151954/2023-84, e considerando a deliberação pelo Grupo Especial de Destinação Supervisionada - GE-DESUP O-REF, por meio da Ata de Reunião de 09 de abril de 2024 (Processo SEI nº 19739.113919/2023-61), resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público, para fins de reforma agrária, o imóvel da União, constituído por um terreno rural, denominada Fazenda Capão do Cipó, com área de 4.409.524,00 m², possui benfeitorias que somam 12.767,00 m², não averbadas em matrícula, situado na localidade de Colônia Maracanã, município de Castro, estado do Paraná, conforme Matrícula nº 12.566 do Registro de Imóveis da comarca de Castro/PR cadastrado sob Registro Imobiliário Patrimonial - RIP: 7495000315001 sendo o RIP Utilização: 7495000105007, a ser transferido ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º é de interesse público na medida em que será destinado à implantação do Assentamento de Reforma Agrária Maria Rosa do Contestado, com previsão de assentamento de 63 famílias.

Art. 3º A Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Paraná dará conhecimento do teor desta Portaria ao INCRA que deverá informar ao Ofício de Registro de Imóveis da circunscrição competente.



Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÚCIO GERALDO DE ANDRADE

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.